



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VERÔNICA PEREIRA DE MEDEIROS

**SEMIÁRIDO DE POSSIBILIDADES: reestruturação produtiva e
dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB)**

JOÃO PESSOA (PB)

2018

VERÔNICA PEREIRA DE MEDEIROS

**SEMIÁRIDO DE POSSIBILIDADES: reestruturação produtiva e
dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do grau de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva.

JOÃO PESSOA (PB)

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488s Medeiros, Verônica Pereira de.

SEMIÁRIDO DE POSSIBILIDADES: reestruturação produtiva e dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB) / Verônica Pereira de Medeiros. - João Pessoa, 2018.

140 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Semiárido. 2. Reestruturação produtiva. 3. Dinâmica territorial. I. Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/CCEN

“Semiárido de Possibilidades: Reestruturação Produtiva e Dinâmica territorial no Distrito de Ribeira – Cabaceiras - PB”

por

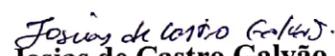
Verônica Pereira de Medeiros

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**
Orientador


Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**
Examinador interno


Prof. Dr. **Diego Salomão Cândido de Oliveira Salvador**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2018

Dedico este trabalho aos meus pais, meus maiores incentivadores e que nunca mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este apresenta-se como um momento bastante delicado, pois são muitas as pessoas a serem citadas, no entanto, há sempre a possibilidade de, por um deslize, esquecermos uma ou outra pessoa que não poderia deixar de ser lembrada e agradecida. Desde já, perdoem-me.

Agradeço primeiramente a Deus, minha fonte de energia, por estar presente em todos os momentos de minha vida.

Celebro inicialmente este momento com minha família; meu pai, Antônio Medeiros, minha mãe, Maria José e meu irmão, Antonio Wagner meus maiores incentivadores e alicerce para o que sou hoje. Aos meus tios, aqui representados pelos nomes de Maria das Graças e Francisco e à minha vovó Jacira por suas orações. Ao Júnior Cruz, mais que um namorado, verdadeiro parceiro que me impulsionou todos os dias com palavras de apoio.

À Germana Gonzáles, seu marido Romildo Toscano e sua mãe Dona Terezinha, pelo apoio nos meus estudos.

À Patrícia Soares pelas palavras de apoio e pelo incentivo.

Agradeço carinhosamente ao professor Anieres, meu querido orientador por todo apoio e pela disponibilidade, paciência nas orientações como também por ter me recebido ainda na iniciação científica, depositando confiança no meu trabalho. Agradeço principalmente pela orientação no sentido mais amplo da palavra, não somente sobre a Geografia, mas sobre a vida. Levarei seus ensinamentos comigo nas próximas caminhadas.

Ao professor Josias que esteve presente em diversos momentos, desde o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação até a conclusão do presente trabalho e, ao professor Diego Salomão pelas sugestões e contribuições. Às professoras Andréa e Amanda pela disponibilidade. Agradeço a todos por aceitarem participar da banca examinadora.

Estendo meus agradecimentos aos docentes do PPGG/UFPB, em especial aos professores Bartolomeu, Emília Moreira, Marco, Marcelo, Doralice, Maria Adailza e Lenilton sempre atenciosos.

As secretárias do PPGG/UFPB Sônia Maria e Rejane, profissionais dedicadas e sempre dispostas a ajudar os alunos.

Meus agradecimentos aos membros do Grupo de Estudos do Semiárido (GESA) e Laboratório de Estudos do Semiárido (LAESA) pelos momentos de troca.

Aos meus amigos e companheiros de orientação Eduardo, Kerol, Marta, Izabelle, André, Hosana e aos demais “caririzados”.

Agradeço especialmente ao Petrúcio que participou e contribuiu com o trabalho na fase do Seminário de Dissertação.

À Joannes pela elaboração dos mapas e também ao Diego, que colaboraram com a pesquisa, dando sugestões de leituras e palavras de incentivo em momentos difíceis no processo. Só tenho a agradecer pelo apoio e, principalmente pela amizade, valioso presente que a Geografia me trouxe.

Ao meu grande amigo e irmão de coração Suayze Douglas, o qual caminhou comigo na Geografia desde a turma de graduação até a turma de mestrado. Agradeço pelo companheirismo e força nos momentos de angústia.

A todos da minha turma de graduação 2011.1, em especial minha querida amiga Maria do Carmo (Carminha), que jamais mediu esforços para me ajudar e à Eliane Campos (Elí). Estendo meus agradecimentos à querida Valdeniza (Val) e ao Francisco (Segundo Neto), mais que colegas de profissão; se tornaram verdadeiros amigos.

Aos amigos da turma de mestrado 2016.1, em especial Natieli, com quem dividi angústias e que se mostrou uma verdadeira amiga, à Janete, Weldon, Joaquim, Josilena, Michael, Micaely, Jéssica e Simone.

Agradeço imensamente ao Humberto Júnior, sempre disposto a ajudar. Obrigada pela tradução do resumo para o inglês, pela disponibilidade e boa vontade. Agradeço à Andréa Martins pela leitura atenta e pelas correções de caráter ortográfico e para melhor coerência e coesão textual.

A todos os meus amigos não geógrafos, Rafaela, Raquel, Rayne, Paulinha, Adriana, Jonh, Jorge, Jefferson entre outros, que não menciono o nome, mas sabem quem são. Às minhas primas Mayara, Daniela, Gerliana e Michely pela compreensão nos meus momentos de ausência.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que se fez importante para minha formação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder a bolsa durante o período do mestrado, contribuindo para a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos moradores do Distrito de Ribeira pelo acolhimento, apoio e colaboração na pesquisa. Sou imensamente grata pelas atenções dispensadas, cujas informações fornecidas foram valiosas e sem as quais não seria possível realizar a pesquisa.

Muito obrigada a todo (a)s.

*A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original.*

(Albert Einstein)

RESUMO

O semiárido como território de mudanças apresenta novas complexidades. Nesse sentido, realizamos o esforço de refletir sobre o imaginário construído; a mudança paradigmática gerada pelas variadas formas de pensar e agir nesse território e mostrar o cenário de novos olhares e possibilidades, e nele, refletir sobre o processo de reestruturação produtiva e o papel dos novos sujeitos, isto é, a sociedade civil organizada. Diante dos diferentes usos do território semiárido, entendemos que podemos falar em semiáridos, visto que há, no contexto atual, outros elementos que devem ser considerados: como a existência de mudanças significativas no cenário político e econômico. Dito isto, o objetivo central desta pesquisa é compreender o processo de reestruturação produtiva do Distrito de Ribeira, no município de Cabaceiras (PB), considerando as consequências desse processo na atual dinâmica territorial. No tocante aos procedimentos de pesquisa, estes se concentraram no levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários e trabalho de campo. Somam-se a esses procedimentos: a realização de entrevistas e diálogos com sujeitos sociais locais importantes para aproximação com a realidade do recorte estudado. As informações obtidas mostram que os processos de mudanças no território analisado, intensificou-se a partir da modernização de duas atividades econômicas: a produção de alho e a produção de artigos em couro, principal responsável pela geração de renda no Distrito. Como resultados de nossa interpretação compreendemos que, as mudanças na base produtiva, isto é, na produção da hortaliça e do artesanato em couro, possibilitou no Distrito de Ribeira mudanças econômicas que se materializam no espaço, em face da ampliação da renda e dos investimentos públicos e privados, promoveram a visibilidade do Distrito, tornando-o um território atrativo para a mídia e para quem visita a região. Do ponto de vista político, constatamos a ampliação dos níveis de representação devido à eleição de pessoas que estabeleceram relações de pertencimento com a Ribeira e, do ponto de vista socioeconômico, a agregação de valor nos produtos ofertados pela Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA), além da revalorização da atividade do couro associada à diferenciação de qualidade das peles com o curtimento vegetal e as vantagens competitivas para mercados mais exigentes. Esses elementos estão possibilitando a ampliação da renda e a melhoria das condições de vida da população e contribui para consolidar nossa leitura do semiárido como um território de possibilidades.

Palavras-chave: Semiárido; Reestruturação produtiva; Dinâmica territorial.

ABSTRACT

The semiarid as a changing territory presents new complexities. In light of this, we make an effort to reflect on the constructed imaginary, the paradigmatic change generated by the various ways of thinking and acting in that territory and show the context of new looks and possibilities, and also think about the process of productive restructuring and the role of the new subjects, in other words, organized civil society. Given the different uses of the semiarid territory, we consider that it's possible to talk about the existence of "semiarids", since there are, in the current environment, other elements that must be considered, such as the presence of significant changes in the political and economic scenario. That said, the main objective of the research is to understand the process of productive restructuring of the District of Ribeira, in the municipality of Cabaceiras (PB), taking into consideration the consequences of this process in the current territorial dynamics. Regarding the research procedures, these focused on the following: bibliographic survey, search of secondary data and fieldwork. Added to these procedures are interviews and dialogues with important social subjects to bring our study closer to the reality. The information obtained shows that the process of changes in the analyzed territory was intensified by the modernization of two economic activities: garlic and leather goods production, the main responsible for income generation in the District. As a result of our interpretation, we learn that the changes in the productive base, that is, horticulture and leather craft production, made possible economic changes that materialize in space, due to the increase in income and public and private investment, and promoted the visibility of the District making it an attractive territory for the media and for those who visit the region. From the political point of view, we observe the increase in the levels of political representation due to the election of politicians who have established relations of belonging with Ribeira and from the socioeconomic one, the value added in the products offered by the Leather Workers Cooperative of Ribeira in Cabaceiras (ARTEZA), in addition to the revaluation of the leather activity associated with the differentiation of skins quality with the vegetable tanning and the competitive advantages for more demanding markets. These elements are enabling the increase of income and the improvement of the living conditions of the population and contributes to consolidate our reading of the semiarid as a territory of possibilities.

Keywords: Semiarid; Productive Restructuring; Territorial dynamics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AESA** – Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba
- ARPA** – Associação Ribeirense dos Produtores de Alho
- ARTEZA** – Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras
- ASA** – Articulação do Semiárido
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CAPRIBOV** – Cooperativa dos Capribovinocultores do Município de Cabaceiras
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América latina
- CHESF** – Companhia Hidrelétrica de São Francisco
- CMDRS** – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- COMAGRI** – Coordenadoria de Municipalização da Agricultura e Desenvolvimento Comunitário Rural
- CONDEL** – Conselho Deliberativo da SUDENE
- CTCC** – Centro de Tecnologia de Couros e Calçados
- DLIS** – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- FIEP** – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
- GESA** – Grupo de Estudos do Semiárido
- GTDN** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFOCS** – Instituto Federal de Obras Contra as Secas
- INSA** – Instituto Nacional do Semiárido
- IOCS** – Inspeção de Obras Contra as Secas
- LAESA** – Laboratório de Estudos do Semiárido
- LBA** – Legião Brasileira de Assistência
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAAP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PIMC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIN – Plano de Integração Nacional

PISF – Projeto de Integração do São Francisco

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODECOR – Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROCARIRI – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Cariri

PROHIDRO – Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba

SIGSAB – Sistema de Gestão de Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro

SINE – Sistema Nacional de Emprego.

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Cabaceiras – Registro de enchentes no ano de 2008.....	50
Fotografia 02 – Cabaceiras – Tradicional Festa do Bode Rei.....	82
Fotografia 03 – Cabaceiras – Estátua de caprinos, animal símbolo do município.....	83
Fotografia 04 – Cabaceiras – Expofeira de Artesanato.....	84
Fotografia 05 – Cabaceiras – “Roliúde Nordestina, letreiro próximo à entrada da cidade.....	84
Fotografia 06 – Distrito de Ribeira – Prédio sede da Cooperativa ARTEZA.....	88
Fotografia 07 – Distrito de Ribeira – Novos investimentos, posto de combustível.....	98
Fotografia 08 – Distrito de Ribeira – Novos investimentos, bar e lanchonete.....	98
Fotografia 09 – Distrito de Ribeira – Prédio sede da Associação ARPA.....	103
Fotografia 10 – Distrito de Ribeira – Produção de pasta de alho.....	106
Fotografia 11 – Distrito de Ribeira – Curtume Coletivo Miguel de Sousa Meira.....	112
Fotografia 12 – Distrito de Ribeira – Curtume Coletivo, peles em processo de curtimento.....	114
Fotografia 13 – ARTEZA – Estrutura física e exposição de produtos em 2004.....	116
Fotografia 14 – ARTEZA – Estrutura física e exposição de produtos em 2017, evidenciando a diversificação da produção.....	116
Fotografia 15 – Distrito de Ribeira – Oficina na sede da ARTEZA, sendo utilizada por artesãos.....	118
Fotografia 16 – Distrito de Ribeira – Parque de Esporte e Lazer Severino de Souza Andrade.....	122
Fotografia 17 – Distrito de Ribeira – Prédio de Unidade Básica de Saúde.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Precipitação anual no município de Cabaceiras (PB), entre 1999-2015.....	49
--	-----------

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Município de Cabaceiras (PB), com destaque para a localização do Distrito de Ribeira.....	18
Mapa 02 – Delimitação do Semiárido Brasileiro, contemplando a área de atuação da SUDENE.....	45
Mapa 03 – Regiões Geográficas Intermediárias do estado da Paraíba com destaque para a localização do município de Cabaceiras.....	48
Mapa 04 – Localização da área de atuação do Pacto Novo Cariri.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tecnologias Sociais Hídricas adequadas à convivência com o Semiárido Nordeste.....	55
Quadro 02 – Programas e Projetos que foram integrados ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP).....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Registro das secas prolongadas ocorridas no Semiárido Nordeste desde o século XVI.....	33
Tabela 02 – Variação do cultivo do alho no Distrito de Ribeira no período pós-PRODECOR (1984 – 1989).....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 01 – SEMIÁRIDO: IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO E TRANSIÇÕES PARADIGMÁTICAS	27
1.1 – O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO EM TORNO DA SEMIARIDEZ.....	28
1.2 – MUDANÇAS NA FORMA DE PENSAR E AGIR NO TERRITÓRIO SEMIÁRIDO.....	42
CAPÍTULO 02 – PARA ALÉM DA SEMIARIDEZ: O SEMIÁRIDO COMO TERRITÓRIO DE POSSIBILIDADES	58
2.1 – O TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO.....	59
2.2 – CRIAÇÃO DE PACTOS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO PARA IMPULSIONAR A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	73
2.2.1 – O Projeto Cooperar.....	76
2.2.2 – O Pacto Novo Cariri.....	78
2.3 – A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA A PEQUENA PRODUÇÃO.....	86
CAPÍTULO 03 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO DISTRITO DE RIBEIRA	93
3.1 – NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RECORTE ESPACIAL DE ESTUDO.....	94
3.2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO ALHO AO COURO.....	99
3.2.1 – As experiências da cultura do alho em Ribeira de Cabaceiras.....	99
3.2.2 – A cultura do couro: dos desafios do trabalho coletivo a modernização da atividade.....	107
3.2.3– Transformações e dinâmica territorial: o papel atual da ARTEZA.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	138

INTRODUÇÃO

No contexto do território nacional, o semiárido nordestino é uma porção do território onde a escassez de chuvas, e até mesmo a sua ausência em determinados períodos, impõe parâmetros específicos no que diz respeito à adequação de espécies (vegetais e animais) e, principalmente, com relação ao desenvolvimento das atividades produtivas. Com base nesses aspectos, foi produzido na região um imaginário de pobreza ao longo da história de sua ocupação, marcado pelas dificuldades climáticas (CASTRO; MAGDALENO, 1996).

Conforme consta em diversas obras, o semiárido nordestino é caracterizado pela presença de um “problema” central que, direciona a culpa de todo o seu “atraso” à seca. Assim, durante muito tempo, esta foi apontada como sendo a única causadora de toda a pobreza como também pelo flagelo da região do semiárido nordestino, sendo comum, ainda hoje, quando falamos em semiárido que as pessoas atribuam como característica principal da região, a falta de chuvas. Retomando o raciocínio de Castro e Magdaleno (1996), é importante estar atento ao fato de que, embora a água seja necessária para a sobrevivência, não se pode mais pensar nas estiagens como sendo a única responsável pela condição de pobreza e precariedade infraestrutural de todo o semiárido.

É relevante entender que o semiárido nordestino não pode ser compreendido como uma região homogênea, e, que esse entendimento tem gerado uma concepção errônea acerca do semiárido e das reais dificuldades e possibilidades de solução das questões socioambientais, conforme afirma Rebouças (1997).

Poderíamos, então, falar de “semiáridos” em face dos diferentes usos desse território? Entendemos que sim, visto que há, no contexto atual, outros elementos que devem ser considerados como: a existência de mudanças significativas no cenário político, econômico, social e ecológico, sobretudo, baseado na produção agropecuária moderna ou tecnificada.

Dentre os vetores da reorganização das estruturas produtivas e econômicas do território brasileiro, destacamos, no presente estudo, o processo de reestruturação produtiva que, conforme avaliado por diversos estudiosos, ocorreu mediante amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando alterações significativas nas relações sociais de produção, além do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

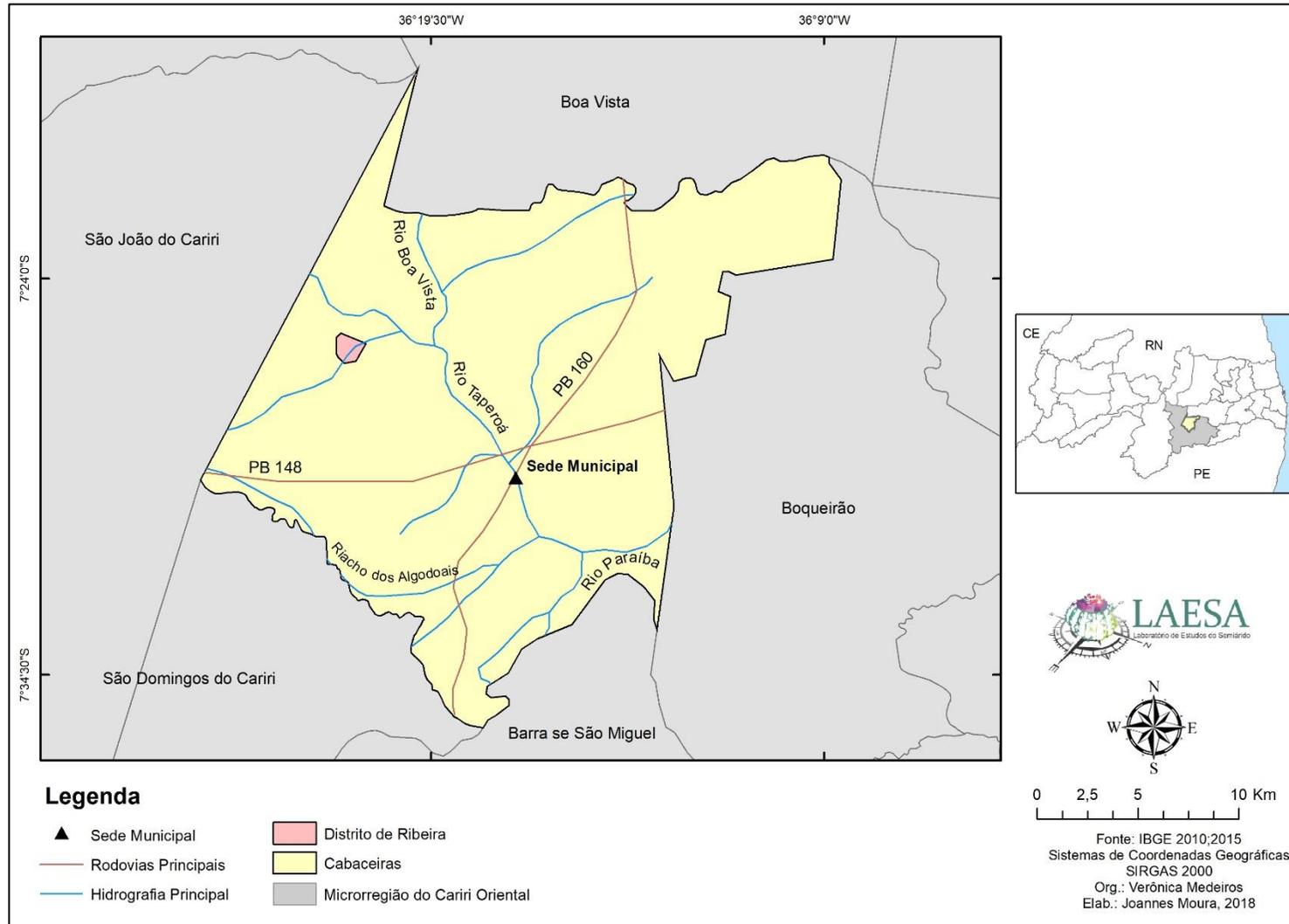
O semiárido como território de mudanças apresenta novas complexidades. Nesse sentido, realizamos o esforço de refletir sobre o imaginário construído e a mudança

paradigmática gerada pelas variadas formas de pensar e agir neste território. Além do esforço de mostrar o cenário de novos olhares e possibilidades. E neste, refletir sobre o processo de reestruturação produtiva em que estão inseridas as atividades produtivas e o papel dos novos agentes, isto é, a sociedade civil organizada. Esta reflexão evidencia a pertinência desta pesquisa, pautada na interpretação de um subespaço do território nordestino pelo processo de reestruturação produtiva, tendo como foco a dinâmica territorial do Distrito de Ribeira, localizado no município de Cabaceiras (PB), (**Mapa 01**).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2010), o município de Cabaceiras apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.611; possui uma extensão territorial de 453 km² e conta com uma população total de 5.035 habitantes, dos quais 2.818 residem na zona rural. A população do Distrito de Ribeira é de aproximadamente 900 habitantes. A pecuária (bovina, caprina e ovina) se constitui a principal base da economia do município, no qual o artesanato em couro, o ecoturismo e a caprinovinocultura ocupam lugar de destaque.

No tocante às características ecológicas, ou elementos naturais que compõem a paisagem, o município apresenta temperaturas médias elevadas, em torno de 27C°, déficit hídrico acentuado, vegetação de caatinga hiperxerófila, a ocorrência de secas periódicas e limitações do solo, os quais são rasos e muitas vezes apresentam alto teor de salinidade (SOUZA, 2008).

Mapa 01 – Município de Cabaceiras (PB), com destaque para a localização do Distrito de Ribeira



Fonte: Organizado pela autora. Elaboração: Joannes Moura, 2017.

O interesse pela temática, bem como a escolha do recorte espacial para análise, surgiu em decorrência de pesquisas anteriores relacionadas principalmente, ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a dois projetos de iniciação científica, nos quais atuei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O primeiro projeto estava voltado para o entendimento do papel das políticas públicas e das tecnologias sociais hídricas para a convivência com o semiárido e, o segundo, direcionado à análise do processo de desenvolvimento, pobreza e vulnerabilidade social, tendo como base as políticas de distribuição de renda, com ênfase no Programa Bolsa Família. Estas pesquisas foram desenvolvidas na Região do Cariri paraibano. Vale destacar que, de acordo com a mais recente classificação do IBGE (2017), o Cariri paraibano passou a fazer parte da Região Geográfica Intermediária de Campina Grande.

No que diz respeito ao TCC, este foi direcionado à compreensão da convivência com o semiárido, partindo da experiência de implantação do Projeto Água – fonte de alimento e renda, na Comunidade Uruçú, localizada no município de São João do Cariri.

De forma geral, o desenvolvimento destas pesquisas nos fez refletir sobre as possibilidades e também os desafios enfrentados pelo povo caririzeiro para permanecer em seu lugar de origem, bem como nos levou a questionar o papel do estado, das Organizações Não Governamentais (ONGs), das associações, das cooperativas e da sociedade civil nesse processo. Nos fez, ainda, conhecer um semiárido diferente daquele que comumente é apresentado na mídia ou pelos “donos do poder” como lugar de pobreza, ou seja, um semiárido que destoa dos estereótipos e do imaginário construído presente em diversos estudos, bem como na literatura, na arte e no pensar da região. Assim, enxergamos e apresentamos o semiárido paraibano, em especial a porção do Cariri paraibano, como território de mudanças.

Nossa primeira aproximação com o recorte espacial de análise se deu no ano de 2013, através da realização de aula de campo ligada a componente curricular Geografia Política, sendo realizadas posteriormente outras idas ao Distrito de Ribeira, possibilitadas pelas pesquisas do PIBIC. Ao sair da cidade de Cabaceiras e seguindo por uma estrada de terra chega-se ao Distrito de Ribeira, distante 14 km da sede municipal. No caminho, observamos uma paisagem típica de regiões semiáridas com a vegetação esparsa, solos pedregosos, temperaturas elevadas e longas distâncias entre as moradias. Chegando ao Distrito, nos chamou atenção o nível de organização dos moradores envolvidos com a atividade do couro, além de indícios de modernidade presentes no território. Deparamo-nos

com um local mesclado por elementos de conteúdos rurais e urbanos, isto é, entre rústico e moderno¹, do cavalo a moto, do couro que antes se produzia a roupa para proteger o vaqueiro à produção de sofisticadas bolsas e acessórios. Além de forte sinalização da circulação econômica e presença de componentes técnicos, representados, por exemplo, pela estrutura das moradias, pelas antenas parabólicas e pelas lojas comerciais ali instaladas.

A realização de aulas e trabalhos de campo na Região do Cariri paraibano, atrelados às pesquisas de iniciação científica, despertou nosso interesse e ocasionou o surgimento de algumas inquietações advindas especialmente do nosso olhar e da tentativa de compreender melhor a realidade semiárida. Passamos a nos questionar: Na busca do desenvolvimento, que caminhos e possibilidades apresentam-se aos pequenos produtores locais em meio às adversidades climáticas e precariedades das infraestruturas sociais e econômicas presentes no território?

A busca de respostas ampliou o nosso desejo em continuar pesquisando e refletindo sobre o semiárido, em especial sobre o Distrito de Ribeira, despertando-nos novas inquietações.

A partir daquela aproximação com nosso objeto empírico, e mediante leituras de estudiosos que se dedicaram a compreender aquela realidade, como Grabois (1991) e Marques (1994), constatamos que Ribeira, durante muito tempo teve sua base econômica firmada em três atividades produtivas: o cultivo de alho, que foi durante muito tempo a principal fonte de renda dos pequenos produtores; a agropecuária e a produção de artefatos em couro de bovinos e caprinos. Também constatamos a ocorrência de mudanças nesse cenário. O final dos anos de 1970 foi marco para o Distrito como um período em que Ribeira alcançou a posição de maior produtor de alho do estado da Paraíba. No entanto, no término do ano seguinte evidenciou-se uma diminuição na produção da hortaliça, caminhando para seu declínio, ocasionado dentre outros elementos por ações impensadas por parte do estado com seu discurso e modelo modernizador, prezando o crescimento econômico e por parte da sociedade civil que absorveu esse modelo. Nessa ocasião as atividades com o couro receberam maior atenção e foram encaradas como alternativa para os produtores de Ribeira. Assim, no final dos anos de 1990 ocorreu o fortalecimento da

¹ Vale destacar que na dinâmica relação entre cidade e campo, compreendemos que o moderno há muito tempo não se apresenta como algo restrito a cidade, mas que na Região do Cariri paraibano ainda se apresenta como pontos de diferenciação entre os territórios.

produção de artefatos em couro, adquirindo maior notabilidade e passando a ocupar o lugar de principal fonte de renda das famílias.

Com base nesse panorama de referência, entendemos que tais mudanças estão relacionadas ao processo de reestruturação produtiva e de políticas governamentais que visavam o crescimento econômico local. A partir deste entendimento, apresentamos a questão central ou norteadora do presente estudo: quais os desdobramentos do processo de reestruturação produtiva na dinâmica territorial do Distrito de Ribeira? E como questões secundárias ou desdobramento da questão central, temos as seguintes: Qual o papel dos agentes e sujeitos sociais no processo de mudança rumo à construção de alternativas para o território semiárido? Como esse processo pode nos auxiliar na compreensão do movimento e da realidade atual? De que forma vem sendo estruturado o processo produtivo do couro, considerando o atual meio técnico-científico-informacional?

Sendo assim, e, considerando o leque de questões que se apresentam como possibilidades de pensar o semiárido hoje, de forma mais específica, buscamos refletir sobre o processo de reestruturação produtiva no contexto da agropecuária moderna ou tecnificada, em que estão inseridas às atividades produtivas e o papel dos novos agentes, isto é, a sociedade civil organizada, seja enquanto associação ou cooperativa, que foram as organizações consideradas como base para analisar as experiências verificadas no Distrito de Ribeira.

Para elaboração deste estudo, partimos do pressuposto de que a dinâmica territorial, associada à produção agropecuária, está em contínuo movimento e se intensifica na medida em que são incorporadas inovações tecnológicas no meio geográfico, principalmente com a intensificação do processo de tecnificação da agropecuária que vem ocorrendo no país. Diante do exposto, preocupações com o processo de reestruturação e com os níveis técnicos, científicos e informacionais presentes na produção do artesanato em couro no Distrito de Ribeira, associadas à carência de estudos sobre a temática em tela colocam-se como elementos justificadores desta pesquisa, que tem como objetivo central compreender o processo de reestruturação produtiva do Distrito de Ribeira, no município de Cabaceiras (PB), considerando as consequências desse processo na atual dinâmica territorial.

Além deste objetivo geral, três objetivos específicos subsidiaram a construção deste trabalho, sendo eles: refletir sobre o processo de mudanças nas formas de pensar e agir no semiárido; discorrer sobre a criação de medidas para impulsionar a reestruturação

produtiva e o crescimento econômico local; explicar o desenvolvimento da produção de couro no contexto da reestruturação produtiva, considerando o atual meio técnico-científico-informacional.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados durante a realização da pesquisa, destacamos:

a) Levantamento, leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações, monografias e artigos que propiciassem reflexões e ampliassem nosso conhecimento teórico acerca da temática e dos conceitos que permeiam a pesquisa.

Para subsidiar e fundamentar as reflexões apresentadas ao longo do texto utilizamos o conceito de território, pois, além de considerá-lo coerente com a nossa proposta de estudo, este nos forneceu suporte teórico para as nossas análises sobre o processo de reestruturação produtiva e nosso olhar para a dinâmica territorial. Logo, comungamos com Souza (2012) quando esclarece que a formação de territórios pode ocorrer em diferenciadas escalas e que, portanto, não está limitada a ideia de território-nação, isto é, a representação do poder exercido pelo Estado-Nação. Nessa perspectiva o território pode ser constituído em áreas menores do espaço e estabelecer-se entre e por agentes sociais variados. O território engloba relações de poder, assim como, as relações econômicas e simbólicas.

Para Souza (2012) os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diferentes escalas, desde a escala da rua, a internacional. Dessa maneira, é possível afirmar que sempre que houver homens em interação com um espaço, modificando a natureza através do trabalho, criando continuamente valor, estar-se-á também diante de um território.

O conceito de território, especialmente na ciência geográfica, apresenta-se por variadas compreensões, dependendo dos autores e da sua perspectiva de análise. Destacamos aqui, a concepção do geógrafo Milton Santos, quando defende que o território por si só não é interessante para a pesquisa geográfica e sim o uso que se faz dele. Nesse sentido, Salvador (2009) acrescenta que é o processo histórico do uso do território pelos homens que interessa de fato a Geografia, pois é por meio desta que se revelam os interesses dos agentes sociais que atuam em seu uso. Sendo assim, o conceito de território abordado nesta pesquisa será aquele que pressupõe que o território é dinâmico e nele o espaço é considerado pelo seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização

pelos diversos agentes que o compõem, que podem ser as firmas, as instituições, incluindo o próprio Estado, e as pessoas (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

b) Levantamento de dados secundários em sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a dados oficiais, como: população, área, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do município de Cabaceiras, já que as informações na escala do Distrito de Ribeira ainda não se fazem presentes para acesso de pesquisadores; na página do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para auxiliar nosso entendimento acerca do posicionamento dessa entidade como parceira e apoiadora das atividades ligadas ao couro através da Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA), e visita na Prefeitura Municipal de Cabaceiras entendida como agente de incentivo às atividades produtivas no Distrito de Ribeira. Todos esses se tornaram importantes para o alcance de informações e para a realização da análise apresentada.

c) Trabalho de campo, que foi outra atividade fundamental para a realização da pesquisa. Por meio deste procedimento, tivemos a oportunidade de conhecer melhor a realidade vivenciada pelos sujeitos da nossa análise, coletar e reafirmar informações antes obtidas, bem como fazer registros fotográficos² e realizar entrevistas. Dentre os sujeitos da pesquisa com os quais realizamos entrevistas e dialogamos, destacamos: representante da Cooperativa ARTEZA, curteumeiro, artesãos e diaristas das atividades com couro. Também tivemos a oportunidade de dialogar com moradores do Distrito de Ribeira e representantes da Associação Ribeirense dos Produtores de Alho (ARPA), que fizeram parte da experiência com a produção do alho e, que ainda lutam para manter a semente da cultura viva.

Prezando por uma abordagem qualitativa, vale destacar que recorremos como ferramenta às entrevistas do tipo semiestruturada, que ocorre mediante roteiro previamente elaborado, sendo este constituído por perguntas principais, mas que podem ser complementadas por outras questões momentâneas na entrevista. No nosso entendimento, esse tipo de entrevista permite uma maior flexibilidade, isto é, possibilita maior liberdade ao diálogo entre pesquisador e entrevistado, na medida em que, permite serem

² Justificamos a quantidade de imagens inseridas no presente trabalho como importante recurso, pois entendemos que o registro fotográfico associado à escrita tem o “poder” de transportar o leitor para dado local, e em certa temporalidade, mesmo que ele nunca tenha lá estado.

acrescentadas ao roteiro prévio perguntas momentâneas a fala, diferentemente dos questionários fixos.

O trabalho de campo foi dividido em três momentos. O primeiro, ocorrido no dia 09 de março de 2017, consistiu-se em um campo exploratório para estabelecer contato com sujeitos importantes para nossa pesquisa. Na cidade de Cabaceiras, conversamos com o Prefeito e com o Secretário de Agricultura que também é sócio da Cooperativa ARTEZA. De lá, seguimos para o Distrito de Ribeira, onde estabelecemos contato com uma representante da ARTEZA e com dois sujeitos que participaram da experiência com a ARPA, no sentido de apresentá-los o interesse de nossa pesquisa e, assim, fazer a ponte para encontros posteriores.

É válido destacar a importância que esse primeiro momento nos trouxe, tendo em vista que nos possibilitou a oportunidade de continuar a dialogar e trocar informações via e-mail e até pelas redes sociais, com sujeitos indispensáveis, como colaboradores da pesquisa, mesmo à distância, nesse primeiro momento.

A realização do segundo trabalho de campo se deu nos dias 03 e 04 de junho de 2017, período de ocorrência da 19ª edição da Festa do Bode Rei - Festival de Caprinos e Ovinos da Paraíba, que é tradicionalmente realizada no município de Cabaceiras, momento que consideramos relevante, tendo em vista a importância atribuída ao evento pelos sujeitos que dialogamos, durante a realização do primeiro trabalho de campo.

A ocorrência da terceira ida a campo ocorreu nos dias 03, 04, 05 e 06 de outubro de 2017. Naquele momento, julgamos necessário permanecer por alguns dias no Distrito de Ribeira e vivenciar as práticas e atividades cotidianas, tendo em vista a nossa intenção de compreender, de maneira mais ampla, as consequências do processo de reestruturação produtiva na atual dinâmica territorial do nosso recorte de estudo. Nesse terceiro momento, se deu de fato a realização das entrevistas com os sujeitos já mencionados anteriormente. As informações obtidas foram de extrema relevância para nossa pesquisa, pois, além de possibilitar o alcance dos nossos objetivos, nos deu a chance de observar e conhecer melhor o recorte espacial do qual nos dedicamos a compreender.

Dentre os procedimentos da pesquisa utilizados também ressaltamos outro momento, posterior às idas a campo, dedicado para a sistematização e análise das informações coletadas durante os trabalhos de campo e das pesquisas de dados secundários.

As análises e reflexões apresentadas nos capítulos a seguir tem a dialética como suporte e, reflete o nosso posicionamento perante a realidade estudada. A opção por este método deve-se ao fato de que os trabalhos científicos pautados no método dialético se dedicam a interpretar a totalidade em movimento para alcançar a essência do concreto, isto é, “as contradições, as desigualdades e as possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente” (SALVADOR, 2012, p.103).

Quanto à estrutura, o texto está organizado em três capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências.

No primeiro capítulo, buscamos abordar o semiárido nordestino, destacando o imaginário construído e a mudança paradigmática evidenciada no pensamento de estudiosos e agentes de mudança, como os órgãos governamentais e grupos dominantes voltados ao reconhecimento das “necessidades” e na formulação de ações para solucionar os “problemas” identificados. Também buscamos mostrar a atuação de novos agentes, como a sociedade civil envolvida na construção de alternativas apresentadas anteriormente, como foi à implantação das grandes obras hídricas vistas como “redentoras” para o Nordeste semiárido. Em outras palavras, procuramos apresentar tanto o imaginário criado em torno da seca e da busca de solução para essa porção do território nordestino, quanto ao novo olhar pautado na noção de convivência que vem sendo utilizada na interpretação desse território. As possibilidades de convivência, ratificadas por aqueles pesquisadores que se dedicam, como nós, a sua compressão e que sinalizam, enquanto processo que está em curso, uma reestruturação nas formas de pensar e agir, mesmo que se tenha clareza de que essa reestruturação, enquanto processo de mudança, nem sempre irá significar rupturas, principalmente quando se trata de uma porção do território ainda caracterizada por expressivo controle político e econômico local.

É por entender a seca como fenômeno natural e de presença marcante, tanto na produção da literatura e de outras artes, quanto na produção acadêmica em torno da realidade semiárida que ressaltamos sua relevância em nosso processo de compreensão. Propondo ir além da questão da seca, porém sem desconsiderá-la, no segundo capítulo, procuramos refletir o semiárido nordestino e paraibano, sobretudo o nosso objeto de estudo, no contexto das mudanças estabelecidas no território nos moldes ou na lógica econômica do desenvolvimento, atualmente atrelada ao desenvolvimento territorial e para a valorização do local. Ainda neste segundo momento, buscamos refletir sobre o papel do cooperativismo como possibilidade de acesso dos produtores rurais a projetos

governamentais, para ampliação e manutenção das atividades produtivas, bem como para ter acesso à modernização tecnológica.

Dedicamos o terceiro capítulo para analisar as consequências do processo de reestruturação produtiva na atual dinâmica territorial do Distrito de Ribeira, tendo por base a sociedade civil organizada, em um primeiro momento, na forma de associação e no segundo, enquanto cooperativa, destacando as experiências com a produção do alho e em especial com a produção de artefatos em couro, para entender o fortalecimento da produção do couro, e sua influência para o Distrito de Ribeira.

CAPÍTULO 01

SEMIÁRIDO: IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO E TRANSIÇÕES PARADIGMÁTICAS

O processo de reestruturação produtiva foi responsável por profundas mudanças no território, em especial no meio rural, tanto na forma de intervir e produzir, quanto nas relações de trabalho, na medida em que, a partir da expansão do capital no campo, a agricultura desenvolvida, sobretudo, com base no trabalho familiar foi sendo gradativamente substituída pela agricultura industrializada, firmada no objetivo de gerar lucros, regulada pelo uso de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, tornando-se fundamentada no trabalho assalariado.

Entendendo esse processo como gerador de mudanças no território, afirmamos ser este o causador de transformações tanto no modo de agir que se materializa por meio das ações, como no modo de pensar evidenciado pela formação de novos temas e abordagens para tratar as “necessidades” do semiárido efetivado na elaboração das políticas públicas. É nesse sentido que analisamos o semiárido como território que se apresenta marcado por contradições, firmado por relações de interesses, por mudanças de paradigmas e que também nos permite enxergá-lo como território de possibilidades pela participação ativa da sociedade civil na geração de caminhos diferentes daqueles que foram até então percorridos. A busca por esses caminhos consistem em diversos desafios.

1.1 – O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO EM TORNO DA SEMIARIDEZ

Conforme Castro (1994), o espaço semiárido tem sido historicamente apresentado pelas dificuldades impostas por esse meio numa visão de dependência dos azares climáticos, onde a natureza aparece nos discursos acerca da região como um “obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça social” (CASTRO, 1994, p.02). É fundamentado nesse entendimento que se configurou o imaginário acerca do Nordeste, onde a seca aparece como tragédia social e econômica.

No Nordeste, até meados do século XVIII, a população encontrava-se concentrada basicamente na Região Litorânea e a seca aparecia como um fenômeno estritamente natural, não representando grande preocupação para a Coroa Portuguesa durante os primeiros séculos de colonização. Na medida em que foi ocorrendo à penetração das correntes de povoamento é que começaram a se esboçar algumas medidas públicas relacionadas com as secas. No entanto, somente no decorrer do século XIX, a seca, que antes só era sentida por uma pequena população esparsamente distribuída pelo território,

aparece efetivamente como um problema social e econômico em virtude do adensamento populacional (MOREIRA; TARGINO, 2006).

Silva (2010) também chama atenção para o fato de que a seca passa a ser concebida como questão relevante a partir do momento em que foram se estabelecendo a penetração da população branca nos sertões, o aumento da densidade demográfica e a expansão da pecuária bovina. Com isso, a ocorrência das secas passou a compor relatos históricos que enfatizavam a calamidade, a fome e os prejuízos causados aos colonizadores e as fazendas de gado. Somente a partir desses fatos é que “começa a se delinear uma intervenção estatal com algum nível de estruturação, para se identificar ao longo do século XX, quando a ocorrência das secas no Nordeste assume a dimensão de problema nacional” (MOREIRA; TARGINO, 2006, p.125).

Que é uma seca? É um fenômeno de natureza física com profunda repercussão nos meios econômicos e social. São efeitos seus, o deslocamento das populações, a dizimação dos rebanhos, o aniquilamento da lavoura, com o seguinte cortejo: fome, morte, viuvez e orfandade; em uma palavra: a miséria (PINTO, 1938 apud RIBEIRO, 1999, p.87).

A associação feita entre o clima e a pobreza, isto é, entre a natureza da Região Nordeste, considerada por muitos como hostil, e seu atraso econômico feito por deduções lógicas simples, influenciou boa parte da produção intelectual sobre a região, tratando a questão pelo viés determinista, onde a seca aparece como a principal “vilã”. Por sua vez, o imaginário construído acerca do semiárido nordestino aparece associado diretamente ao fenômeno da seca – quase sinônimo ao tratar a região.

Os estudos sobre as secas possibilitaram diversas abordagens e enfoques. De acordo com Ferreira (1993), em termos historiográficos, as secas podem ser pensadas, grosso modo, em duas correntes: uma em que o aspecto climático é encarado prioritariamente como causador de todos os males econômicos e sociais da Região Nordeste; e outra que apreende as secas em um contexto mais amplo sem colocá-las como fator determinante da situação socioeconômica nordestina.

Levando em consideração a primeira corrente citada, ela foi geradora e responsável por uma compreensão errônea sobre as reais dificuldades e as possibilidades de solução das questões socioambientais da região, configurando outro equívoco presente em diversos setores da sociedade no tratamento do semiárido nordestino como uma região

homogênea. Algo que não é possível, do ponto de vista natural, social, político ou econômico.

A partir da concepção de “região problema”, a imagem construída para o Nordeste foi a de região “necessitada” e de impedimento para o desenvolvimento do país, o que justificou, de certo modo, as ações governamentais que objetivaram combater a seca. Foi nesse contexto que se deram as intervenções governamentais e as políticas públicas pensadas por representantes do poder público, isto é, grupos políticos com interesses e com conhecimento superficial da realidade a qual se propunha interferir. Mesmo assim, as políticas e programas governamentais adotados eram apresentados como necessários para solucionar determinadas situações presentes no recorte regional, e que pautavam os discursos e pronunciamentos políticos que reivindicavam ações de governo para o Nordeste brasileiro.

Neste contexto, fazemos um breve parêntese para destacar a relevância da Análise do Discurso para melhor compreender ou “desmascarar” as intenções dos produtores de discurso, isto é, os que falam em nome do povo e das “necessidades” do território. Em Análise do Discurso, isso aparece como condição para produção do discurso em que o destinador (A), que pode ser um representante político, se coloque na posição dos destinatários (B), o povo e demais representantes, antecipando a imagem que eles têm do referente (R³) que é a temática do discurso, seja para alcançar recursos ou para convencê-los a ter a mesma imagem do referente. Essa é uma estratégia⁴ comum nos discursos/pronunciamentos, comumente verificados no cenário político nacional.

A compreensão das condições de produção de discursos políticos, bem como a organização argumentativa desses, apresenta relevância na influência que determinados sujeitos têm em afetar o destinatário, para obtenção de resultados (GALVÃO, 2003). As intenções se fazem presentes nos discursos políticos para alcançar recursos, no intuito de “resolver o problema”, como é historicamente tratada a ocorrência das secas no semiárido e como o referido autor constatou em sua tese, na qual evidencia o apelo às obras hídricas,

³ (A), (B) e (R) são elementos formadores do “Esquema Informacional” de Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Para melhor entendimento consultar: (GADET; HAK; 1993).

⁴ Essas estratégias podem ser reconhecidas através dos Atos de Linguagem (OSAKABE, 1999) com a identificação dos “atos ilocucionários e perlocucionários”. Estes se apresentam de forma interligada. O primeiro se faz presente já no ato da fala, isto é, no argumento que (A) irá utilizar. No que diz respeito aos atos perlocucionários, são perceptíveis, pela intencionalidade de provocar efeitos nos ouvintes ou destinatários, pois esses trarão consigo a intencionalidade de convencer, persuadir etc. (OSAKABE, 1999).

feito pelas elites (cearenses e paraibanas), apontadas como fator de “redenção para o Nordeste”.

Seguindo esse raciocínio, a situação de fome, a condição de atraso econômico e de pobreza do Nordeste foi debitada na conta das secas e das condições físico-climáticas da região durante muito tempo. Esse entendimento desencadeou o surgimento de uma série de proposições que apontavam soluções voltadas para o combate à seca e não aos seus efeitos, numa tentativa de modificar a realidade natural.

Rebouças (1997), contrário àquela concepção que aponta a seca como responsável por toda pobreza e pela cultura das secas na Região Nordeste, afirma que as condições físico-climáticas, predominantes no Nordeste brasileiro, podem relativamente dificultar a vida e exigir maior racionalidade na gestão dos recursos naturais, em geral, e da água em particular, mas não podem ser vistas como a única causadora do flagelo.

Durante décadas, as ações governamentais estiveram prioritariamente direcionadas ao combate e a minimização dos efeitos das secas, que periodicamente assolam o semiárido. Dessa maneira, para compreender a realidade atual do semiárido brasileiro é pertinente considerar as principais medidas que foram adotadas como resposta à problemática. Neste sentido, buscamos retomar a concepção inicial, a solução do “problema”, para então avançar no entendimento da perspectiva mais recente que aponta para a possibilidade de convivência e permanência no semiárido.

A compreensão dos problemas do semiárido nordestino como resultantes da seca possibilitou o surgimento da denominada “indústria da seca”, prática política que historicamente, beneficia grupos políticos e seus aliados, grandes fazendeiros e empresários, que se aproveitam das secas periódicas na região e conseguem tirar proveito da semiaridez, apropriando-se de recursos públicos no pretexto de combatê-las (FERREIRA, 1993).

É importante ressaltar que os efeitos da semiaridez são sentidos de forma diferenciada no território. Nessa perspectiva Castro e Magdaleno (1996) ao avaliarem o deslocamento presente entre o discurso político e a prática empresarial, por exemplo, evidenciaram que enquanto uma parcela se beneficia de elementos como a própria seca, o restante do povo, principalmente aquela parcela menos favorecida da população,

permanecem como meros subordinados ao poderio das oligarquias nordestinas⁵, isto é, aos grupos políticos locais.

No contexto antes explicitado, o Estado se constituiu em agente fundamental no processo de organização do espaço geográfico, na medida em que possibilitou dinâmicas territoriais por meio de políticas públicas direcionadas para o semiárido nordestino. Segundo Moreira e Targino (2006), tais políticas foram divididas em quatro grandes eixos orientadores: atendimento emergencial às vítimas das secas; solução hidráulica; visão desenvolvimentista; e combate à pobreza.

Também evidenciando as medidas adotadas, Silva (2010) fez um balanço das atuações governamentais desde o Período Colonial até o início do século XX. Trata-se de uma periodização que considera os contextos históricos, chamando atenção para três momentos:

- O primeiro abarca o processo de colonização e ocupação⁶ pelos europeus até metade do século XIX; período em que as intervenções consistiam em distribuição de alimentos e na repressão às desordens que aumentavam nos períodos de seca;
- No segundo, meados do século XX, apresenta a decisão governamental pela modernização econômica, a partir das constatações do atraso econômico da Região Nordeste em relação ao Centro-Sul do país, reagindo por meio da consolidação de políticas hídricas de apoio a irrigação e de reestruturação das grandes propriedades rurais, mas mantendo o quadro de medidas emergenciais nas secas;
- E, por último, o período correspondente ao final do século XX, com a verificação de mudanças na realidade econômica na região semiárida, pois ao mesmo tempo em que permanecem os problemas sociais, com agravantes nos anos de secas prolongadas, são desenvolvidas diferentes concepções e alternativas de políticas públicas de desenvolvimento, tendo como referência a noção de convivência com o semiárido.

Segundo informações contidas nos estudos realizados por Gomes (2001) e Moreira e Targino (2006), os registros de ocorrência de secas no semiárido nordestino remontam ao século XVI, como pode ser visto nos dados apresentados na tabela 01.

⁵ “O termo oligarquia, em seu sentido etimológico, significa que a autoridade se concentra nas mãos de poucas pessoas, podendo estas pertencerem ao mesmo partido político, classe social ou família. No caso brasileiro, o sistema oligárquico se fundamentou na estrutura familiar e na classe dos proprietários de terra” (FERREIRA, 1993, p.18).

⁶ “A ocupação do Semi-Árido ocorreu com a implantação das grandes fazendas de gado para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana-de-açúcar; e posteriormente, para as áreas de mineração” (SILVA, 2010, p.37).

Tabela 01 – Registro das secas prolongadas ocorridas no semiárido nordestino desde o século XVI

Séculos	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Anos de secas	1552	1603	1709/11	1803/04	1903/04
	1559	1606/08	1720/27	1808	1915
	1564	1614	1730	1809	1919
	1583	1645	1735/37	1810	1931/32
	1592	1652	1744/47	1814	1942
		1692	1748/51	1819/20	1951/53
			1754	1824/25	1958
			1760	1827	1966
			1766	1833/35	1970
			1771/72	1844/46	1976
			1776/78	1877/79	1979/83
			1784	1888/89	1987
			1790	1898/99	1990/93
				1900	1998/99

Fonte: Gomes (2001) e Moreira; Targino (2006).
Elaborado pela autora, 2017.

Como evidenciado na tabela acima, a seca consiste em um fato de ocorrência historicamente comum no semiárido, mas que somente no decorrer do século XIX é que se considerou a dimensão dos problemas sociais e econômicos. Ela ocasionou diversas abordagens, estudos, interpretações e formas de intervenção ao longo do tempo.

O fato é que grande parte dos estudos feitos do século XVII até meados do século XX, sugeriam a solução hidráulica como forma de tentar “salvar o Nordeste”, prevalecendo à construção de grandes reservatórios de água e a irrigação (SILVA, 2010).

As primeiras comissões de estudo das secas foram instituídas com a Lei 884 de 10/1856, que sugeriram políticas de combate aos problemas das secas. A ênfase dada pelas principais propostas, conforme Moreira e Targino (2006) foram as seguintes: construção de açudes e represas para o armazenamento de água, utilização das águas represadas para irrigação e para piscicultura, reflorestamento para recuperação da vegetação, instalação de postos meteorológicos, contratação de técnicos estrangeiros e construção de estradas.

Contudo, em virtude da consolidação do povoamento da região semiárida, propiciada pela cotonicultura, a maior seca ocorrida no século XIX foi a de 1877/79, atingindo quatro províncias: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A partir dessa seca ocorreu a formação de novas comissões de estudos sobre o problema. Entretanto, suas

sugestões basicamente repetiam as anteriormente formuladas, e consolidavam a visão hidráulica para solucionar a questão regional (MOREIRA; TARGINO, 2006).

Ainda de acordo com os dados apresentados na tabela 01, é possível verificar que no século XX, as secas continuaram a castigar o semiárido nordestino. A irregularidade climática nesse novo momento, estiagem que se prolongou pelos anos de 1903 e 1904, fez com que a seca voltasse a ser discutida no cenário nacional, ocasionando a criação de três comissões para tratar o problema: a de Açude e Irrigação, a de Estudos e Obras Contra as Secas e uma terceira de Perfuração de Poços, tendo sido sua primeira sede no Ceará e as duas últimas no Rio Grande do Norte. Na busca de evitar a dispersão dos recursos, em 1906, essas três comissões são unificadas, recebendo a nomeação de Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas com sede no Rio Grande do Norte. No ano seguinte, foi extinta e reestabelecida a Comissão de Açudes e Irrigação, com sede em Fortaleza (MOREIRA; TARGINO, 2006).

De acordo com Rebouças (1997), as secas de 1825, 1827 e 1930 foram o marco inicial da prática de açudagem no Nordeste semiárido. Os açudes foram construídos com o objetivo de fornecer água para o abastecimento humano e animal durante os períodos de estiagem prolongada. A partir daí, os açudes foram sendo construídos tendo-se como base feições topográficas, ou, como em vários casos por influências políticas locais⁷.

As políticas governamentais passaram por mudanças significativas com a criação de órgãos oficiais para coordenar as ações de combate às secas por meio de obras hídricas. No início do século XX, configura-se a primeira intervenção estatal de combate aos efeitos da seca no Nordeste, quando o governo apresenta uma atitude mais firme na luta contra os efeitos da seca, criando a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), sob o Decreto de 7.619 de 21 de outubro de 1909, com sede no Rio de Janeiro, durante o governo de Nilo Peçanha, destinada a coleta de dados, a elaboração de obras de engenharia e pela construção e o monitoramento dos açudes na região Nordeste o que denota a forte tendência técnica apresentada pelo órgão.

A IOCS enfrentou diversas dificuldades para realizar suas ações, principalmente pela instabilidade em seu orçamento. Entre o conjunto de atividades que envolviam o órgão, destacavam-se a promoção de estudos, planejamento e execução de obras hídricas, como: canais de irrigação, construção de açudes públicos e particulares, barragens e

⁷ Galvão (2003) acrescenta que a execução das grandes obras hídricas tem por finalidade, além da política da açudagem, o abastecimento humano, a indução da agricultura irrigada e a ascensão da interligação de bacias.

perfuração de poços, assim como a construção de ferrovias e estradas de rodagem, além de reflorestamento e piscicultura (MOREIRA; TARGINO, 2006).

O emprego de recursos governamentais em favor da população atingida pelos períodos de estiagens prolongadas, com estudos do meio físico desconectados, dos fenômenos sociais e econômicos, não teve grande êxito. “Atacar o problema apenas por esse lado atendia aos interesses da fração da classe dominante localizada no NE detentora de latifúndios” (FERREIRA, 1993, p.80).

Analisando esse momento, e a atuação da IOCS, Ferreira (1993, p.126) ainda esclarece que:

A criação deste órgão, cujo objetivo principal era dotar a região de uma infra-estrutura que atenuasse os efeitos das estiagens, na realidade não alcançou esse fim, e não por falta de conhecimentos técnicos para solução dos problemas, mas por outros fatores, dentre os quais destacamos: 1º ao nível nacional, a instabilidade da política federal para a região; 2º as próprias oligarquias que, apesar de propalar a necessidade de solução para o problema, foram as principais pela manutenção da situação, pois, além das apropriações indevidas, colocavam entraves as desapropriações previstas nos projetos da Inspetoria.

Em 1919, sob o Decreto 13.687, a IOCS é federalizada, passando a se chamar Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), adquirindo maior capacidade de atuação (SILVA, 2010).

Conforme Moreira e Targino (2006), nos anos de 1940, podemos evidenciar uma mudança substancial no entendimento da questão nordestina, quando a seca deixa de ser encarada como a única causadora dos males da região. O subdesenvolvimento econômico e social, passa a ser percebido como um dos elementos do seu real problema. Neste sentido, várias medidas objetivando o desenvolvimento regional são adotadas, dentre elas a transformação, por meio do Decreto-Lei 8.846 de 28 de dezembro de 1945, na gestão de Getúlio Vargas, do IFOCS em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de realizar obras permanentes – de infraestrutura contra os eventos extremos de secas e inundações, a prática da irrigação – e desenvolver ações em situação de emergência.

Limitações orçamentárias, dificuldades tecnológicas de acesso aos insumos necessários à irrigação e a preparação dos agricultores para lidar com as técnicas da agricultura moderna foram alguns dos obstáculos que o órgão enfrentou. Além disso, outro desafio, notadamente até os anos de 1950, centrava-se na questão do domínio das terras

que deveriam ser destinadas para irrigação nas bacias dos açudes, tendo em vista a resistência das oligarquias rurais adeptas da pecuária extensiva, muitas vezes impedindo a abertura de canais para irrigação em suas propriedades (SILVA, 2010).

De acordo com Oliveira (1993), até por volta de 1959 o DNOCS era praticamente o único órgão do governo federal atuando na implantação de obras⁸ de engenharia no Nordeste, como a construção de açudes, ferrovias e usinas hidrelétricas. Seguindo essas políticas, o DNOCS foi responsável pela construção de 310 açudes públicos e 662 barragens privadas em propriedade de grandes e médios fazendeiros.

Outro importante passo para a construção de uma nova visão do problema regional foi à criação do Banco do Nordeste, através da Lei nº 1.649 de 19 de junho de 1952, apresentando como objetivos principais: financiar a instalação de indústrias e as empresas agropecuárias, fornecer crédito em longo prazo para a construção de uma melhor infraestrutura física que permitisse o desenvolvimento das atividades produtivas, realizar pesquisas e estudos sobre a realidade regional e treinar e capacitar mão de obra para atender aos novos requisitos da economia nordestina (MOREIRA; TARGINO, 2006).

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) favoreceu a discussão sobre a questão regional, brasileira e nordestina, servindo de base para a construção da estratégia de desenvolvimento regional e consolidando a visão que apregoa o subdesenvolvimento⁹ como real problema a ser resolvido. O Grupo foi criado através do Decreto nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956, e chefiado por Celso Furtado. Com inspiração Cepalina¹⁰, o relatório do GTDN foi apresentado em 1958, identificando como

⁸ “Na Paraíba, o DNOCS atuou, nos anos noventa, tanto na produção de água como na distribuição de recursos hídricos para irrigação. As principais obras desse órgão foram seis açudes com capacidade de acumulação total de 486 milhões de m³” (GALVÃO, 2003, p. 287).

⁹É necessária a compreensão de que os problemas do subdesenvolvimento não desaparecem automaticamente com o crescimento econômico. Algo falho no documento do GTDN que, pós identificar os desequilíbrios intrarregionais, afirma ser o processo de industrialização regional a chave para superação das diferenças. Yves Lacoste ao tratar das contradições do crescimento e do desenvolvimento afirma “na medida da “modernização”, da expansão do capitalismo nos países subdesenvolvidos, o agravamento do desemprego maciço e crônico constitui-se no fator principal e na manifestação fundamental do desenvolvimento das contradições. Os investimentos que eram considerados indispensáveis para acabar com ele, contribuíram apenas para acentuá-lo, arruinando atividades de baixa produtividade que empregavam muita mão-de-obra no campo e na cidade. [...] O crescimento e o desenvolvimento destroem o que resta das relações sociais “tradicionais” e generalizam relações salariais capitalistas” (LACOSTE, 1985, p. 271).

¹⁰ Diz respeito à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), “o pensamento cepalino mostrava o sistema real da divisão internacional do trabalho e das características das relações centro-periferia, que concentrava a renda em benefício dos países industrializados [...] a Cepal havia redescoberto a América Latina, explicando as peculiaridades do subdesenvolvimento com base na dependência tecnológica e nos desequilíbrios comerciais. Com essa percepção, explica por que o subdesenvolvimento não se tratava de uma fase que antecedia ao desenvolvimento, conforme apregoava a doutrina dominante” (SILVA, 2010, p.115).

real problema do Nordeste o seu subdesenvolvimento face ao centro dinâmico da economia, o Centro-Sul do país. Após apresentar os diferenciais interregionais, o documento elege como principal estratégia para a superação desses desequilíbrios o processo de industrialização regional. Nesse processo, o papel do Estado era fundamental, pois, a industrialização sem planejamento poderia aguçar os desequilíbrios e inviabilizar a superação do subdesenvolvimento (SILVA, 2010).

O Plano de ação apresentado no documento do GTDN foi estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região das terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida (BARCELAR, et. al., 1994, p.160).

No relatório é evidenciado que as medidas tomadas para combater os efeitos das secas, que consistiam, até aquele momento, em medidas de curto prazo, de caráter assistencial, e de longo prazo concentradas na construção de uma rede de açudes, etapas preliminares na execução de uma política de melhor aproveitamento de terras e águas na região, contribuíram indiretamente para fixar um excedente demográfico crescente, porém sem modificar a raiz do problema, tendo em vista que a seca não aparecia como um problema social menos grave do que quando se iniciou o combate sistemático de seus efeitos (BARCELAR, et. al., 1994).

As contradições na reprodução do capital e nas relações de produção evidenciadas nas duas principais “regiões” do país, o Centro-Sul e Nordeste, começam a ser percebidas como conflito entre uma, em crescimento, e outra, em estagnação. É nesse contexto que durante a presidência de Juscelino Kubitscheck, em 1959, foi criada, por meio da Lei nº 3.692, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com intuito de estimular o desenvolvimento do Nordeste e, assim, atenuar, ou pelo menos conter, a intensificação das disparidades regionais, isto é, corrigir os desequilíbrios regionais. A SUDENE teve papel estratégico no processo de construir o “Novo Nordeste” no sentido de

racionalizar os espaços, deslocando o poder da oligarquia agrária nordestina (algodoeira-pecuária) para a burguesia do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1993).

A SUDENE pautada por uma visão desenvolvimentista passou a tratar a seca não como problema regional, mas como uma das dimensões do subdesenvolvimento nordestino. Nesse sentido, a resposta dada não poderia ser centrada puramente no armazenamento de águas, mas na superação das estruturas socioeconômicas vigentes na região semiárida. A solução passava pela incorporação nos programas de aproveitamento hídrico das dimensões sociais e econômicas que na maioria das vezes foram esquecidas pelos demais órgãos (SILVA, 2013). Daí a maior necessidade da reorganização das atividades produtivas, visando a sua maior resistência às secas periódicas.

Neste sentido, diversas medidas foram apresentadas. Dentre elas destacamos as seguintes: maior reestruturação da malha fundiária, difusão de culturas mais adaptadas ao ambiente natural, a exemplo da palma forrageira, da algaroba, entre outras, e a viabilização de grandes projetos de irrigação, voltados principalmente para a produção de frutas para o mercado externo e para unidades de beneficiamento das mesmas (SILVA, 2010).

O Nordeste, tido como região problema, nas decisões políticas, é inserido nos planos nacionais, materializados com a criação de instituições que alavancariam o segmento industrial, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da SUDENE e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Contudo, temendo perder o controle político e econômico, as oligarquias regionais impediam ações mais amplas. Mesmo assim, convém ressaltar a relevância e a contribuição desses órgãos “na criação de infraestruturas, como energia e estradas, dando melhores possibilidades para ampliar as atividades de transformação e serviços de apoio e de capacitação para o trabalho” (LIMA; et. al., 2011, p.60).

De modo geral, os órgãos estatais deixaram um acervo muito rico de estudos e obras, com destaque para os açudes e poços construídos na Região Nordeste. Entretanto, apesar de amenizar a situação durante os períodos de estiagem, tais ações não são suficientes para solucionar os problemas relacionados às secas.

[...] o grande equívoco na luta que se empreende contra a falta de água no Nordeste, desde o período imperial, é que a intervenção governamental vem sendo feita visando “lutar contra a seca” e não lutar “contra os efeitos da seca”. Esquecem-se os nossos administradores que a seca, como tal, não pode ser combatida, de vez que é um fenômeno natural. Na realidade, o que deve ser feito é uma conscientização da população

visando à adaptação à seca e travar luta para atenuar os seus efeitos (ANDRADE, 1999 apud LOPES, 2008, p.47).

Nesse contexto, Batista (2001), afirma que a baixa eficiência do aparelho público, o caráter paternalista das obras, a ausência de coordenação, a baixa eficiência no uso das águas disponíveis e a descontinuidade dos trabalhos associados à ignorância política no tratamento da água, são responsáveis pelo quadro de agravamento da pobreza vivido pelos sertanejos do semiárido.

Como apresentado até o momento, as respostas governamentais dadas à problemática das secas no semiárido nordestino foram essencialmente de caráter emergencial, por meio das frentes de trabalho, da distribuição de alimentos e do próprio crédito emergencial. Ações que amenizavam o flagelo de forma pontual sem nenhum planejamento, como se aquele quadro não fosse se repetir. Investiu-se na construção de açudes grandes e médios, de canais e na instalação de perímetros irrigados. Ao contrário, na preparação do homem para o manejo do solo e da água investiu-se quase nada.

Conforme Moreira e Targino (1997), a persistência do quadro de secas alertou para o fato de ser necessário mais do que acumular água. Era preciso permitir a continuidade da atividade agropecuária durante os períodos de estiagem prolongada, através do processo de irrigação, além de modificações na utilização do solo para melhor adaptar-se aos rigores climáticos.

A reincidência a seca no final da década de 70 trouxe mais uma vez à ordem do dia a discussão sobre a questão da irrigação no semi-árido. Passa-se a admitir, a partir de então, que esta só seria viável se atrelada a uma estrutura de captação, armazenagem e distribuição de água que contemplasse também a pequena e média açudagem, que possibilitasse paralelamente a difusão de poços e cacimbas, a perenização de rios e, sobretudo, que beneficiasse o pequeno e médio produtor (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.207).

Nessa perspectiva, alguns programas governamentais foram instituídos, como o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), o Projeto Sertanejo¹¹ – ambos voltados para atender o semiárido nordestino – e o Projeto Canaã¹² –

¹¹ “Beneficiou especialmente as maiores propriedades e seu principal resultado foi o de propulsor da valorização do capital via valorização de terras e expansão da pecuária” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.208).

¹² Galvão (2003) destaca o Projeto Canaã como “o mais importante plano de metas para o setor hídrico [...] que visava modificar o quadro econômico e social do semi-árido paraibano” (GALVÃO, 2003, p.233).

direcionado para o semiárido paraibano e que teve suas ações limitadas à construção e instalação de barragens (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Além dos projetos e programas de irrigação e combate à seca, já citados, destacamos também o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE),¹³ criado pelo Decreto nº 74.794, de 29 de outubro de 1974, como outra ação governamental executada no território nordestino. Conforme Soares e Rodrigues (2011), esse Programa foi implementado na Paraíba somente no ano seguinte, apresentando ações direcionadas para apoiar a produção, a infraestrutura social e física.

De modo geral, as intervenções governamentais direcionadas ao combate da seca, realizadas até os anos de 1980, beneficiaram grupos seletos da elite latifundiária, e, sendo evidenciada pouca resposta aos problemas da grande maioria dos pequenos agricultores que, continuaram dependentes da irregularidade climática e dos interesses da política assistencialista, historicamente presente no território semiárido.

Hoje, embora a seca continue a afetar a produção agropecuária e, em consequência, a população trabalhadora rural da região semi-árida, os efeitos da seca assumem uma nova face: o colapso do sistema de abastecimento d'água das cidades". Essa nova faceta é tão mais importante à medida do crescimento significativo do grau de urbanização da população da região semi-árida. Não é a toa que, nas últimas secas, parte considerável dos recursos foi destinada à construção de adutoras (MOREIRA; TARGINO, 2006, p.120).

Diante do exposto, evidencia-se o deslocamento do discurso da seca no campo, para o discurso da “falta d’água” nas cidades. As populações carentes aparecem como público prioritário nos discursos e na busca de soluções, algo que foi apresentado como principal argumento para a defesa da necessidade de investimentos do Governo Federal em um “grandioso projeto hídrico” – a Transposição das Águas do São Francisco¹⁴ (GALVÃO, 2003).

Dentre os temas destacados por Galvão (2003) como relevantes para o atual debate das águas no semiárido, também se destacam: o efeito integralizador através do

¹³ “Esse programa, pautado na teoria de François Perroux, pretendia promover o desenvolvimento regional a partir de inversões em algumas áreas identificadas como possuidoras de potencial para o desenvolvimento de atividades agroindustriais” (MOREIRA; TARGINO, 2006, p.115).

¹⁴ O Projeto de Integração do São Francisco (PISF) é a maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil, formado por dois grandes eixos (Norte e Leste). É através do eixo Leste que as águas do São Francisco alcançam o Cariri paraibano. Esse eixo leva água para o açude Poço da Cruz (PE) e para o rio Paraíba que é responsável pela manutenção dos níveis dos açudes Poções, Camalaú, Eptácio Pessoa, conhecido como Boqueirão, e Argemiro de Figueiredo – Acauã (BRASIL, 2018).

plano das águas e a consciência construída acerca da água como bem social, econômico e ambiental.

No final dos anos noventa foi definido um novo plano integrado à Lei nº 9.433/97, denominado "Plano das Águas", dando importância à gestão de recursos hídricos, considerando os projetos de construção, recuperação e ampliação de açudes públicos, da adução de águas para abastecimento humano e animal e para grandes, médios e pequenos projetos de irrigação, sobretudo, privada (GALVÃO, 2003). O autor acrescenta que “Transposição e Plano das Águas passadas para o povo com a imagem de obra redentora, de que iria beneficiar todos os nordestinos na verdade servem de instrumento para potencializar candidaturas para cargos políticos” (GALVÃO, 2003, p.270).

Outra iniciativa importante para a Paraíba citada por esse autor é o Sistema Adutor do Cariri, construído com a finalidade de abastecer dez municípios¹⁵ que registram os menores índices pluviométricos do estado, por volta dos 300 mm/ano, e de minimizar os efeitos das estiagens prolongadas.

Outro programa governamental que apresenta ações voltadas à produção, distribuição e uso de recursos hídricos no estado da Paraíba foi o Projeto Cooperar, criado em 1997. Trata-se de uma ação governamental voltada ao combate da pobreza, bem como aos efeitos das secas no território paraibano. Detalhamento desse Projeto e suas ações são apresentados com mais particularidades no segundo capítulo deste trabalho.

A realização de práticas voltadas para solucionar o problema da seca, a persistência do quadro de pobreza e a criação de novos temas e ações direcionadas ao semiárido nos permite afirmar a realização de uma reestruturação tanto nas ações como no pensar as questões relacionadas ao território semiárido e ao direcionamento para um novo olhar voltado para as possibilidades no e do território.

¹⁵ São eles: “Boqueirão, Cabaceiras, Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, São Vicente, Seridó, Cubati, Pedra Lavrada e Olivedos” (GALVÃO, 2003, p.254).

1.2 – MUDANÇAS NA FORMA DE PENSAR E AGIR NO TERRITÓRIO SEMIÁRIDO

O Nordeste, enquanto região, apresenta-se como uma categoria de análise geográfica recente, que emergiu no começo do século XX e que, apesar de aparecer como uma das regiões geográficas mais discutidas, Andrade (1996) a destaca como a menos conhecida do país, diz ele:

O Nordeste é apontado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda per capita dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife* (ANDRADE, 1996, p.22).

Esse Nordeste também aparece na arte por meio da pintura, do cinema, da literatura, muitas vezes contribuindo para a perpetuação da visão preconceituosa da Região, como o Nordeste da fome e da miséria em que aparecem imagens de um lado, do “Nordeste açucarado”, de Gilberto Freyre, e de outro, a do “Nordeste dolorido”, de Graciliano Ramos, em obras como *O Manifesto Regionalista* e *Vidas Secas* escritas pelos respectivos autores (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). O Nordeste assim concebido também é apresentado em letras de músicas de Luís Gonzaga, nas pinturas de Portinari, nas poesias de João Cabral de Melo Neto, dentre outros. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma visão real e ideológica apropriada muitas vezes para atribuir à natureza a culpa por problemas políticos, sociais e culturais historicamente construídos, e, assim, favorecer grupos político-econômicos dominantes.

Embora na arte também se expresse o espaço-rebelde¹⁶, espaço-denúncia, das injustiças, da crueldade das relações sociais; no país o estereótipo produzido também se faz presente nos discursos apropriados por determinados grupos que falam em nome da região Nordeste como aquela que necessita ou carece de ajuda. E isso é algo que possibilita seu uso em discursos como “espaço-pretexto” para pedir providência dos poderes públicos ou mendigar favores. Antes de darmos continuidade a esse pensamento construído acerca do

¹⁶ Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), sobretudo no terceiro capítulo de sua obra *A invenção do Nordeste e outras Artes*, refere-se ao que ele evidencia como sendo os Territórios da Revolta, no qual a arte se mostra como denúncia e como revelação, mesmo que construída por uma esquerda de elite, numa construção feita por nordestinos e não nordestinos, acerca da região nordeste.

território semiárido, pensamos ser importante trazer ao texto uma breve caracterização da região¹⁷ que hoje compreende o Semiárido brasileiro, bem como da nossa área de estudo.

Já de início destacamos que não dá para pensar o semiárido de forma homogênea. Compreendemos que ao caracterizá-lo, não podemos esquecer que o mesmo está mesclado por inúmeras particularidades presentes em seu território. Ressaltamos, também, que da maneira como estamos conduzindo nosso entendimento seria mais pertinente o tratarmos enquanto “sertão”, tendo em vista a identidade cultural que esta expressão carrega, porém optamos por utilizar a denominação política-administrativa de Semiárido, já que é nessa que acontece de fato às intervenções governamentais e a efetivação das políticas públicas. Dessa forma, esclarecemos que o fato de estarmos dando destaque à ação, não quer dizer que nossa abordagem esteja voltada somente para a “ação no espaço”, mas para as relações que se estabelecem no território.

Como mencionado antes, interessa-nos sua apreensão enquanto processo. Nessa perspectiva, Santos (1996) afirma que a ação deve ser compreendida como um ato projetado e que, portanto, deve ser entendida como processo dotado de propósito, onde os resultados ou a finalidade é alterar ou modificar a situação em que se insere – o meio. Esclarece também, a ação como própria do homem, pois só ele tem objetivo, finalidade. Assim, as ações derivam de necessidades que podem ser naturais ou criadas. Essas necessidades – materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas – conduzem os homens a agir e levam a funções, que de maneira sintética, implica no papel a ser desempenhado pelo objeto criado.

Recentemente, de acordo com a Resolução nº 107/2017, o Semiárido brasileiro passou por revisão quanto a sua área de abrangência¹⁸, mediante critérios técnicos e científicos estabelecidos para uma nova delimitação da área de atuação da SUDENE. Entre os critérios estabelecidos destacam-se: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, sendo considerados todos os dias do ano.

A delimitação da Região semiárida passou por inúmeras reconfigurações¹⁹. A mais recente é a de 2017, elaborada com a justificativa de que seria insuficiente considerar

¹⁷ Região aqui aparece somente como área de delimitação oficialmente reconhecida.

¹⁸ Portaria Nº 89, de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional; Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas.

¹⁹ O Polígono das Secas de 1989 incluía áreas subúmidas (a Zona da Mata) para atender interesses políticos, algo comum quando observamos de perto a criação e reconfiguração de regiões, que passam por diversos

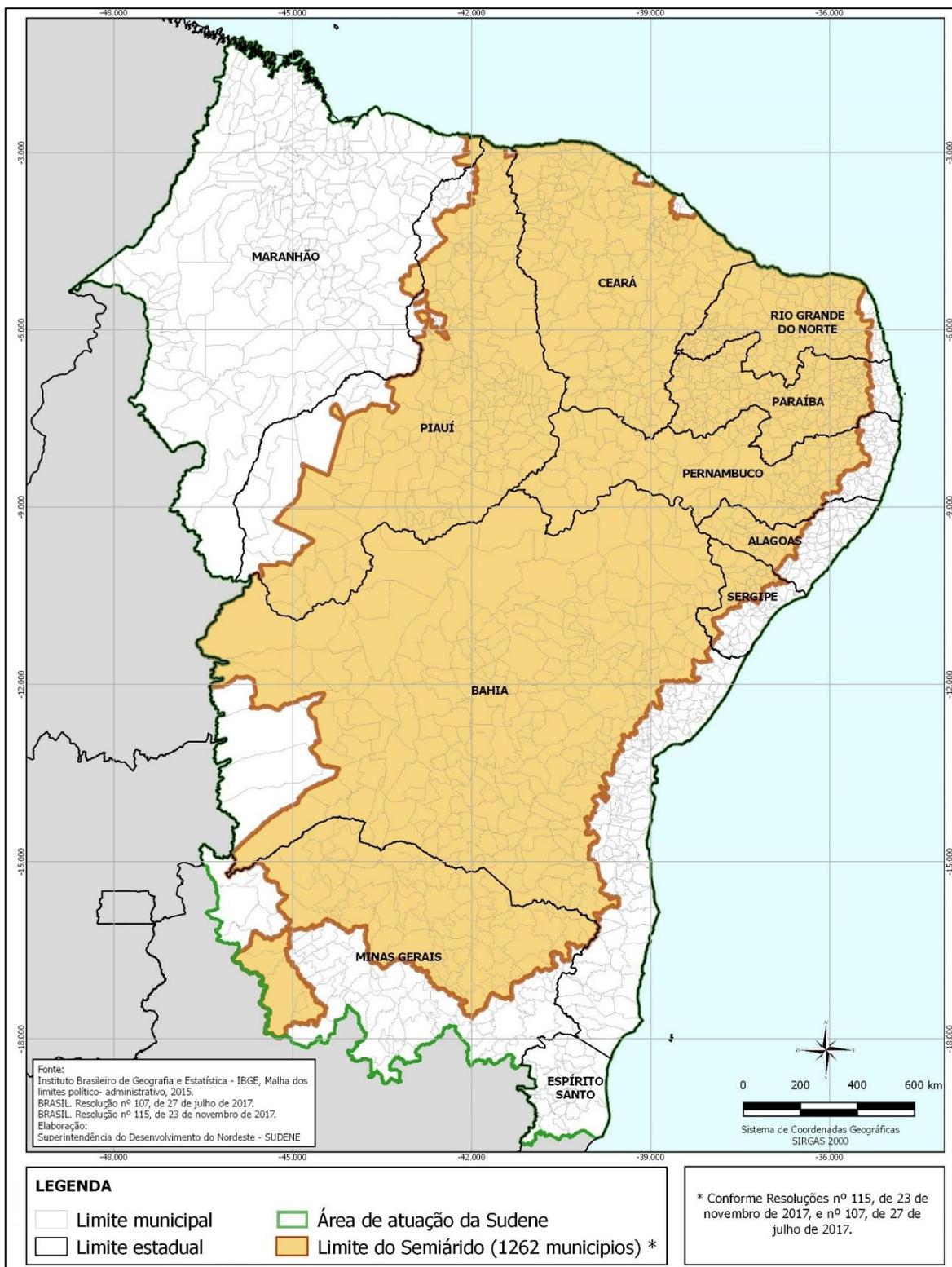
apenas o índice pluviométrico para sua delimitação, como vinha sendo estabelecido anteriormente. Na nova delimitação²⁰, o Semiárido brasileiro é formado pelos municípios dos Estados nordestinos e por alguns municípios do Estado de Minas Gerais, como pode ser visualizado no **Mapa 02**.

A nova delimitação engloba áreas que estão “fora” do semiárido, mas que se mantêm como pertencentes à região, tendo em vista que, no nosso entendimento, há certa vaguidade nos critérios estabelecidos. Para nós, isso deve-se ao fato de que essa, assim como em outras regionalizações, contém uma forte presença de componentes políticos, o que implica considerar a presença, ou influência, de relações de poder estabelecida por grupos políticos hegemônicos que desejam se beneficiar de privilégios, como ter acesso a recursos e investimentos destinados aos municípios do semiárido, sobretudo quando da ocorrência de períodos de estiagem prolongada. Por isso, estar inserido nessa nova delimitação ou fazer parte dessa região que, de forma contraditória, é historicamente mostrada como de atraso, revelando-se como fundamental para os “donos do poder”. Apesar dos discursos do atraso enunciado por determinados grupos locais ou regionais, estes se beneficiam das mesmas características que apontam como problemas para a região, como evidenciado nos estudos de Castro e Magdaleno (1996).

interesses dos grupos dominantes, isto é, aqueles revestidos de poder. Na verdade esse jogo de interesses se mantém até os dias atuais.

²⁰ São considerados aptos para inclusão no semiárido, municípios da área de atuação da SUDENE que alcancem ao menos um dos critérios estabelecidos e que sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL).

Mapa 02 – Delimitação do Semiárido brasileiro, contemplando a área de atuação da SUDENE



Fonte: SUDENE, 2017.

Malvezzi (2007) destaca que estudos sobre as regiões semiáridas colocam o Semiárido brasileiro como sendo o mais chuvoso do planeta, com uma pluviosidade média de 700 mm/ano, porém com um regime pluviométrico bastante irregular, variando de 250 mm/ano a 800 mm/ano. Há um déficit hídrico, mas isso não significa falta de chuva ou de água. A principal questão é que a chuva que cai é menor que a soma da evaporação – em média de 3.000 mm/ano – causada por insolação, ventos e evapotranspiração (transpiração de plantas e animais).

A vegetação predominante na região é de caatinga hiperxerófila, resistentes com múltiplos espinhos protetores, caducifólias, que perdem suas folhas durante a estação seca, mas que ao chegar às primeiras chuvas reverdece. Quanto aos solos, são predominantemente rasos e pedregosos, com a presença de afloramentos cristalinos, o que dificulta a absorção da água.

Como reflexo das condições climáticas dominantes de semiaridez a irregularidade pluviométrica, as condições hídricas associadas são insuficientes para que os rios se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações; constitui-se exceção o Rio São Francisco.

Nosso semiárido é também o mais populoso. Dados recentes fornecidos pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA) – 2014 – presentes no do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro (SIGSAB), apresentam, com base nas estimativas populacionais dos municípios em 2014, que a população do semiárido cresceu mais de 5% entre 2010 e 2014, atingindo 23.846.982 habitantes, o que equivale a pouco mais de 34% da população do Nordeste e cerca de 12% da população do país.

Como já destacamos, o semiárido é caracterizado por várias particularidades ecológicas, políticas e econômicas. Nessa porção do território brasileiro, é também eivado de particularidades o município de Cabaceiras, situado na Microrregião do Cariri Oriental, onde se localiza o nosso objeto de estudo. Segundo a nova classificação apresentada pelo IBGE (2017), intitulada Regiões Geográficas do Estado da Paraíba²¹, o município de

²¹ De acordo com essa classificação, o estado da Paraíba está dividido em quatro Regiões Geográficas Intermediárias: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Souza-Cajazeiras, e quinze Regiões Geográficas Imediatas: Mamanguape-Rio Tinto, João Pessoa, Itabaiana, Guarabira, Cuité-Nova Floresta, Campina Grande, Sumé, Monteiro, Patos, Princesa Isabel, Itaporanga, Cajazeiras, Souza, Pombal, Catolé do Rocha-São Bento. Segundo essa classificação, o Cariri paraibano está situado na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, que é formada por três Regiões Geográficas Imediatas: Sumé, Monteiro e Campina Grande (IBGE, 2017).

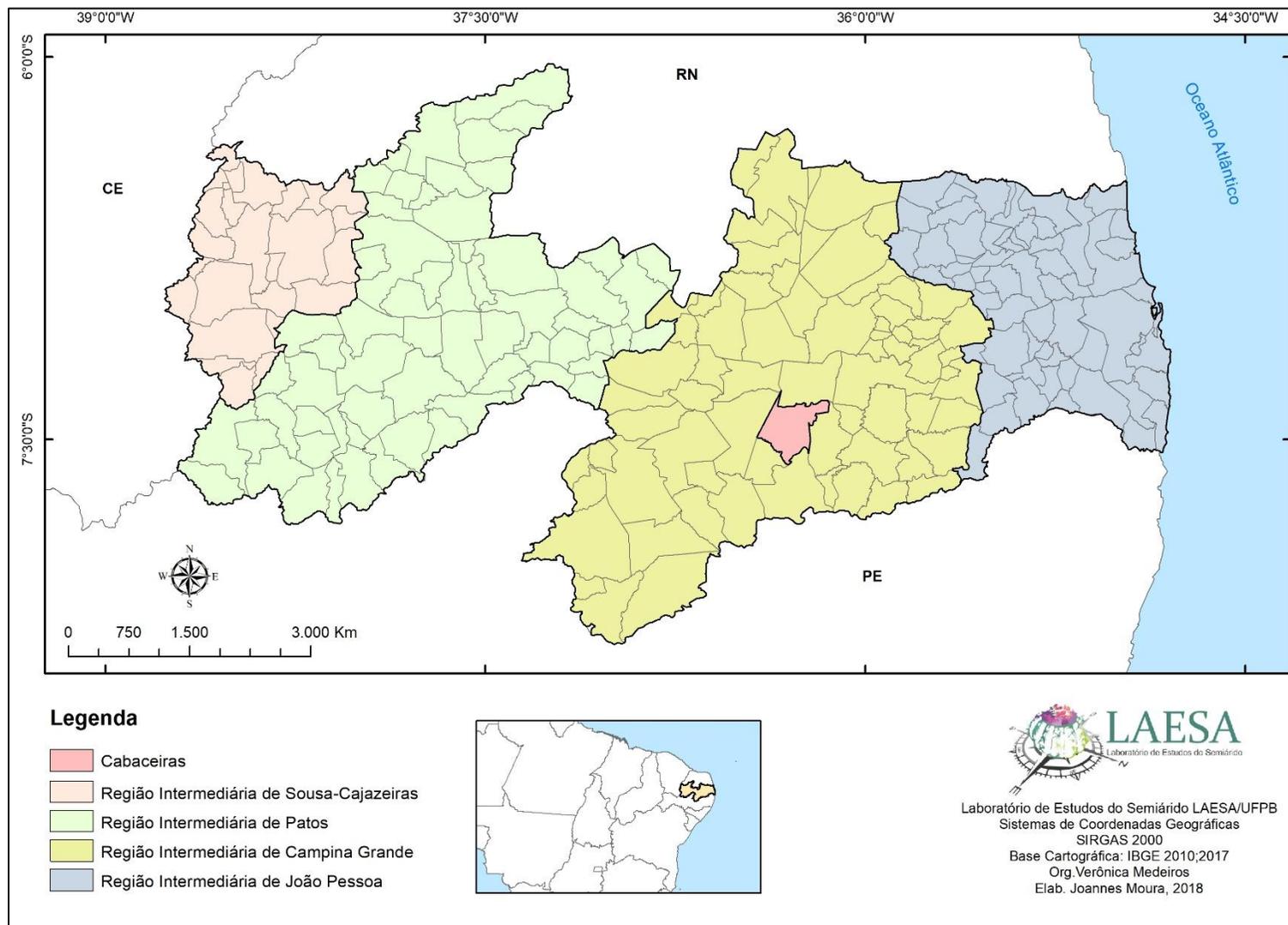
Cabaceiras integra a Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, situada na também Região Geográfica Imediata de Campina Grande (**Mapa 03**).

O nome do município originou-se da abundante plantação, encontrada pelos seus fundadores, de uma planta nativa rasteira a cabaceira, que produz a cabaça fruto de formato aproximado ao de uma pera (fruto da pereira). Quando seco, o fruto da cabaceira era comumente utilizado pela população das seguintes formas: ao serrar a parte superior do fruto em forma de gargalo ele podia ser aproveitado como recipiente para transportar ou armazenar água; quando aberto de forma longitudinal formam-se duas cuias²² utilizadas como utensílios domésticos.

Outro elemento de ocorrência marcante no município é o processo de desertificação que acarreta problemas ecológicos e socioeconômicos. Como consta nos estudos acerca do território paraibano, a degradação ambiental no Cariri tem raízes profundas, atreladas, inicialmente, ao desmatamento para o cultivo do algodão e a exploração de lenha para cercas de propriedades rurais, fabricação de carvão vegetal ou para formar pastagens (MOREIRA; TARGINO, 1997). Além disso, deve ser considerado que espécies vegetais da caatinga também foram, e continuam sendo, o principal alimento dos animais, principalmente dos caprinos e ovinos. Como consequência, o atual potencial forrageiro da caatinga é bem menor, quando comparado há anos anteriores, como evidencia Souza et. al., (2016).

²² Termo utilizado pela população local para se referir a utensílios domésticos feito com a cabaça cortados em forma de vasilhas.

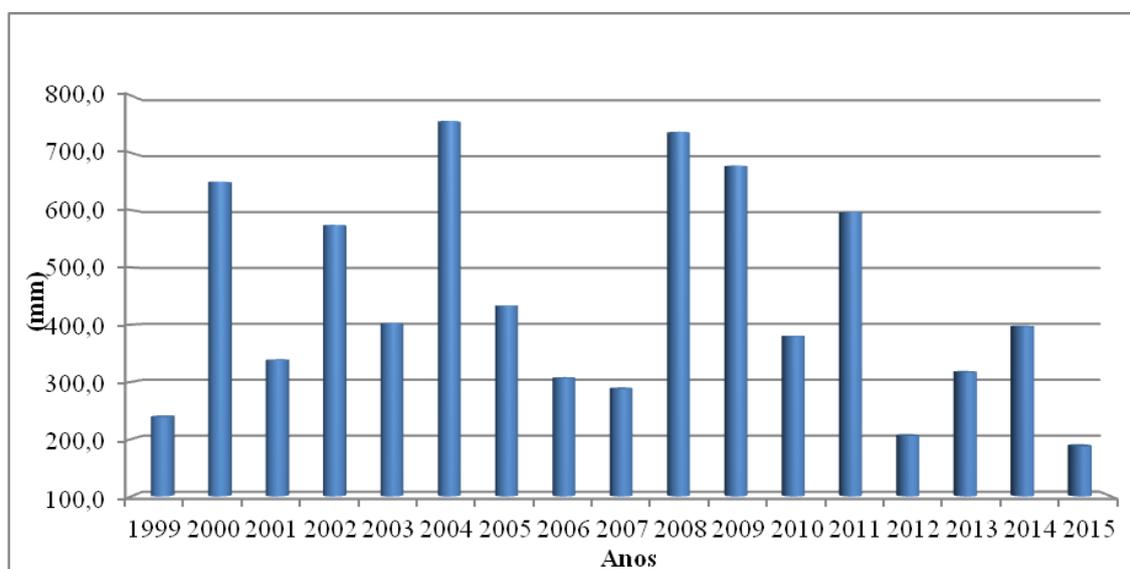
Mapa 03 – Regiões Geográficas Intermediárias do estado da Paraíba com destaque para a localização do município de Cabaceiras



Fonte: Organizado pela autora. Elaborado por Joannes Moura, 2018.

Cabaceiras é considerado como um dos municípios brasileiros que registra as menores médias pluviométricas, aparecendo assim, na literatura, como o município que menos chove no país, com médias inferiores a 300 mm/ano, o que possibilita, muitas vezes, a ideia errônea de local que não chove. No intuito de desmistificar esse entendimento, trazemos como exemplo dados representativos de médias pluviométricas do município de Cabaceiras (**Gráfico 01**), que mesmo se apresentando como uma série histórica relativamente curta permite-nos visualizar sua extrema variação.

Gráfico 01 – Precipitação anual no município de Cabaceiras (PB), entre 1999-2015



Fonte: AESA (2016).

Elaborado pela autora, 2016.

De acordo com os dados apresentados pela Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba (AESAs), podemos observar que os anos de 2004 e 2008 registraram médias superiores a 700 mm, com a ocorrência, inclusive, de enchentes no município (**Fotografia 01**).

Fotografia 01 – Cabaceiras – Registro de enchente no ano de 2008



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.
Acervo fotográfico de morador local.

Em contrapartida, na maioria dos anos foram registradas médias inferiores a 400 mm/ano²³. Essa variabilidade das chuvas, algo característico do nosso semiárido, e a baixa pluviosidade predominante são explicadas pelo fato de seu território estar inserido no ponto final de perturbação atmosférica e causadores de chuva na Região Nordeste, no qual o corredor mais árido atravessa do Norte da Paraíba ao Sul de Pernambuco, com pluviosidade menor que 500 mm ao ano (NIMER, 1979).

As características naturais associadas aos indicadores socioeconômicos contribuíram para que a Região Nordeste recebesse o estigma, ou rótulo, de “região problema”, sendo, então, tratada como uma questão a ser resolvida: a “questão Nordeste”, por apresentar em seu conjunto os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país (RIBEIRO, 1999).

Apesar da permanência de baixos indicadores socioeconômicos, entendemos que há um movimento em curso que visa alterar essa forma de ver e pensar a região, principalmente o território semiárido. Esse movimento é pautado por uma nova abordagem ou mudança paradigmática: a convivência com o semiárido.

²³ Vale destacar que se observada em uma escala mensal, por exemplo, essa variação (temporal e espacial) seria ainda mais evidente, porém, nosso intuito aqui é o de enfatizar a irregularidade das chuvas, comum na região, e ao mesmo tempo não contribuir com a reprodução do discurso de semiárido como lugar que não chove.

Apesar das diversas abordagens, estudos e interpretações, a maioria das pesquisas atuais sobre o semiárido expressa o entendimento de que a seca é um fenômeno climático natural de ocorrência periódica, ou seja, ela sempre existiu e continuará existindo. Por isso, cabe a nós aprendermos a conviver com esse fenômeno e buscar alternativas que possibilitem alterações das condições sociais, e principalmente políticas, que predominam no território semiárido.

A partir dessa compreensão, concordamos com Andrade (2001) na defesa de que quando se fala em semiárido é necessário pensá-lo de forma permanente, com uma integração entre a sociedade e a natureza, e principalmente, não deixando para enfrentar os problemas apenas nos períodos de seca, quando as ações emergenciais substituem a visão permanente dos problemas a serem solucionados.

Portanto, olhar a seca pelo seu viés puramente físico não é suficiente para entendermos seus efeitos na vida daqueles que a enfrentam. Segundo (Silva, 1980 apud Ferreira, 1993, p. 13):

Seca, no seu rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, simplesmente o problema d'água; isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais compreensiva com efeito, o fenômeno físico da escassez da chuva influi no homem de uma região pela alteração profunda das condições econômicas que, por sua vez, se refletem na ordem social. Assim encarada, a seca é um fenômeno muito vasto, de natureza tanto física como econômica e social.

Seguindo essa lógica, entendemos que, para compreender as reais necessidades daqueles que vivem no território semiárido, faz-se necessário um olhar ampliado de seus aspectos naturais, sociais e econômicos, diferentemente do que ocorreu com as primeiras intervenções do governo, antes mencionadas.

Historicamente vendeu-se uma imagem distorcida do semiárido, a ideia de uma região árida e não semiárida. É como se não chovesse, “as imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos” (MALVEZZI, 2007, p.11). O que torna comum, ainda hoje, que as pessoas ao referir-se ao semiárido atribuam como característica principal a ausência de chuva, herança daquele imaginário construído, do qual já nos reportamos.

No entanto, são muitas as contribuições científicas que apontam o semiárido nordestino como próprio ao convívio. Malvezzi (2007) o apresenta como o mais chuvoso

do Planeta, com uma pluviosidade média de 750 mm/ano, a grande questão que se apresenta é a irregularidade e a variação pluviométrica no tempo e no espaço.

Com base nesses aspectos, entendemos que a problemática central não é a ausência de chuvas, mas sua irregularidade, característica comum do ambiente semiárido. Ocorre que essa variação é acrescida do fenômeno de evaporação, em média de 3.000 mm/ano, muito intenso na região, sendo três vezes maior que a média de precipitação. Esse elemento, a princípio, foi desconsiderado na elaboração e construção de projetos dos grandes reservatórios (MALVEZZI, 2007).

Silva (2013) também chama atenção para o fato de que essa variação das chuvas no tempo e no espaço dificulta a permanência de alguns corpos d'água e a maioria dos rios torna-se intermitente. Esses fatores naturais, associados às próprias ações humanas que utilizam os recursos naturais (solo, água e vegetação) de forma predatória, agravam ainda mais a situação.

Deslocando-se dessa concepção paradigmática, é cultivada uma nova leitura, sobretudo por organizações não governamentais, como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), bastante atuante no Cariri paraibano. Essas organizações, juntamente com outros agentes sociais como a igreja católica, auxiliam na organização da sociedade civil e passaram a difundir ideias e práticas fundamentadas em outra concepção: a convivência entre o homem e o meio ambiente como alternativa para se pensar a vida no semiárido, bem como possibilidade concreta de construção de alternativas econômicas e de promoção do protagonismo dos habitantes do semiárido.

De acordo com essa concepção Moreira Neto e Lira (2015, p.171) acrescentam:

A nova releitura da região semiárida procura desmistificar a ideia de que o problema central desse espaço é a falta de água. Aponta também que o nordestino não deve abandonar o seu espaço, não sendo preciso deixar a sua localidade, mas adaptar-se a ela, quebrando a ideia de que no Nordeste não se vive.

Vale destacar que essa nova perspectiva é resultado do processo de construção do conhecimento por aqueles que se dedicam a refletir sobre a realidade semiárida em seus variados contextos e, de acordo com intencionalidades diversas. Isso nos permite afirmar que não ocorreram alterações somente nas formas de intervir no semiárido, isto é, no seu uso, mas também foram evidenciadas mudanças nas formas de pensar e interpretar o território. Porém, também é válido acrescentar que essas alterações não significam o total

rompimento com práticas anteriores, principalmente do ponto de vista político e econômico, pois, no território semiárido ainda predominam formas tradicionais no pensar e no agir, ou seja, nas ações.

Em seus estudos acerca das intervenções governamentais nos Cariris Velhos da Paraíba ou Cariri paraibano, Souza, et. al., (2016), em um olhar acerca das medidas adotadas pelo governo federal para minimizar os efeitos da desertificação na vida da população, afirma que essas não se apresentam de forma tão eficiente, pois lhes falta um acompanhamento, isto é, um plano de geração de trabalho e renda compatíveis com as condições ambientais da região, havendo, portanto, a necessidade de um olhar integrado (físico e socioeconômico) na implantação das políticas públicas no território. Não pensar o quadro natural e o social de forma conjunta, em nosso entendimento, é cair no risco de contribuir para continuidade da visão errônea e suas práticas de solução do “problema” da seca que historicamente permeou as intervenções governamentais.

Sobre a convivência com o semiárido, Malvezzi (2007, p. 12) esclarece que:

A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população semi-árida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adequaram-se a ele e tornaram viável a vida. No Semi-árido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional.

Conforme Silva (2010), a noção de convivência surge na construção de uma proposta alternativa de enfrentamento e tentativa de superação das problemáticas sociais, econômicas e ecológicas no Semiárido brasileiro. Nesse sentido, a proposta foi formulada ao longo da história das crises regionais, como uma crítica ao pensamento e à política de combate à seca e aos seus efeitos, e ainda ao modelo de modernização econômica conservadora²⁴.

O referido autor também destaca que devemos considerar que a convivência expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial, e possibilita a construção

²⁴ Termo utilizado para referir-se ao movimento que representou inicialmente o período de crescimento econômico do Brasil na época da Revolução de 1964. Entretanto, constatou-se de fato um crescimento econômico, que na realidade do sistema de modernização contribuiu para a o aumento de concentração de poder e dinheiro nas mãos de poucos.

ou resgate das relações de convivência entre os seres humanos e a natureza. Assim, apresenta-se como desafio construir o sentido de convivência.

Não se trata simplesmente de novas técnicas, de novas atividades e práticas produtivas e de ações socioculturais. A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas a semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação (SILVA, 2010, p.189).

Nas palavras de Moreira Neto e Lira (2015, p.180):

[...] a proposta da convivência com o Semiárido não é algo que sempre existiu, mas uma ideia que surgiu graças à atuação de entidades governamentais e não governamentais, e vem ganhando cada vez mais espaço e legitimidade. A institucionalização desse discurso se operacionaliza a partir de um complexo encadeamento de redes e práticas sociais desenvolvidas, sobretudo, por organizações não governamentais (ONGs) e entidades religiosas, que ensaiam novas relações sociais, inventam novas interpretações desse espaço e dimensionam novas maneiras de ver e dizer o Semiárido. Trata-se de uma proposta que, ancorada na educação e no protagonismo social e político, pensa o sertanejo como parte integrante do seu meio, e que nele vive com dignidade e autonomia, sem repetir as experiências humilhantes da mendicância ou da retirância, sobretudo nos períodos de grandes estiagens.

Tomando como referência esse novo período, sobretudo a partir dos anos 2000, e as medidas adotadas, principalmente, pelo governo federal, Moreira e Targino (2006) ressaltam que, a partir de 2003, mesmo não tendo sido registrada nenhuma ocorrência de seca, algumas atitudes foram assumidas no intuito de viabilizar a permanência dos pequenos produtores rurais na região do semiárido nordestino. Essas medidas foram apresentadas de forma articulada ao Programa Fome Zero, que inclui programas como Bolsa Família, Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dentre outros.

Ainda de acordo com o pensamento de Moreira e Targino (2006), essas iniciativas aprofundam de algum modo, aspectos já presentes no Programa Especial de Financiamento

para Combate aos Efeitos da Estiagem na área de atuação da SUDENE – Medida provisória nº 1.756-8 de 14 de dezembro de 1998 – tais como:

[...] descentralização das ações com uma participação crescente dos estados e dos municípios na execução das atividades; articulação crescente com organizações da sociedade civil, seja na participação nos conselhos gestores dos programas, seja na proposição e na gestão de alguns programas (MOREIRA, TARGINO, 2006, p.124).

É nesse contexto de novas perspectivas e ações que alguns estudiosos, como Gomes (2001), vêm afirmando que é necessário reconhecer que as secas de hoje, já não afetam a população tão drasticamente como as de antes. Chama atenção para o fato de não haver mais registros de mortes humanas em massa durante as secas e que, até mesmo, a redução dos rebanhos não tem como única responsável à falta de água e alimento, mas também a própria decisão de seus proprietários em vendê-los, e no caso dos retirantes que ainda existem, mas em menor número.

Nesse sentido, também vem sendo apontadas algumas alternativas para a convivência com a semiaridez mediante o uso das chamadas Tecnologias Sociais Hídricas – algumas listadas no **quadro 01** – e atividades pautadas por uma perspectiva que considera a necessidade de compreender os elementos que fazem com que o território semiárido seja assim denominado.

Quadro 01 – Tecnologias Sociais Hídricas adequadas à convivência com o Semiárido Nordeste

Tecnologias	Descrição
Barragem subterrânea	Retém água no subsolo criando uma área embrejada e possibilitando cultivos permanentes.
Cacimba	É uma escavação normalmente no leito dos rios e riachos ou em porão de açudes quando secam. São utilizadas para abastecer as famílias, os pequenos animais, além das pequenas plantações.
Cisterna calçadão	Principal finalidade é captar água da chuva para produção.
Cisterna de placa	Utilizada para captação e armazenamento da água da chuva, sobretudo, para consumo humano.
Mandala	Pode ser feita em qualquer pedaço de terra, desde que tenha água suficiente para os cultivos e para manter a criação.
Tanques de pedra	Aproveita-se o cristalino que aflora nos solos sertanejos e constroem-se reservatórios quase naturais nas pedras.

Fonte: Malvezzi (2007) e Silva (2010).
Elaborado pela autora, 2017.

Dentre as práticas apresentadas, duas receberam maior destaque, sendo amplamente disseminadas no semiárido paraibano: a cisterna de placa, mediante o P1MC; e a cisterna calçadão, através do Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), que mostram a importância de ter uma cisterna para suprir as necessidades da família, sendo uma para o consumo doméstico e outra voltada para a produção.

Outro exemplo desse contexto de mudanças é o entendimento dos produtores e a escolha de criação de caprinos em relação ao gado bovino, tendo em vista que o primeiro apresenta uma resistência natural maior às adversidades nos longos períodos de estiagem e a consequente escassez de alimentos. Os caprinos também apresentam um menor tempo de gestação e de abate em relação ao gado. Além disso, eles têm valor comercial menor e venda mais fácil em caso de necessidade, constituindo-se em uma importante reserva de valor como forma de resistir ao longo período de estiagem (SOUZA; SUERTEGARAY, 2011).

Não é somente o fato de esses animais estarem melhor adaptados que favoreceu o fortalecimento das atividades ligadas a caprinocultura. O governo do estado da Paraíba teve papel importante nesse processo através da implementação de programas e projetos, como é o caso do Projeto Cooperar e do Pacto Novo Cariri, que serão abordados mais adiante.

Ainda nesse cenário de mudanças, não podemos deixar de enfatizar que, a partir de 2003, outras ações governamentais, sobretudo do Governo Federal, durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011) e Dilma Rousseff (01 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016)²⁵, algumas medidas tomadas no sentido de viabilizar a permanência dos pequenos produtores rurais no semiárido nordestino. Essas medidas aparecem articuladas por meio do Programa Fome Zero no qual, dentre outros, estão inclusos o Programa Bolsa Família, Programa Cartão Alimentação, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a política de Reforma Agrária e apoio a agricultura familiar.

Tais programas e políticas tiveram rebatimentos positivos na melhoria das condições de vida da população mais pobre que reside na Região Nordeste, notadamente

²⁵ É válido destacar que o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff não foi concluído em face de um golpe político, ocorrido em 2016, conduzido pelo então Vice-presidente Michel Temer e seus aliados políticos.

no semiárido. Dentre essas ações entendemos ser pertinente, em face das reflexões ora apresentadas, destacar a relevância do Programa Bolsa Família na Região do Cariri paraibano, tendo em vista a sua abrangência e a quantidade significativa de famílias em situação de vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Programa.

Ao participarmos, como bolsista de iniciação científica, do projeto “Políticas públicas, desigualdades e vulnerabilidade social: o que diferencia os desiguais no Cariri paraibano”, coordenado pelo Professor Dr. Anieres Barbosa da Silva, constatamos, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que 30.508 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Cariri paraibano em 2013. Em Cabaceiras, 1.039 famílias estavam inscritas no Cadastro Único, e 751 eram beneficiárias. É importante destacar que a partir de 2016, com a posse de Michel Temer, ocorreram expressivos cortes de recursos dos programas sociais o que, certamente, provocou uma diminuição do número de famílias beneficiadas pelo Programa.

Como características comuns, as medidas apontadas evidenciam um cenário de mudanças na perspectiva em relação ao semiárido que, de forma geral, têm auxiliado àquela parcela mais vulnerável da população com ações que tem possibilitado a permanência dos sertanejos do semiárido em seu lugar de origem. Os programas, juntamente com outras práticas como as denominadas Tecnologias Sociais, têm sido de extrema importância para as famílias. Devemos lembrar, porém, que o semiárido não é homogêneo. E, atentos a sua complexidade seguimos e encaminhamos nossas análises para além da semiaridez, no qual o território é reconhecido como possível de ser desenvolvido. Há que levar em consideração o fato de que esse novo olhar é apresentado por práticas pautadas em um novo discurso, o do desenvolvimento local. É nesse sentido que se apresenta o segundo capítulo, a seguir apresentado.

CAPÍTULO 02

PARA ALÉM DA SEMIARIDEZ: O SEMIÁRIDO COMO TERRITÓRIO DE POSSIBILIDADES

Nesse segundo momento propomos refletir sobre o semiárido, em especial nosso objeto de estudo, inserido no processo de mudanças que se estabelece impulsionado pela ocorrência da reestruturação produtiva, tendo como base para reflexão inicial o que foi pensado nos moldes ou na lógica econômica do desenvolvimento, bem como na abordagem mais recente do desenvolvimento territorial para induzir o desenvolvimento local, onde as áreas passam a ser vistas como possível de se desenvolver, mesmo que esse “desenvolvimento” mereça ser melhor analisado. Interessa-nos, principalmente um olhar para aqueles que de fato vivenciam as dificuldades de reproduzir-se e que procuram se organizar em grupos de representação, como as cooperativas, vistas como forma de inserção a modernização tecnológica.

2.1 – O TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

Kuhn²⁶ (1997) ao analisar a ciência no seu processo de construção e a sobreposição de paradigmas, define paradigma como realizações científicas universalmente reconhecidas e que durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência.

Nesse sentido, o estudioso afirma que dependendo da concepção de mundo de determinado autor, todas as abordagens são válidas. Entretanto, ocorre que em determinado contexto algumas teorias passam a não darem conta de explicar a realidade, iniciando-se assim, o processo de refutação, podendo culminar na superação do paradigma existente. O aparecimento de uma nova teoria requer a reconstrução da teoria anterior bem como a reavaliação dos fatos. Por isso, quando os paradigmas mudam ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade, tanto dos problemas como das soluções propostas (KUHN, 1997).

Seguindo este raciocínio, passamos a nos questionar sobre o que significou a mudança na compreensão e nas ações relacionadas ao tratamento da problemática e das questões relacionadas às secas e ao semiárido, e a percepção de que aquelas medidas anteriormente pensadas com a tentativa de combate a seca já não se faziam suficientes como resposta. A emergência da noção de convivência é evidenciada como um novo

²⁶ Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) foi um físico norte-americano e estudioso no ramo da filosofia da ciência. Sua obra “Estruturas da Revolução Científica” se apresenta como grande contribuição para refletir sobre a mudança de paradigmas.

paradigma, porém um não anula o outro, algo percebível ao observar as medidas e as políticas realizadas até hoje.

Pensando em dois dos questionamentos levantados no início deste trabalho: como é possível promover o desenvolvimento em regiões economicamente pobres? Na busca desse desenvolvimento, que caminhos e possibilidades se apresentam aos pequenos produtores locais em meio às adversidades climáticas e precariedades das infraestruturas sociais e econômicas presentes no território semiárido? Destacamos que existem distintos referenciais, por meio dos quais, é possível realizar uma análise e compreensão do processo e da dinâmica de desenvolvimento apontado, uma vez que inúmeras discussões foram desencadeadas.

Ao fazer uma breve revisão acerca dos principais paradigmas do desenvolvimento Silva (2015) assinala que após os anos de 1950, o termo já esteve associado as mais diferentes concepções, passando por várias mudanças no decorrer do tempo:

- No decorrer da década de 1950, o desenvolvimento aparece associado à perspectiva de modernização por industrialização;
- Em 1960, atrelado à perspectiva de desenvolvimento endógeno ou da dissociação;
- Na década de 1970, ao equacionamento das necessidades básicas;
- Em 1980, ao ajuste estrutural;
- Na década de 1990, ao desenvolvimento sustentável;
- No final da década de 1990 e início de 2000, atrelado à perspectiva de governança global, ao desenvolvimento territorial²⁷ ou “gestão social dos territórios”, com a busca por articulação entre atores sociais e desses com as políticas públicas.

²⁷ A adoção da abordagem do desenvolvimento territorial no país tem como marco inicial o Programa Comunidade Ativa, instituído pelo governo FHC no ano de 1999, por meio do qual se procurou induzir o desenvolvimento local das regiões menos dinâmicas. A gestão de programas sociais também foi descentralizada com o intuito de se evitar a dispersão e estimular a gestão participativa de recursos públicos. No ano de 2003, o governo Lula criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a qual se vincula ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A referida secretaria tem a incumbência de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios rurais (HESPANHOL, 2008, p. 383).

É evidente que essas concepções não foram aplicadas de forma contínua ou linear em nenhum país ou região, uma vez que, do ponto de vista operacional e ideológico, algumas são antagônicas. Esses paradigmas, que se configuraram após a Segunda Guerra Mundial, refletem a insatisfação com resultados e incertezas da estratégia mais adequada para propiciar o desenvolvimento em contextos e escalas geográficas diferentes (SILVA, 2015).

Amartya Sen (2000) em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, apresenta e distingue duas alternativas que estão presentes tanto nos estudos dos economistas quanto nos debates públicos.

Na primeira alternativa, o desenvolvimento é entendido como um “processo feroz, duro, disciplinado, um processo com muito sangue, suor e lágrimas, um mundo no qual sabedoria requer dureza” (SEN, 2000, p. 51). Nesse entendimento, a construção do desenvolvimento somente se faz possível mediante o afastamento, da forma mais ampla possível, de questões relacionadas à democracia, ao meio ambiente e aos direitos políticos e civis. Devendo, portanto, “se processar sobre as bases sólidas do trabalho incansável, pois o necessário aqui e agora é dureza e disciplina” (SEN, 2000, p. 51).

Essa concepção está sinalizada na compreensão do desenvolvimento como progresso e crescimento econômico que, no Brasil, perdurou por várias décadas e se fez notável nas políticas públicas estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal. Seus resultados são considerados insuficientes, do ponto de vista social, uma vez que foram intensificadas as desigualdades sociais no país.

A segunda alternativa apresentada por Sen (2000) pressupõe o desenvolvimento como um processo menos rígido, no qual afirma que a harmonia no processo passa por trocas mutuamente benéficas, mediante a atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social²⁸, ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras. Assim, o autor defende a tese de que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000, p. 17), sem deixar de lado o crescimento econômico, o aumento da renda e a melhoria dos processos produtivos. Essa concepção se assemelha a recente compreensão de desenvolvimento territorial e de valorização da dimensão local.

²⁸ Para Sen (2000) alcançar o desenvolvimento social só é possível mediante a remoção das principais fontes de privação de liberdade: a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressores.

Sen (2000) ainda ressalta que o mundo global em que vivemos, nega liberdades elementares à grande maioria das pessoas, ou seja, a liberdade de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória ou de obter remédios, a oportunidade de vestir-se ou de ter uma moradia adequada, de ter acesso à água tratada, saneamento básico, programas de assistência médica e educação. Enfim, nega liberdades políticas e civis e impõe restrições à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Notadamente, e na maioria das vezes, as respostas governamentais apresentadas apontavam como propostas e planos, medidas que almejavam, sobretudo, a busca do crescimento econômico, ou seja, o desejo do governo brasileiro em aumentar sua visibilidade como uma das grandes economias mundiais.

Segundo Porto (2006), a mundialização da economia ocasionou alterações nos processos produtivos, tendo em vista que são modificados os procedimentos de atuação dos Estados em potencializar o desenvolvimento, e que tudo isso altera as políticas regionais em seus métodos e em suas capacidades de intervenção.

Ao pensar o semiárido inserido no contexto nacional faz-se importante levar em consideração as políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos na região Nordeste.

Tavares (2002), ao estudar as políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil, afirma que a experiência brasileira do final da década de 1940, e durante todo o decênio seguinte, assistiu-se a um amplo debate que foi acompanhado por considerável produção de conhecimento acerca do atraso econômico evidenciado nas regiões periféricas, sobretudo, o Nordeste e a Amazônia. No que tange ao Nordeste, aparecem vários estudos, alguns ligados aos recursos naturais solos e água, outros voltados ao planejamento e ao desenvolvimento do Nordeste e também aqueles que evidenciam as disparidades regionais e as potencialidades econômicas da região.

Para o referido autor, dentre os estudos, merece destaque o Relatório do GTDN, de 1959, “que vem a ser o mais completo e sistemático diagnóstico da economia nordestina, até aquele momento” (TAVARES, 2002, p.236).

Carvalho (2006) demarca o período de 1959 a 1964, como a fase de “modernização com reformas”, quando o Estado agiu de forma mediadora, de forma organizada pela SUDENE, sem os vícios da maior parte das instituições federais e estaduais daquele momento, não se deixando capturar pelas oligarquias agrárias dominantes. Porém, Oliveira (1993) chama atenção que na vigência do período militar,

entre 1964-1985, esse importante órgão federal de desenvolvimento regional esteve articulado ao processo de modernização conservadora, pois mesmo alterando suas relações de produção manteve a estrutura fundiária concentrada e baseada no latifúndio, garantindo o poder oligárquico.

O projeto GTDN-SUDENE configurou-se de forma abrangente, na medida em que abarcava um número considerável de atividades e setores. Entretanto, várias críticas lhe foram feitas por lideranças de esquerda e por alguns estudiosos, dentre eles Josué de Castro, quanto ao tratamento da questão agrária considerado conservador. No que diz respeito às demais propostas do projeto, essas foram aprovadas, pois a prática do novo órgão diferia do que era habitual na administração pública brasileira (TAVARES, 2002).

Após o golpe de 1964, os governos militares mantiveram a Sudene, mas deram prioridade quase absoluta à industrialização, ou seja, à política de incentivos fiscais e financeiros e aos investimentos pré-industriais (infra-estrutura de energia e transportes, sobretudo). O projeto de desenvolvimento da Sudene após 1964 deve ser visto sob esse prisma. E é com essa característica que o modelo será adotado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, órgão que substituiu à antiga SPVEA²⁹, em 1967 (TAVARES, 2002, p.236).

Ao referir-se ao processo de modernização conservadora, Lima et. al. (2011) afirmam que:

A modernização que se pretendia transformar a arcaica região agrícola em industrial de fato não ocorreu, dada à força local das oligarquias tradicionais, provindas da fase das sesmarias, para manter a forte concentração de renda e do poder político. A própria Sudene fora capturada, pois, como o próprio termo modernização conservadora expressa, “era preciso mudar para continuar”. Mudar para continuar no poder, porém com melhor infraestrutura, dando uma falsa impressão de modernidade, garantida, pelo poder da ideologia disseminada pelo próprio Estado (LIMA et. al., 2011, p.63).

Costa (2006), também se referindo as contradições no processo de modernização, assegura que as transformações ocorridas na agricultura brasileira não alteraram a estrutura agrária e de poder, fundada em seu passado histórico desde a colonização, pois estavam atreladas “às amarras estruturais seculares, montadas numa base agrária, política e social” (COSTA, 2006, p.132). Embora apresente especificidades na análise do processo no

²⁹ Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, criada por Getúlio Vargas em 1953.

Nordeste, e em particular na Paraíba, sua essência é mantida não alterando de fato as relações de produção e a concentração fundiária.

O caráter concentrador de terras destas mudanças, por si só, penalizou a pequena propriedade. Por outro lado, a decantada “integração” e a vinculação entre a agricultura e a indústria favoreceram os setores com maior participação de capital intensivo, tecnicamente modernos, mais competitivos, em detrimento das áreas dominadas pela agricultura familiar de subsistência, que se mantiveram presas a estruturas produtivas isoladas e com pouca tecnologia e conseqüentemente pouco competitiva. Estes setores participaram do processo “modernizador” como meros consumidores dos produtos/pacotes tecnológicos, produzidos nos grandes centros capitalistas e comandados pelo capital financeiro (COSTA, 2006, p.131).

Nesse sentido, mediante trabalhos que evidenciam o contexto das transformações ocorridas, tanto na economia brasileira como um todo, como na agricultura em particular, sobretudo, no período da chamada modernização agrícola, nota-se que as mudanças foram realizadas no sentido de favorecer a dinâmica produtiva do Centro-Sul, ou seja, muito mais em função do mercado internacional, do que da agricultura familiar ou voltada para o mercado interno.

Nas últimas três décadas do século XX, quando o mundo passa por nova onda de modernização, com infraestruturas baseadas em inovações técnico-científicas: quando os parâmetros da produção e dos fluxos se baseiam nas criações dos meios de comunicação e de informações da microeletrônica; a biotecnologia atinge forte impacto no sistema produtivo e a ciência é cooptada pelo sistema produtivo. Nesse novo contexto, o Estado é convocado a favorecer maior investimento ao setor industrial, à produção agropecuária, acentuando o papel de base dos serviços modernos para intensificar os fluxos de capital, de mercadorias e de pessoas (LIMA et. al., 2011, p.63-64).

Os reflexos desse processo na produção, na sociedade e no espaço geográfico são muitos e complexos. Dentre os vetores da reorganização produtiva do território brasileiro, Elias (2005) destaca que o processo de reestruturação produtiva da agropecuária se deu com o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses nas relações sociais de produção e o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

O modelo de desenvolvimento da economia e da agricultura brasileira, bem como a modernização promovida no país nos anos cinquenta, sessenta e setenta teve um caráter

eminentemente excludente, na medida em que, não foi capaz de integrar a “modernidade” a pequena produção e nem sequer aos setores oligarcas do Nordeste. O processo alcança, de fato, o interior nordestino somente em um segundo momento após a conformação de bases modernas da nova agricultura nacional (COSTA, 2006).

Segundo Porto (2006), levando em consideração principalmente os aspectos sociais, associados à renda, escolaridade, urbanização e percentual de rendimento por habitante em relação à média do país, apresenta-se um quadro em que aparecem dois Brasis: aquele marcado por carências das regiões Norte e Nordeste e outro por sua capacidade de desenvolvimento socioeconômico no Centro-Oeste e Sudeste do país.

É nessa lógica que irão surgir medidas com propostas para reverter às desigualdades entre as regiões brasileiras, e para promoção da igualdade no acesso a oportunidades de desenvolvimento a partir da exploração das potencialidades endógenas da diversidade ambiental, socioeconômica e cultural brasileira. É esse, segundo Porto (2006), o principal objetivo do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007.

No semiárido nordestino, a “modernização da agricultura” só veio a acontecer a partir de meados dos anos de 1970, obedecendo às características específicas de uma região de baixa produtividade, que coincide na questão temporal, da crise do seu principal produto, o algodão, além de um longo período de ocorrência de secas prolongadas (COSTA, 2006). Essa crise resultou no colapso da pequena produção desencadeando um processo feroz de expulsão do homem do campo, crescimento acelerado da pecuária bovina e degradação das condições ambientais.

Lima (2006) destaca que desde o século XIX, a base para se atingir o desenvolvimento pleno das nações vem do modelo das sociedades capitalistas avançadas. Historicamente, esse sistema tem deixado marcas profundas, como a intensificação das condições de pobreza e exclusão social, o aumento da concentração de renda, degradação ambiental, decadência urbana e rural e a dicotomia dos setores público e privado. É em meio a esse debate teórico sobre os efeitos dessas metamorfoses sofridas pelo capital, que emerge a articulação entre global e o local.

De acordo com Ferreira (2006) e Oliveira (2013), a década de 1970 marca uma série de questionamentos e reflexões acerca do papel do Estado Desenvolvimentista e, em especial, das suas competências como agente político e condutor dos direcionamentos das

políticas públicas, seja no âmbito externo ou no atendimento às necessidades internas da sociedade.

Contudo, somente na segunda metade dos anos de 1980, é que a temática do desenvolvimento local ganhou maior importância no Brasil, com as primeiras experiências de descentralização de políticas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal, que anuncia, entre os diversos interesses oriundos das constituintes, a formulação de um pensamento contrário à posição tradicional centralizadora do Estado nacional, como ressaltado por Santos (2012) e Oliveira (2013). Esse período também é marcado pela retomada ao cenário político das organizações e movimentos sociais que haviam sido reprimidos durante a ditadura militar.

Na década de 1990, as ações desses atores sociais passam por mudanças ao deixarem de ser apenas reivindicatórios e contestatórios e se tornaram “proativos e propositivos”. Além disso, várias organizações da sociedade civil, como, por exemplo, organizações não governamentais, associações e cooperativas alcançaram maior destaque e densidade (SCHNEIDER, 2010).

A década de 1990 é, também, o momento em que emerge no cenário brasileiro um projeto político denominado de projeto democratizante, originado na retomada da luta pela democratização do país desde o final dos anos 1970, e que ganhou força com a democratização institucional, em 1985, e com a nova Constituição Federal em 1988 (DELGADO, 2009). No meio rural, esse projeto foi sendo construído mediante a retomada da luta por parte dos movimentos sociais que almejavam, principalmente, a realização da reforma agrária. Além disso, também passaram a construir projetos alternativos para valorização da agricultura familiar e o fortalecimento da atuação política dos sujeitos sociais do meio rural que se encontravam à margem do processo das políticas formuladas pelo Estado para o desenvolvimento econômico e de modernização tecnológica do campo.

Na perspectiva dos atores do projeto democratizante, isto é, partidos políticos, movimentos e organizações da sociedade civil, “tratava-se de democratizar não apenas o aparato formal do Estado, mas a sociedade, e de implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade” (DELGADO, 2009. p.24).

Nesse contexto de mudanças ocorridas na década de 1990 à dimensão local é vista pela perspectiva de um novo enfoque para a construção do desenvolvimento, quando foram estudadas diversas experiências apoiadas por organismo internacionais (governamentais e

não governamentais). É nesse momento em que se destaca, por exemplo, a iniciativa do projeto de cooperação entre o Banco do Nordeste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, em 1995, deu início a um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local, motivando e contribuindo com uma série de novas experiências que tem enriquecido o debate em torno da construção de novas alternativas de desenvolvimento. O desenvolvimento local, nesta perspectiva, é visto como alternativa a tradicional abordagem vertical, isto é, do “topo para a base”.

A persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional faz persistir o debate sobre o desenvolvimento rural³⁰ no Brasil, sendo o mais recente o que envolve o desenvolvimento territorial, “concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas” (DELGADO; LEITE, 2011, p.431).

O enfoque territorial difere do conceito de território abordado na ciência geográfica como uma porção do espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder constituídas através de seus usos; o enfoque é adotado como uma ferramenta ou um instrumento para se pensar o planejamento e a intervenção estatal. O conceito de território, adotado oficialmente nas políticas governamentais, diz respeito a:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (Brasil, MDA/SDT, 2003. p.34).

Segundo Oliveira (2013) é possível elencar dois principais pontos implementados na esfera da configuração de uma nova forma de organização das ações e do comportamento do Estado. No primeiro, destaca-se a descentralização do poder de decisão – antes concentrado principalmente na esfera do governo federal – para a divisão de competências com os demais entes da administração pública, como os Estados e os municípios, repassando para eles novas funções e responsabilidades com a governança em nível regional e local. Já o segundo, diz respeito ao convite à sociedade civil para participar

³⁰ A partir de 2003, ano de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi incorporada pelo Estado brasileiro a dimensão espacial do desenvolvimento rural em substituição a da dinâmica regional, adotada anteriormente.

como uma instância necessária e capaz de proporcionar uma melhor governança, para facilitar a identificação das dificuldades e necessidades apresentadas pela realidade socioterritorial, com objetivo de elaborar políticas mais coerentes com os interesses sociais, fator reconhecido na Constituição de 1988.

A Constituição Federal, ao assegurar, dentre os seus princípios e diretrizes, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Art. 204), institui, no âmbito das políticas públicas, a participação social como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo (ROCHA, 2009, p. 3).

Conforme Delgado e Leite (2011), o governo entendeu durante o processo de identificação dos territórios rurais que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, por isso, demandavam maior atenção e ações mais articuladas. Partindo desse entendimento, é lançado em 2008, durante o governo do presidente Lula, o Programa Territórios da Cidadania (PTC), tendo como prioridade “atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo” (DELGADO; LEITE, 2011, p. 434).

O PTC coloca em pauta a necessidade de dar voz aos sujeitos locais, com objetivo de construir um projeto sustentável a partir de interesses das especificidades presentes em territórios previamente selecionados. Para tanto, leva em consideração a gestão social exercida através dos Colegiados Territoriais (ABDALA, 2015). São vários os critérios para delimitação desses territórios, sendo considerados alguns aspectos como o IDH, a concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, a concentração de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, entre outros.

Ao discutir sobre os rebatimentos dessas ações nos territórios estabelecidos, Delgado e Leite (2011) tecem as seguintes considerações:

[...] não se pode deixar de reconhecer o êxito que a política da SDT logrou na ampliação da visibilidade de certos grupos sociais (particularmente aqueles que já estavam organizados em entidades de representação) que até então não eram considerados (ou apenas marginalmente) nos processos de desenvolvimento rural e territorial. Os investimentos realizados em capacitação de lideranças e nas atividades de mobilização contribuíram para a ampliação dos canais de acesso à informação. Adicionalmente, a política territorial conferiu o efetivo reconhecimento dessas populações como público estratégico para o

desenvolvimento territorial, dando-lhes mais visibilidade e elevando seu capital político, uma vez que se tornam mais capazes de influenciar a condução das políticas de desenvolvimento (DELGADO; LEITE, 2011, p. 441-442).

Nesse sentido, Hespanhol (2008) também faz algumas ponderações sobre a adoção de políticas territoriais, porém enfatiza a permanência de problemas estruturais como: a concentração da riqueza e do poder nas mãos de uns, a ineficiência das instituições, a persistência de práticas clientelistas e, acrescenta como fator o despreparo da população para participar de forma autônoma. Para o autor, esses fatores dificultam a implementação de abordagens ascendentes de desenvolvimento.

Diante do exposto, mesmo comungando com as percepções acima apresentadas, mas sem desconsiderar as contradições existentes, decidimos, de forma breve, dar continuidade a reflexão sobre essa perspectiva do desenvolvimento que traz a tona uma revalorização do local, na medida em que leva em consideração à capacidade de organização social de uma comunidade e de agentes sociais, enxergando potenciais e motivando ideias e projetos de “desenvolvimento” alternativos.

Santos (1996) destaca a importância dos lugares, ou do local, como espaço de reflexão, ao salientar que “a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central” não somente nos estudos dos geógrafos, mais de outros estudiosos, como os economistas. Entretanto, para esses a questão da proximidade, isto é, à distância, aparece como fator relevante na estruturação do comércio internacional, enquanto que para os geógrafos; a proximidade:

[...] não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações (SANTOS, 1996, p.255).

Em seus estudos e abordagens acerca do processo de globalização, o referido autor afirma que quanto mais esse processo se intensifica, mais o lugar se torna “único”, porém é o dinamismo que está se recriando a cada momento “onde a globalização e a localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência” (SANTOS, 1996, p.252). A multiplicidade de ações faz do espaço um “campo de forças multicomplexo” mediante a individualização e especialização dos elementos do

espaço – homens, empresas, instituições, meio ambiente construído – ocorrendo o aprofundamento da sua relação com o sistema mundo (SANTOS, 1996).

Seguindo esse entendimento, torna-se cada vez mais possível pensar o local como global, reconhecendo que ali, mesmo em uma dimensão menor, realizam-se ou se estabelecem as mesmas relações. Nas palavras de Santos (1996) “Cada lugar é, à sua maneira o mundo” (SANTOS, 1996, p.252), ou ainda, “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela” (SANTOS, 1996, p. 258).

Essa revalorização, bem como a ênfase dada ao local apresentado como cenário estratégico para a perspectiva do desenvolvimento, que leva em consideração à melhoria da qualidade de vida, sobretudo, de populações pobres, recoloca, conforme Santos (2012), o debate sobre o desenvolvimento na pauta dos estudos geográficos.

Retomando a discussão iniciada no tópico anterior, a tentativa de romper com a lógica do modelo tradicional desenvolvimentista é implementada pelo governo somente no final da década de 1990, com a Política de Desenvolvimento Local, através da intervenção direta de cidadãos no planejamento municipal, conferindo uma ampliação das oportunidades de proposição, fiscalização, controle social e definição de prioridades de alocação de recursos públicos (LIMA, 2006).

É nessa ótica que foi pensado o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS),³¹ que, conforme Lima (2006) representou no Brasil dos anos de 1990, uma inversão estratégica na concepção e operacionalização de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, na medida em que buscou promover o envolvimento e a participação da sociedade civil, através do estabelecimento de parcerias, e a formação de uma visão de desenvolvimento mais abrangente e que fosse capaz de integrar e promover a fiscalização e o controle social no processo de definição de prioridades e na alocação de recursos públicos, o que viria desencadear, no âmbito nacional, um processo de desenvolvimento mais “sustentável”.

Diante do que foi exposto até então, compreendemos que a concepção contemporânea do desenvolvimento abrange de igual forma aspectos econômicos e sociais, nos quais, a visão relacionada à qualidade de vida não significa deixar de buscar a eficiência produtiva, pois se volta para as necessidades dos indivíduos e para a participação destes no processo de desenvolvimento. Evidenciava-se, portanto, uma tentativa de

³¹ Para um melhor detalhamento do histórico e das fases metodológicas do processo de implantação do DLIS, consultar LIMA (2006).

redirecionar as políticas públicas governamentais na busca de promover a capacidade empreendedora, econômica e social. Entretanto, como bem destaca Lima (2006):

[...] no contexto desse processo, também se intensifica a implementação do ideário neoliberal gestado na década de 1980, que vem contrapor-se às “boas intenções” propaladas como caminho viável para alcançarmos o desenvolvimento tão almejado. Percebe-se, em virtude da influência do neoliberalismo na política de desenvolvimento econômico e social, da crise do Estado e do processo global da reestruturação produtiva, a existência de uma dissociação entre os princípios e objetivos metodológicos do DLIS e a intenção governamental de efetivar uma articulação sustentável de desenvolvimento nacional, indutora de uma sociedade mais participativa e capaz de conduzir ativamente seu processo de autogestão e sustentabilidade. Portanto, é bom lembrarmos que a implementação desses programas no auge da hegemonia neoliberal no Estado brasileiro pode ter a intenção de mascarar potenciais focos de conflitos, racionalizar recursos públicos e reforçar visões hegemônicas de poder, além de, principalmente, tornar prática uma concepção fragmentária de desenvolvimento como contraponto à visão globalizante das estratégias dos desenvolvimentistas (LIMA, 2006, p.19).

A partir desse novo direcionamento do governo federal, o enfoque no desenvolvimento voltou-se ao âmbito local enquanto espaço dotado de vocações e potencialidades³² econômicas eminentes.

Entendemos que o desenvolvimento de um país, uma região ou uma localidade é afetado por muitos fatores, e que ao pensá-los não se pode resumi-los somente ao crescimento econômico, mas em algo que signifique, ao longo do tempo, um processo que seja capaz de promover mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, bem como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a redução das condições da desigualdade social. Em outras palavras, que sejam capazes de possibilitar a expansão das liberdades, como defende Sen (2000).

Há, contudo, a necessidade de ter o cuidado ou atenção no tratamento das questões relacionadas ao desenvolvimento local e ao processo de reestruturação. Nesse sentido, Lisboa (2007) reforça que:

Contrariando o discurso da valorização do lugar, cuja ênfase recai no poder local e no fortalecimento sócio-econômico das comunidades envolvidas, o processo de reestruturação produtiva centra-se em produtos

³² Vocações e potencialidades aparecem intimamente ligadas às atividades culturais, turísticas, artesanais, agrícolas, de fruticultura, pecuária, extrativismo mineral, entre outros.

finais, que possam interessar ao mercado global enquanto as vantagens comparativas lhes propiciarem tais condições (LISBOA, 2007, p.184).

De fato, as determinações impostas pelo mercado se mostram cada vez mais excludentes, tendo em vista a forma concentradora de recursos. Do ponto de vista social, os trabalhadores encontram-se imersos numa lógica desigual, com grandes dificuldades de encontrar possibilidades efetivas de reprodução de suas vidas na economia, dita globalizada. Algo que para Santos (2012) coloca em dúvida as práticas espaciais com foco no desenvolvimento local, pois essas, afirma a autora, aparecem fundamentadas não em um movimento contra hegemônico, como querem fazer crer os discursos oficiais, mas nos interesses do capital.

[...] esse apelo à valorização do potencial inovador do lugar, seja econômico ou cultural, leva as pessoas a resistirem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento. Mas, o sentido de comunidade mostra que as pessoas “constroem abrigos, mas não paraísos” (CASTELLS, 2001 apud LISBOA, 2007, p. 184).

Nesse processo, acima evidenciado, há de se reconhecer que a almejada participação popular ainda se apresenta como desafio, embora existam experiências que ao menos em parte, podem ser consideradas exitosas, como as verificadas com a cooperativa criada em nosso recorte de análise, e que nos levou a refletir sobre a relação entre cooperação e o desenvolvimento territorial, protagonizada por famílias organizadas em cooperativas.

A cooperação tem papel importante na dinâmica socioeconômica, aparecendo como estratégia ou possibilidade de acesso a qualificação, ao crédito, a renda, etc. Ela também pode ser vista como estratégia para relação entre esferas da sociedade civil e do Estado, e para esse, como mediação para o desenvolvimento territorial. Assim, o território deve ser concebido a partir de seus usos, das experiências e resultados verificados e das organizações de cooperação que foram geradas pelos seus usos e para esses usos, numa interação dos sujeitos sociais (PUHL, 2005).

Essa perspectiva situa o cooperativismo como prática social, no qual sujeitos sociais movidos por interesses e pela possibilidade de satisfação de suas necessidades, bem como para o atendimento de seus interesses formam cooperativas. Conforme Puhl (2005, p.7):

Ao longo da história da humanidade a cooperação esteve presente. É uma luta permanente contra as dificuldades que as pessoas foram encontrando na dinâmica da produção e de distribuição daquilo que necessitavam para viver e se reproduzir. Essa é uma história vinculada à economia das necessidades. No período mais recente da história e dinâmica da cooperação, as necessidades cederam lugar para os interesses corporativos e pessoais.

A partir das palavras do autor, entendemos que se faz necessário abordar com mais atenção às contradições existentes desse processo no qual o Estado, através de programas ou de políticas públicas, se constitui como agente de influência na definição das estratégias de usos e na reprodução social, como será discutido nos itens a seguir, que abordam a atuação do Estado e a formação de pactos e projetos de cooperação para promoção de mudanças no território.

2.2 – CRIAÇÃO DE PACTOS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO PARA IMPULSIONAR A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Neste tópico, temos como propósito empreender uma discussão sobre os pactos e os projetos de cooperação para reestruturação produtiva e sua atuação no município de Cabaceiras (PB), destacando a influência desses para o fortalecimento das atividades com couro no Distrito de Ribeira.

De acordo com Lopes (2014), reestruturação produtiva do território é:

[...] um processo que de forma contínua em múltipla escala, onde agentes econômicos modificam ou redefinem as relações de produção e trabalho num dado território a fim de obterem seus sustentos ou garantir a reprodução do capital ao alterarem a forma e conteúdo de uma dada realidade espacial, o que, em algumas ocasiões, essa reorganização territorial é influenciada por determinadas crises susceptíveis ao sistema capitalista, o qual busca superá-las a partir da reestruturação produtiva do capital³³ (LOPES, 2014, p.38).

Ainda de acordo com o pensamento desse autor, é no bojo do processo de reestruturação produtiva que a divisão dos setores produtivos da economia – primário (agropecuária e extrativismo), secundário (indústria em geral) e terciário (comércio e

³³ “[...] processo pelo qual o sistema capitalista é constantemente submetido a novas adequações, por meio de novas ideologias e modelos econômicos como forma de superar as eventuais e constantes crises estruturais, as quais o capital esta sujeito” (LOPES, 2014, p.39).

prestação de serviços em geral) – “foram desarticulados e/ou interligados entre si de forma complexa e indissociável, deixando de obedecer à divisão clássica da economia” (LOPES, 2014, p.40).

Observamos que a maioria das pesquisas ligadas ao processo de reestruturação produtiva aparecem direcionada as grandes atividades produtivas, ligadas, sobretudo, ao agronegócio. Seja essas por aqueles que o interpretam como progresso, ou fator de desenvolvimento para determinada região, ou por aqueles que o apreendem como agravante das desigualdades econômicas e sociais, sendo responsável muitas vezes pela expulsão dos pequenos produtores do campo.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo tornou-se mais dinâmico, no entanto, atingindo subespaços de formas diferenciadas, principalmente, nos países subdesenvolvidos em que “os conhecimentos da ciência e da tecnologia passaram a ser aplicados diretamente aos processos produtivos de todos os setores, inclusive da agropecuária” (HESPANHOL, 2008, p.37), culminando com um modelo de desenvolvimento contraditório, desigual e combinado que se expressam nas dinâmicas territoriais vigentes.

Olhando para o semiárido, e reconhecendo a complexidade desse território, precisamos atentar, porém, que esse processo ocorre em escalas diferenciadas, fazendo-se presente, também, nas “pequenas³⁴” atividades produtivas, como as evidenciadas no Distrito de Ribeira, por meio da produção de artefatos em couro. Essa produção, além de gerar emprego e renda, mesmo em uma dimensão menor, também apresentam uma racionalidade na forma de produzir e de distribuir /comercializar seus produtos que não lhes são próprias.

Esse entendimento torna pertinente o direcionamento de reflexões sobre essas “pequenas” atividades, e buscar sua compreensão dentro do que Santos e Silveira (2008) apresentam como espaços luminosos, ou seja, “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização” (SANTOS; SILVEIRA, 2008 p.264). Por isso, compreendemos que, mesmo estando a atividade organizada mediante uma cooperativa, esta encontra-se inserida em uma lógica maior, isto é, a reprodução do capital que busca tanto o fortalecimento de sua produtividade quanto a obtenção do lucro.

³⁴ Destacamos que a cooperativa aparece como “pequena” enquanto comparada a uma escala regional que, entretanto, para a região compreendida como o Cariri paraibano se apresenta como espaço de diferenciação.

De acordo com Soja (1993) apud Lima et. al., (2011), a reestruturação transmite em seu sentido mais amplo a noção de ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança na direção da ordem de configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Lembra, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, o que resulta na produção do espaço social ou geográfico.

Referindo-se a preocupação da Geografia em relação aos processos ocorrentes na dinâmica entre os homens e suas ações na transformação da natureza, Lima et. al., (2011) afirmam que:

[...] o espaço social é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação – sociedade, empresas e Estado – todos convivendo e reconfigurando os territórios. Forças locais e externas impulsionam esses agentes a transformarem a realidade, reajustando-a as novas conjunturas decorrentes do processo dialético que rege a totalidade (LIMA et. al., 2011, p.18-19).

Assim sendo, a reestruturação pode ser considerada como um processo marcado por avanços e recuos, capaz de romper e refazer-se ao longo do tempo. Logo, as reflexões que estabelecemos sobre esse processo consideram as mudanças que foram desencadeadas no território, bem como, na dinâmica territorial, através de rupturas e permanências evidenciadas nas ações que se materializam no espaço. Algo que os autores chamam de inovações, que vai se apresentar como possibilidade para o funcionamento de uma nova estrutura, novas formas de intervenção e, portanto, novos usos do território.

Dentro dessas inovações, evidenciamos a elaboração de projetos e pactos que foram constituídos para impulsionar o crescimento econômico local e estimular dinâmicas territoriais. Pensando na significação dessas ações para nossa área de estudo, destacamos o Projeto Cooperar e o Pacto Novo Cariri, que serão apresentados e discutidos na sequência.

2.2.1 – O Projeto Cooperar

O Banco Mundial tem atuado no Brasil desde 1949, porém até a década de 1970 a prioridade de suas ações foram os projetos de infraestrutura básica, como transportes e energia, e na atividade industrial, com o objetivo de estimular o crescimento econômico do país. As iniciativas realizadas não foram capazes de amenizar o quadro de pobreza, pelo contrário, as tornaram mais evidentes, tendo em vista que a criação de empregos aparecia desconectada de reformas estruturais como, por exemplo, a reforma agrária.

A partir de 1980, são executados projetos e ações direcionadas ao combate à pobreza. Na década seguinte, esses projetos são aprofundados e, iniciam-se os programas sociais e de apoio às reformas do Estado (SOARES; RODRIGUES, 2011). Na Paraíba é criado, em 1997, o Projeto Cooperar, vinculado a Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (SEPLAN), como parte integrante do Programa de Combate à Pobreza Rural.

O Projeto Cooperar surge como desdobramento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).³⁵ Este, por sua vez, teve o papel de centralizar as ações de vários outros programas, como está explicitado no **quadro 02**.

Quadro 02 – Programas e Projetos que foram integrados ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP)

Ano de implementação (Paraíba)	Programas/Projetos
1975	Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL)
	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)
1977	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO)
	Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR)
1979	Programa de Emergência
1980	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO)
1981	Agroindústria
1984	Projeto Canaã

Fonte: Soares e Rodrigues (2011).

Elaborado pela autora, 2018.

³⁵ Criado através do Decreto nº 91.179, de 1º de abril de 1985, com objetivo de elevar os níveis de renda e emprego através do aumento da produção e da produtividade para os pequenos produtores. Sua atuação ocorreu em diversos setores, dentre eles: recursos hídricos, crédito rural, assistência técnica, apoio as comunidades rurais entre outros.

O PAAP almejava proporcionar o desenvolvimento da Região Nordeste e do Estado da Paraíba, através de ações que promovessem o setor agrícola e que fossem capazes de desenvolver a capacidade de resistência as estiagens prolongadas. Nesse sentido, buscaram elevar o nível de renda e a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, posseiros arrendatários, pescadores e artesãos, através do incremento da produção e da produtividade (SOARES; RODRIGUES, 2011).

No tocante ao Projeto Cooperar, convém ressaltar que essa política pública chama bastante atenção pela sua área de abrangência, com atuação em 222 municípios da Paraíba, ou seja, todo o estado, com exceção da capital João Pessoa. As ações ocorrem mediante implementação de projetos demandados pelas comunidades rurais através de associações ou via “Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), cujas funções são, dentre outras, orientar a implantação de projetos comunitários, priorizando-os e estabelecendo parcerias com instituições e voluntários” (SOARES; RODRIGUES, 2011, p. 102).

Ao analisarem o papel desempenhado pela política do Projeto Cooperar, Soares e Rodrigues (2011) afirmam que, no que diz respeito às condições de trabalho e de qualidade de vida das famílias no Estado da Paraíba, é possível perceber que se trata de uma política de fundamental importância para viabilizar as atividades produtivas que se apresentam como estratégias de recriação para o pequeno produtor rural.

No município de Cabaceiras as ações do Projeto Cooperar aparecem de modo bastante significativo em face das ações direcionadas para os produtores rurais e para o fortalecimento de organizações comunitárias, como é o caso da Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA), localizada no Distrito de Ribeira.

Na ARTEZA, conforme relatos de representantes da cooperativa, o Projeto Cooperar foi responsável pela implantação de projetos de infraestrutura, como a perfuração de poços, a instalação de caixas d’água e de transformador, além de projetos voltados para a melhoria da produção e para a manutenção das máquinas, o que mostra a importância do Cooperar não apenas para a cooperativa mais para a Ribeira, tendo em vista a importância da ARTEZA para a economia local.

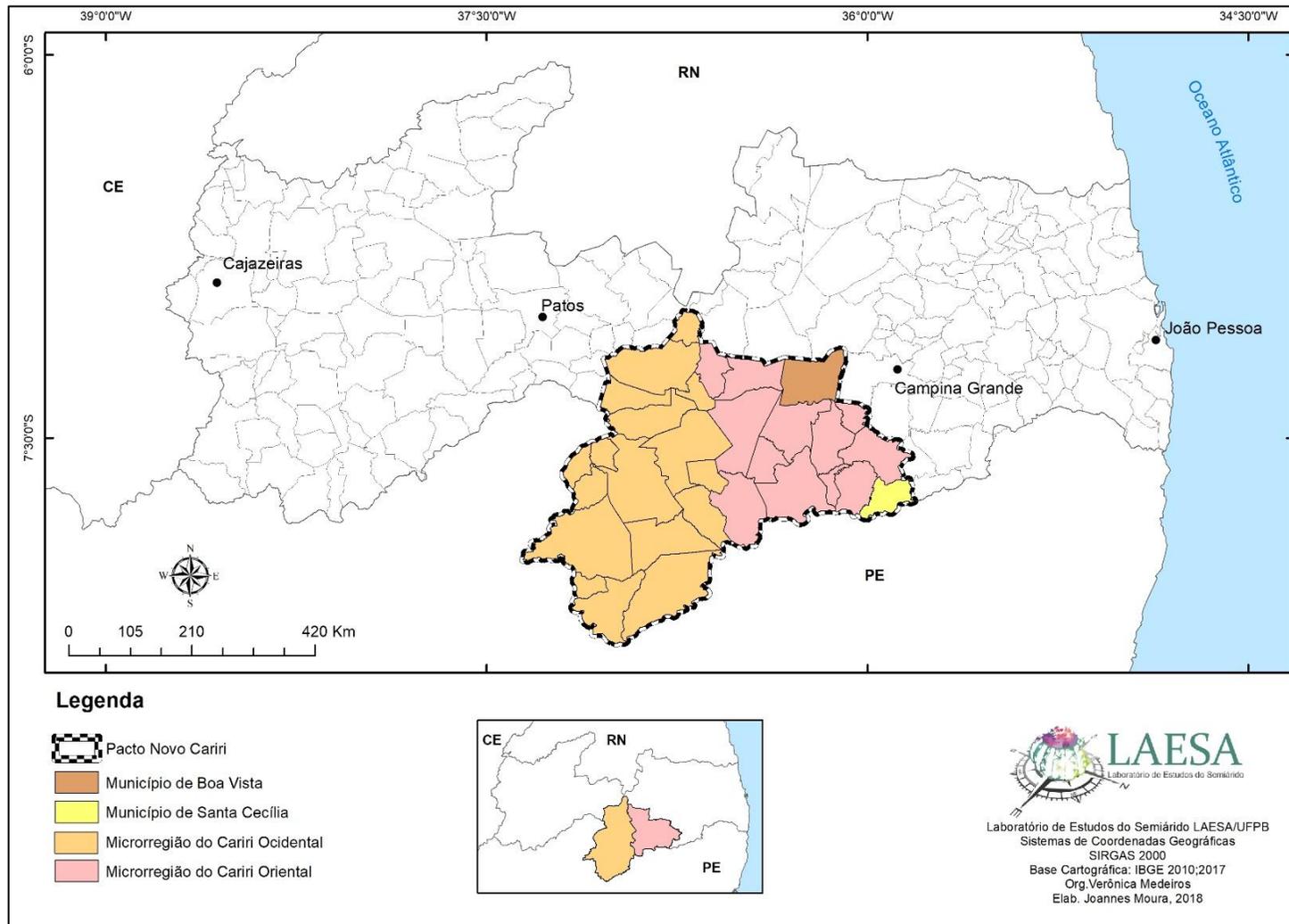
Pensando nessa importância, torna-se relevante explicitar outra iniciativa que colaborou para o fortalecimento da produção de artefatos em couro no Distrito de Ribeira. Trata-se das ações do Pacto Novo Cariri.

2.2.2 – O Pacto Novo Cariri

O Pacto Novo Cariri teve início no final de 1999, sendo criado de fato no ano de 2000, como um acordo feito entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Segundo Ferreira (2006), a escolha da região dos Cariris inicialmente foi questionada por autoridades do governo que entendiam que a região, por ser a mais pobre e atrasada no estado, não era a ideal para se aplicar o modelo de modernização produtiva. Entretanto, verificou-se que justamente por aquela região aparecer como a “mais deprimida” da Paraíba, a população seria mais receptiva à implantação da proposta.

O início do pacto foi marcado por resistências e “somente nos municípios de Cabaceiras, Monteiro e Sumé foram identificadas lideranças propensas a aderir ao pacto, o que ensejou a ideia de que era “o Pacto de alguns”. Com o passar do tempo e as novas adesões, essa concepção foi sendo mudada” (FERREIRA, 2006, p.71). Assim, na medida em que foram observadas transformações positivas na dinâmica socioeconômica dos municípios participantes do pacto, outros municípios decidiram inserir-se. No total, o Pacto Novo Cariri abrange 31 municípios paraibanos, são eles: Alcantil, Amparo, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Gurjão, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, Serra Branca, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Taperoá e Zabelê (**Mapa 04**).

Mapa 04 – Localização da área de atuação do Pacto Novo Cariri



Fonte: Organizado pela autora. Elaborado por Joannes Moura, 2018.

Oliveira (2013) afirma que o contexto pré-pacto colaborou para a criação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri paraibano ou, simplesmente, Pacto Novo Cariri. Este sequenciava ações do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Cariri (PROCARIRI), e pretendia, além de solucionar problemas do presente, projetar mecanismos para o Cariri do futuro. Propunha uma releitura das práticas que eram desenvolvidas de forma tradicional, como a produção de artefatos em couro no Distrito de Ribeira, por exemplo, para adotar um modelo de modernização produtiva, mediante o uso de técnicas mais eficientes para a produção e comercialização e, conseqüentemente, a agregação de valor.

O Pacto Novo Cariri nasceu com status de inovação, tanto no que se refere ao aprimoramento administrativo, quanto ao gerenciamento. Seus idealizadores afirmavam tratar-se de um instrumento pautado por uma nova governança, isto é, baseada na descentralização e no compartilhamento de ações e de poder entre distintos segmentos da sociedade (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Costa e Ferreira (2010), outra perspectiva norteadora para as ações do pacto correspondeu às iniciativas voltadas para o desenvolvimento da “cultura do empreendedorismo”, contrária a do empreguismo. Dessa maneira, a população era incentivada a partirem de seus próprios negócios ao invés de permanecerem esperando por oportunidades de trabalho.

Ao analisarem o Pacto Novo Cariri, Oliveira e Silva (2015) afirmam que ele diz respeito à experiência desencadeada na região do Cariri paraibano com a proposta de absorver e introduzir os princípios da gestão compartilhada³⁶, vista por seus idealizadores como alternativa para superar as condições socioeconômicas e políticas presentes na realidade caririzeira, além de possibilitar um novo cenário organizativo das práticas gerenciais e produtivas.

Os idealizadores do Pacto tomaram como modelo de inspiração as experiências promovidas no Estado do Ceará, com o exemplo das iniciativas de gestão compartilhada idealizadas pelo Pacto de Cooperação Cearense. Por intermédio do SEBRAE, um verdadeiro intercâmbio de ideias, informações e técnicas foi possibilitado, proporcionando o contato

³⁶ “No que se refere ao modelo de gestão compartilhada de perspectiva democrático-participativa, destaca-se os preceitos de um planejamento voltado para a construção de uma estrutura relacional a partir da articulação e da interação entre diferentes forças econômicas, políticas e sociais representadas por distintas instituições e agentes pertencentes a diversos segmentos da sociedade, ou seja, as esferas governamentais, a sociedade civil e o setor privado, em prol do estabelecimento de alternativas para o desenvolvimento de determinada região” (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p.145).

com os novos desenhos das formas de gestão existentes e, conseqüentemente, contribuindo para adequar e formular o modelo do Pacto de Cooperação do Cariri paraibano (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p.145).

Pautando-se nas palavras desses autores podemos entender o Pacto Novo Cariri como um novo instrumento de uso do território marcado por contradições e intencionalidades que resultam do discurso participativo e de desenvolvimento territorial. Portanto, o Pacto, assim como as ações do Cooperar, apresenta-se como instrumentos de mudanças, possibilitando uma verdadeira reestruturação no território que, para nós, está além das práticas, faz-se presente nas relações que se estabelecem e também nas formas de pensar o território e o seu uso. O que não quer dizer que não existam permanências, muito pelo contrário. Elas se fazem presentes no processo. Também não podemos deixar de ressaltar que as próprias ações do Pacto se deram de forma diferenciada, fortalecendo “uns mais que outros”.

Ao verificar a ação do pacto no município de Cabaceiras, Ferreira (2006) afirma que o modelo colheu um dos melhores resultados em curto espaço de tempo, onde após a realização de alguns fóruns, foram diagnosticadas as atividades de caprinovinocultura, turismo e artesanato como potencialidades e possibilidades que poderiam ser exploradas economicamente.

A partir desse diagnóstico foram implementadas diversas modalidades de turismo no município de Cabaceiras, dentre as quais se destacam: o religioso, o histórico, o arqueológico, o de esportes radicais, o rural e o ecoturismo. O turismo, associado a outras atividades, possibilitou a melhoria e o crescimento da oferta de serviços de acomodação dos turistas e a identificação de roteiros turísticos, como o Lajedo do Pai Mateus e a Pousada e Restaurante Rancho da Ema (OLIVEIRA, 2013).

A mudança também pode ser evidenciada mediante o processo de revalorização dos símbolos culturais e históricos, que também estão atrelados ao econômico com ações voltadas para viabilização do turismo. O estímulo à realização de eventos é crescente. Esses eventos são criados para favorecer a divulgação, a exposição e a comercialização de animais, capacitação e troca de experiências entre os produtores rurais.

Em nosso segundo trabalho de campo, realizado nos dias 03 e 04 de junho de 2017, tivemos a oportunidade de presenciar a ocorrência de um desses eventos³⁷: a 19ª Edição da Festa do Bode Rei – Festival de Caprinos e Ovinos da Paraíba, que ocorre anualmente no município de Cabaceiras (**Fotografia 02**).

Fotografia 02 – Cabaceiras – Tradicional Festa do Bode Rei



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2017.

Eventos como esse, além da imagem comercial, nos faz lembrar as palavras de Malvezzi (2007), quando ressalta que o semiárido não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É muito mais que isso, é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É, portanto, processo social.

A Festa do Bode Rei é considerada um verdadeiro atrativo turístico, e já faz parte do calendário estadual de eventos. A festa alcançou destaque no cenário regional e nacional devido aos investimentos em estrutura, divulgação e promoção do evento. O período de realização da Festa do Bode Rei é um dos momentos em que são evidenciadas potencialidades atrativas e econômicas daquele município, localizado a 180 km da capital João Pessoa, devido ao reconhecimento dos seus monumentos naturais e as atividades ligadas a caprinocultura, como o trabalho cooperado com leite, através da Cooperativa dos Capribovinocultores do Município de Cabaceiras (CAPRIBOV), e com o artesanato em couro, mediante a atuação Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de

³⁷ As “festas do bode” vêm sendo cada vez mais disseminadas no Cariri paraibano. Além da Festa do Bode Rei, realizada no município de Cabaceiras, também ocorre anualmente a Bode na rua, em Gurjão e a Bode na Praça no município de Prata.

Cabaceiras (ARTEZA). Essas atividades foram estimuladas e dinamizadas com as ações do Pacto Novo Cariri.

A importância dos caprinos aparece de forma simbólica, representada pelas várias estátuas desses animais espalhadas na cidade de Cabaceiras (**Fotografia 03**), bem como no artesanato local e nos nomes de estabelecimentos comerciais, a exemplo a Pousada e Restaurante Berro do Bode.

Fotografia 03 – Cabaceiras - Estátua de caprinos, animal símbolo do município



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2017.

Na festa onde o bode é “rei”, tanto os produtores locais como os de municípios vizinhos aproveitam o evento para exposição e comercialização de produtos diversos, como bebidas, animais, artesanato, alimentos, roupas, dentre outros, o que favorece e o aquece o comércio local.

Atentos a essa atração, o evento apresentou em sua programação, além da “Expofeira de animais” (caprinos e ovinos), no Parque do Bode, a “Expofeira de artesanato” (**Fotografia 04**), a “Gastronomia bodística”, com destaque para as comidas feitas com a carne de bode, e o passeio ciclístico “Pedal Bode Rei”, com saída na Praça de Artesanato, passando por trilhas nas margens do leito do Rio Taperoá e com chegada no Distrito de Ribeira.

Fotografia 04 – Cabaceiras – Expofeira de Artesanato



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2017.

A Comunidade de Ribeira se faz presente de forma participativa na Festa do Bode Rei, principalmente na Expofeira, ao aproveitar o evento para divulgar e comercializar o artesanato em couro produzido pela ARTEZA.

Além das atividades que visam dinamizar a economia e o turismo local, Cabaceiras vêm se destacando como cenário para a realização de filmes, seriados e curtas-metragens, a exemplo: o filme O Auto da Compadecida e a série Onde nascem os fortes, que a tornou conhecida nacionalmente como a “Roliúde Nordestina” (**Fotografia 05**).

Fotografia 05 – Cabaceiras – “Roliúde Nordestina”, letreiro próximo à entrada da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Essas atividades têm recebido o apoio do Governo do Estado da Paraíba, da Prefeitura Municipal de Cabaceiras e de instituições, como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, principalmente, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O SEBRAE, considerado por agentes públicos locais como um parceiro importante na execução dessas atividades, tem atuado tanto na capacitação – com caráter empreendedor – para melhorar o atendimento ao público quanto

[...] na sensibilização e mobilização da comunidade; na orientação e estruturação do processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável; na formação de Fóruns e/ou Pactos de desenvolvimento municipal e microrregional; na capacitação de lideranças locais para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento (diagnóstico participativo), e na elaboração do plano de desenvolvimento local/regional (FERREIRA, 2006, p.67).

Oliveira (2013), ao analisar as ações idealizadas pelo Pacto Novo Cariri, voltadas a promoção do turismo e de outras atividades econômicas, afirma que elas estão pautadas no

[...] discurso de valorização e reconhecimento dos aspectos culturais da região ou, como os seus idealizadores preferem, no “resgate das tradições” do Cariri paraibano, a partir do fortalecimento de um simbolismo cultural, de um sentimento de pertencimento e da identidade cultural (OLIVEIRA, 2013, p.99).

Na tentativa de superar os entraves econômicos e sociais diagnosticados, e ainda perceptíveis no Cariri paraibano, o Pacto Novo Cariri adotou iniciativas e planos pautados no modelo do desenvolvimento microempreendedor ou microempresarial (OLIVEIRA, 2013).

Uma das alternativas encontradas estava em dinamizar atividades produtivas tradicionais já desenvolvidas pela população local, e que foram consideradas com potencial econômico promissor. Nesse sentido, as ações foram voltadas para o incentivo aos produtores em unidades de representação como as associações. Havia uma tentativa de reorganização de atividades paralisadas e de formação de novos grupos de mobilização. Essas organizações tornaram-se a base para a implementação da infraestrutura produtiva e da formação de uma rede de serviços.

Foi disseminada a “cultura da cooperação”. Nesse contexto, podemos citar as experiências com a Unidade Central de Produção do Couro, criada entre os cooperados da ARTEZA, que mediante

[...] parcerias com instituições, como o curtume-escola, pertencente ao Centro de Tecnologia de Couros e Calçados (CTCC), contribuíram para especializar a produção e beneficiar o couro, possibilitando a formação de uma infraestrutura destinada ao suporte da produção local (OLIVEIRA, 2013, p.103).

No Distrito de Ribeira a atividade de curtir peles e a confecção de artefatos em couro, destinados ao mercado local, perpassou séculos e se apresenta como verdadeira tradição. As ações do Pacto Novo Cariri vislumbravam modernizar a produção, consolidar as experiências coletivas, além de estabelecer uma estrutura de gestão compartilhada entre os diversos segmentos da sociedade nas esferas governamentais, a sociedade civil e o setor privado.

É nessa perspectiva que escolhemos refletir sobre aquela parcela da população que enxergou a organização de associações e cooperativas uma oportunidade de acesso à modernização tecnológica e ao crédito, ou seja, a oportunidade para ampliação das suas atividades produtivas. Cabe a nós questionar de que forma acontece o envolvimento e a inserção desses sujeitos no atual meio técnico-científico-informacional, e quais as consequências dessa inserção.

2.3 – ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA PRODUÇÃO: A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO

É bastante comum a confusão existente quando nos referimos ao cooperativismo e a cooperação. Autores como Costa (2007) e Rêgo (2009), apresentam leituras atuais e que colaboram para essa distinção.

Costa (2007) esclarece que devemos entender o ato de cooperar como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica. Embora em períodos remotos sejam evidenciadas experiências cooperativas e associativas, estas não passam de manifestações de sociabilidade, característica do homem enquanto um ser social. Já o cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às

consequências do liberalismo econômico praticada na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX. Desta forma, deve ser entendido como um movimento social que buscou, através da associação, escapar de uma opressão social resultante de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX (COSTA, 2007).

Rêgo (2009) destaca que a ideia de cooperação acha-se vinculada à de ajuda mútua, onde todos participam, buscando o bem comum, contribuindo para que as pessoas permaneçam unidas, tendo em vista que os objetivos traçados devem seguir o mesmo caminho. Para esse autor,

A cooperação permite aos seres humanos elevar de forma coletiva seus meios de desenvolvimento social e econômico. Ela está presente em todas as esferas da vida humana, seja na sua forma mais simples, como, por exemplo, a cooperação encontrada em núcleo familiar, seja em sua forma mais complexa, em uma indústria de produção, estando assim em todas as atividades desempenhadas pelo homem por meio do trabalho praticado em sociedade (RÊGO, 2009, p.21).

Em síntese, Rêgo (2009), no intuito de contribuir para amenizar a “confusão” que se estabelece no tratamento ou no uso dos termos cooperação, cooperativismo e cooperativa, apresenta de maneira bem simples as seguintes distinções: a cooperação como algo que pode ser encontrada tanto entre os seres humanos e os animais desde os tempos pretéritos até os dias atuais; o cooperativismo como um ideal construído a partir da crítica à sociedade capitalista originada com a revolução industrial no final do século XVIII; e a cooperativa como sendo a execução prática dos princípios do cooperativismo.

Ainda de acordo com o pensamento desse autor, cabe ressaltar que, no Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo remontam ao século XIX. Entretanto, adquiriram expressão nacional somente a partir da década de 1970. Na mesma época, foi constatado o desenvolvimento de algumas cooperativas de beneficiamento do algodão no Estado da Paraíba. Essas cooperativas eram responsáveis pela transformação do algodão em pluma, matéria-prima, que era destinada ao abastecimento das indústrias têxteis, não só no Nordeste, mas em outras regiões do país.

As cooperativas algodoeiras não conseguiram e nem objetivavam transformar a realidade socioeconômica da população menos abastada do estado, tendo em vista que eram dominadas pelos grandes proprietários de terra que se responsabilizavam pela organização produção e comercialização dessa matéria-prima para as indústrias têxteis. Além das cooperativas de beneficiamento do algodão, outras cooperativas foram

criadas na Paraíba entre 1970 e 1980, ligadas ao setor primário, principalmente a pecuária bovina leiteira. A realidade do cooperativismo paraibano não fugiu à regra da realidade nordestina, sendo um cooperativismo caracterizado como um movimento a favor das elites dominantes e latifundiárias da região (NOVAES, 1981 apud RÊGO, 2009, p.12).

No contexto atual, as cooperativas são vistas como elemento importante para modernização do campo e para o crescimento econômico do país. Cooperativas, como a ARTEZA (**Fotografia 06**), carregam o discurso do desenvolvimento de base local, no qual se espera que o local apresente potencial, ocorrendo assim à diminuição da necessidade de investimentos em função de vantagens ali identificadas, e que as comunidades possuam conhecimento para lidar com a produção. Foi nesses moldes que ocorreu a implantação do Pacto Novo Cariri, mencionado anteriormente, com o interesse central de identificar atividades com maior potencial comercial com vistas à inserção do Cariri paraibano na esfera produtiva e comercial do capital global.

Fotografia 06 – Distrito de Ribeira – Prédio sede da Cooperativa ARTEZA



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

No Plano de Desenvolvimento Local (PAULA, 2008), apresentado pelo SEBRAE, esse tipo de desenvolvimento é definido como um processo que, mediante resultados de diagnóstico, irá identificar as vocações ou os eixos estruturantes para o desenvolvimento de determinada localidade, ou seja, aquelas atividades que irão possibilitar, tirar proveito das “vantagens comparativas” locais, transformando-as em

“vantagens competitivas”, mediante atividades que sejam capazes de suportar diversos tipos de empreendimento viáveis e “sustentáveis”.

As ações aparecem centradas no processo de reestruturação das bases produtivas e no aperfeiçoamento das condições infraestruturais existentes. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que os diagnósticos e requisitos, que aparecem como pré-condição para seleção dos lugares pode aguçá-las as desigualdades no território, constituindo-se em elementos de diferenciação.

Pensando o papel do Estado neste movimento de mudança, Santos (1985) afirma que “O Estado é, às vezes, portador do novo, às vezes garante a permanência do velho. O mesmo se dá com as forças de mercado. Estas criam o interno, trazendo consigo o externo e desse modo gerando uma contradição entre ambos” (SANTOS, 1985, p.80).

Conforme Oliveira e Santos (2015), o desenvolvimento dos princípios cooperativistas e associativistas no Brasil passaram por diversas adequações para atender as exigências do modelo de produção nos diferentes contextos econômicos, sendo possível observar no decorrer do tempo que:

[...] o desenvolvimento dos princípios cooperativos passou por adequações para atender às formas que o capitalismo exigia, [...]. Assim, o modelo de organização foi sendo capturado e teve que reconfigurar seus objetivos adaptando-os aos interesses do momento de acumulação (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p.128).

As cooperativas cada vez mais se apresentam marcadas por novas complexidades, onde sua lógica organizacional não mais se apresenta somente nos princípios da cooperação e colaboração para alcançar objetivos comuns. Faz-se necessário atentar as contradições existentes ao pensar no papel dessas cooperativas na dinâmica de determinado território e não nos deixar enganar pelo que nos é dito e nem por nossos olhos.

Nessa perspectiva, Rêgo (2009) faz referência a Rosa Luxemburgo e as suas críticas ao cooperativismo. A referida autora utiliza a denominação de “instituições híbridas” para se referir às cooperativas e sua inserção no modo de produção capitalista. Elas se apresentam marcadas por contradições, tendo em vista que:

[...] no capitalismo, onde se estabelece a prática do cooperativismo, o que predomina e determina a produção de uma empresa, seja ela privada ou coletiva é a demanda e necessidades do mercado, ou seja, o mercado tem

suas próprias leis que fazem como que uma empresa tenha que adaptar sua produtividade a essas leis. Nesse contexto eis que surge uma grande contradição envolvendo os ideais cooperativistas, visto que os operários cooperados passam a ter que governar para atender suas necessidades particulares, que são coletivas seja de produção ou de outro caráter não devem prevalecer os interesses particulares (RÊGO, 2009, p. 35).

Seguindo esse raciocínio, comungamos com Rêgo (2009), quanto ao entendimento da organização das cooperativas hoje, pois elas se mostram cada vez menos como cooperativas de fato, tendo em vista que se encontram inseridas no sistema capitalista sendo, dessa forma, reguladas pelas leis de mercado e recorrendo a estratégias semelhantes às realizadas pelas corporações capitalistas para conseguir ampliar suas atividades e manter-se em pleno funcionamento.

Partindo deste entendimento, compreendemos que da mesma forma que ocorre com as atividades maiores ligadas a grande produção, em uma escala menor essas atividades, mediante cooperativas, também podem ser entendidas como elemento de diferenciação no território, uma vez que:

[...] a sociedade do presente realiza seu modo de vida, agora obedecendo à unicidade do mundo. À medida que a ordem global se transforma com novas modalidades de funcionamento, cada subespaço se adéqua às novas condições para poder participar do conjunto maior. Essa adequação se faz pela emergência de novas formas geográficas, em funções específicas capazes de atender as exigências das emergentes modalidades da produção e da vida social (LIMA et. al., 2011, p. 19).

Nesse contexto, a técnica, a ciência e a informação aparecem como processo capaz de aproximar e separar ao mesmo tempo, bem como de igualar ou fazer assim parecer e diferenciar, período que Milton Santos denomina de técnico-científico-informacional³⁸ com a globalização, informação e finanças (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

³⁸ Milton Santos admite a história do meio geográfico dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Esse último aparece marcado pela constituição e difusão, distinguindo-se dos anteriores pela intensa interação da ciência e da técnica, tanto que alguns irão chamar de tecnociência para enfatizar a inseparabilidade atual desses conceitos e de suas práticas nos dias atuais (SANTOS, 1996). Para essa fase, o autor destaca que deve ser pensada em um primeiro momento como técnico-científico, que evidencia o Brasil dos anos 70, marcado entre outros aspectos pela revolução das telecomunicações e em um segundo no qual ultrapassa seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. No que tange a periodização, o primeiro período diz respeito ao meio natural também denominado de pré-técnico, já o segundo período diz respeito à fase da variedade ou dos diversos meios técnicos (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

O atual processo de modernização técnica ainda não foi capaz de possibilitar emancipação econômica, política e social para grande parte das famílias sertanejas. No entanto, existem sinais claros de oportunidades de mudanças dessa realidade, seja porque o “velho complexo gado-algodão-policultura ruiu” (SILVA, 2010, p.141), seja porque se apresentam hoje diversos experimentos, alternativas e propostas de convivência com o semiárido, como destacadas anteriormente. Nesse sentido, faz necessário considerar que ocorreram mudanças não apenas no processo produtivo, o território também é reestruturado e com ele a dinâmica territorial.

Analisar as cooperativas, nesse contexto, nos permite duas interpretações: uma, em que a cooperativa surge como alternativa para inserção dos pequenos produtores a elementos da modernização tecnológica no campo; e a outra, que esses produtores se veem forçados a ingressar nesse modelo para agregar valor a sua produção, ou como forma de sobrevivência a concorrência de empresas que trabalham com produtos semelhantes.

Na atual conjuntura da acumulação capitalista pode-se observar que muitas cooperativas, principalmente aquelas ligadas a grandes empresas capitalistas, localizadas em sua maioria na região Centro-Sul do Brasil, tem se comportado do ponto de vista prático como verdadeiras corporações capitalistas. Esse processo ocorre devido ao fato dessas cooperativas se encontrarem inseridas em uma realidade de mercado onde as leis inerentes a esse sistema são fatores determinantes para o funcionamento de qualquer organização associativa ou privada (RÊGO, 2009, p.82-83).

Nesse sentido, muitas cooperativas tem se utilizado de diversas estratégias para sua ampliação e reprodução, como investimentos em equipamentos, aperfeiçoamento de mão de obra, uso do marketing e modernização tecnológica no intuito de ampliar seu público consumidor, e assim, expandir-se por vários territórios. A evolução dessas cooperativas pode ser caracterizada pela tentativa de melhorar sua capacidade competitiva. E para isso, utilizam ferramentas e comportamentos que correspondem ao de qualquer empresa capitalista.

Compreendemos que algumas estratégias se fazem necessárias para a sobrevivência e para o crescimento das cooperativas, ou talvez levando em consideração a segunda interpretação que nos referimos anteriormente, podemos nos referir às cooperativas como empresas coletivas, pois elas tiveram que se adaptar à estrutura organizacional, como entidade empresarial para se reproduzir.

A Cooperativa ARTEZA utiliza-se dessas estratégias para promover a divulgação e ampliação do seu mercado consumidor. Ferramentas como as redes sociais se tornaram valiosas nesse sentido. Também foi necessária uma reformulação nos artefatos produzidos, isto é, a cooperativa começou a produzir acessórios cada vez mais sofisticados e se mantém atenta às tendências da moda, de modelos e de cores variadas. A reconfiguração das atividades e a atuação da ARTEZA é parte integrante das reflexões que apresentamos no capítulo seguinte, que trata da reestruturação produtiva no Distrito de Ribeira.

CAPÍTULO 03

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO DISTRITO DE RIBEIRA

Dedicamos este terceiro momento para refletir sobre o processo de reestruturação produtiva, que é um processo que acontece em múltiplas escalas. Ao refletir esse processo no Distrito de Ribeira nosso objeto de estudo, tomamos por base a atuação da sociedade civil organizada, em um primeiro momento, na forma de associação, e no segundo, sob a forma de cooperativa no sentido de fortalecimento de suas atividades com a produção de alho e, em especial, com a produção de artefatos em couro. Esses elementos se apresentam como necessários para nossa análise e compreensão da dinâmica territorial local. Vale ainda destacar que, quando tomamos por base essas duas atividades, é por levar em consideração a importância, sobretudo socioeconômica, que o cultivo do alho teve e que as atividades relacionadas ao couro apresentam hoje para o Distrito de Ribeira.

Como forma de possibilitar uma melhor aproximação com o recorte escolhido, no tópico a seguir, apresentamos um breve relato sobre a formação socioeconômica do Distrito de Ribeira.

3.1 – NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RECORTE ESPACIAL DE ESTUDO

A história socioeconômica do Distrito de Ribeira pouco se diferencia daquilo que, em linhas gerais, ocorreu durante o processo de formação territorial do interior do Nordeste brasileiro. Baseados em Marques (1994), pensamos essa história em dois grandes períodos:

O primeiro, do século XVIII até o final do século XIX – identificado como o período dos primeiros povoados e o surgimento dos patriarcas, momento que é caracterizado pelo domínio das fazendas como principal unidade socioeconômica e da pecuária como principal atividade econômica. A estrutura social é caracterizada, principalmente, pela presença dos fazendeiros e dos vaqueiros.

O segundo período corresponde ao último quarto do século XIX até os dias atuais, quando se evidencia a formação de comunidades rurais e uma maior importância da atividade agrícola no contexto da unidade de produção familiar.

Recuando um pouco na história, é relatado que “Em meados do século XVII o interior da Paraíba é invadido por entradas oriundas da capital do estado, da Bahia e de São Vicente-SP. O objetivo principal dessas expedições foi, inicialmente, o de aprisionar índios” (JOFFILY, 1892 apud MARQUES, 1994, p.58).

Documentos consultados por essa autora relatam que os Oliveira Lêdo, originários da Bahia, foram os primeiros desbravadores dos sertões paraibanos. Por volta de 1665, em carta de sesmaria, concediam-se terras no interior da Paraíba a Antônio de Oliveira Lêdo, Custódio de Oliveira Lêdo e outros, com a alegação de que eles já tinham aí instalado os seus currais³⁹.

Em 1670, o padre francês Martim de Nantes⁴⁰ visita a fazenda Boqueirão⁴¹, que pertencia a Antônio de Oliveira Lêdo, onde encontra índios Cariris em convivência pacífica. Teodósio de Oliveira Lêdo, sobrinho de Antonio, retornando de uma entrada ao Sertão do Piranhas, resolve fixar os índios pacatos que o acompanhava, fundando em 1697 uma aldeia, atual cidade de Campina Grande. Ainda no século XVII, Pascácio de Oliveira Lêdo funda às margens do Rio Taperoá a fazenda Cabaceiras, que é vendida a Domingos de Farias Castro, que já possuía terras a oeste de Cabaceiras, e Antônio Guimarães Ferreira (MARQUES, 1994).

No século XVIII, os Cariris Velhos são devassados. Documentos de meados desse século ainda registram a concessão de terras em áreas ditas devolutas. Nesse período, o intenso processo de interiorização dos sertões foi resultado, dentre outros fatores, da aplicação de uma carta régia, de 1701, que proibia a criação de gado até 10 léguas da costa. Desse modo, o povoamento dos Cariris processou-se de maneira lenta, e os criadores de gado atravessaram o Alto-Paraíba a procura de Sertões melhores. No entanto, o acentuado grau de semiaridez e a presença de solos rasos relaciona-se a pastos mais pobres e a uma agricultura de pequena expressão se comparados a outras áreas do interior do estado.

Nos Cariris o algodão não se desenvolveu da mesma forma que em regiões como o Seridó e o Sertão do Piranhas. Enquanto esta cultura ocupava vastas extensões de terra e animava a vida de inúmeras cidades nos Sertões, nos Cariris ela alcançou uma pálida expressão. A agricultura limitou-se a áreas restritas nas margens dos principais cursos d'água. A pecuária continuou a predominar na região ao longo do século XIX. Rebanhos de caprinos e ovinos associados aos bovinos compunham o seu traço característico (MARQUES, 1994, p.61).

³⁹ Vale destacar que o principal argumento para o pedido de concessão era o de já haver uma efetiva ocupação da terra.

⁴⁰ O religioso teve importante atuação em Ribeira no período de 1976-78, ele financiou três motores e formou três grupos de produtores que plantavam alface, pimentão e alho. Além disso, desenvolveu um trabalho de base com o grupo, formando uma associação e lideranças comunitárias (MARQUES, 1994).

⁴¹ Boqueirão funcionou como “trampolim” para a expansão dessa família pelos sertões adentro, “30 anos mais tarde já se tinha notícia da presença dos Oliveira Lêdo no Sertão do Piranhas” (MARQUES, 1994, p.59).

O início do século XIX é caracterizado como o momento de instalação dos patriarcas, os aparentados dos Oliveira Lêdo e dos Farias de Castro. Cada patriarca ficou identificado com a terra onde morava e exercia o seu patriarcado. Dessa maneira, posteriormente, nas terras a eles pertencentes desenvolveram-se os principais núcleos de povoamento da área, como Ribeira, Cural de Baixo, Poço Comprido e Santa Cruz (MARQUES, 1994).

A contínua redução do rebanho bovino, aliada ao aumento da população local e a divisão das propriedades devido às partilhas por herança, ocasionou, nas primeiras décadas do século XX, uma transformação no objetivo da criação. A pecuária de caprinos e ovinos, antes prioritariamente para o consumo familiar, passa a destinar-se crescentemente ao mercado. Atualmente, o consumo da carne desses animais pela unidade doméstica ocorre, preferencialmente, em ocasiões especiais, isto é, em festividades como casamentos, aniversários, visitas de familiares ou representantes políticos.

As transformações socioeconômicas constatadas nos espaços interioranos do Nordeste ao longo do século XX, também ocasionaram importantes mudanças em Ribeira. Nesse sentido, Marques (1994) destaca como consequência desse processo de transformação o avanço do processo de pecuarização, com o cercamento dos pastos das grandes propriedades e a dinamização do mercado de terras e o rompimento do “isolamento” de alguns lugares, na medida em que estes passaram a se integrar de forma mais efetiva ao espaço regional e nacional devido à melhoria das estradas e a chegada dos caminhões.

No início da década de 1940, o Banco do Brasil de Campina Grande estimulou a atividade pecuária através de financiamentos e investimentos. Os financiamentos possibilitaram algumas melhorias técnicas e desencadeou, por exemplo, o cercamento de propriedades em Cabaceiras, já que, até então, somente as fazendas próximas a Campina Grande eram cercadas. Esses incentivos também foram responsáveis por uma série de outras ações, como a inserção de pessoas que nunca haviam trabalhado com o gado e foram inseridos na criação e comercialização de animais, e ainda “teve gente que perdeu terra, outros enriqueceram numa semana” (MARQUES, 1994, p.65).

Nos anos de 1960, o estímulo à inovação técnica da pecuária foi intensificado e os incentivos governamentais para a atividade agropecuária são apresentados como valorização das terras, passando a propriedade da terra a significar a possibilidade de acesso aos financiamentos.

Outro processo do qual Marques (1994) chama atenção no Cariri é o de reflorestamento de terras de propriedade privada com algarobas. Iniciado em 1980, com o objetivo de revalorização das terras do semiárido afetadas pelo desmatamento provocado pelo superpastoreio, essa política visava, ainda, contribuir tanto para o reflorestamento quanto para a autossuficiência da alimentação animal.

O posterior avanço da modernização da atividade pecuária e do processo de cercamento das fazendas na área ocasionou a redução do espaço da pecuária camponesa. Associado a essas mudanças, a agricultura aumenta sua importância como atividade de subsistência. Porém, a fragilidade da estrutura produtiva, diante da irregularidade pluviométrica do semiárido, deixava, sobretudo, o pequeno produtor mais vulnerável às condições naturais, dependendo dela para a obtenção do “lucro⁴²” do roçado.

Nesse contexto, nos períodos de estiagem prolongada muitos migravam para outras áreas, como o Brejo, para trabalhar no cultivo da mandioca, para cidades como Campina Grande a procura de trabalho, ou para as regiões Sul e Sudeste do país, em busca de emprego e melhores condições de vida.

A migração tornou-se uma estratégia para garantir a sobrevivência do grupo familiar, tornando-se comum a saída do chefe de família ou dos filhos adultos. Esses, ao se estabelecerem nos lugares de destino, passavam a enviar dinheiro para ajudar no sustento dos parentes que permaneceram em Ribeira. Com a realização da pesquisa contatamos que está ocorrendo um processo de retorno de alguns sujeitos, pois Ribeira, atualmente, lhes fornece meios para seu sustento e permanência, como nos relatou um morador local que, atualmente, está envolvido com a produção de artesanato em couro.

Em conversa com representantes da cooperativa de couro ARTEZA, fomos informados que nesse processo de retorno dos “filhos de Ribeira”, inclusive daqueles que alcançaram melhores condições de vida com o trabalho em outras capitais, há recomendação desses aos seus parentes para que permaneçam no Distrito, em face das atuais oportunidades de obtenção de renda e reprodução social.

Atualmente, muitos dos que retornaram identificaram a possibilidade de investimentos no local e montaram seus negócios. Dentre os investimentos observados destacamos supermercado, posto de gasolina (**Fotografia 07**), loja de material de

⁴² Lucro aqui não se refere de fato a valor monetário excedente, mas a expressão utilizada pelos agricultores como sinônimo de boa colheita, o “lucrar”.

construção, panificadora, lanchonete (**Fotografia 08**), como alguns exemplos dos estabelecimentos comerciais construídos recentemente no Distrito de Ribeira.

Fotografia 07 – Distrito de Ribeira – Novos investimentos, posto de combustível



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Fotografia 08 - Distrito de Ribeira – Novos investimentos, bar e lanchonete



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Nos tópicos posteriores, voltaremos a apresentar elementos que compõem a atual dinâmica territorial do recorte espacial da pesquisa. Para melhor compreensão dessa dinâmica, se faz necessário discorrer sobre as experiências com a cultura do alho e da produção de artefatos em couro a seguir apresentadas.

3.2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO ALHO AO COURO

Pensar de que modo o subespaço nordestino, em especial o território semiárido, se insere na lógica do processo de reestruturação é algo importante, e ao mesmo tempo desafiador, sobretudo quando se trata de compreender as consequências do processo de reestruturação produtiva em recortes espaciais ainda pouco estudados, como é o caso do Distrito de Ribeira.

Para a análise do processo das mudanças ocorridas no território pesquisado, estruturamos as nossas reflexões, do ponto de vista temporal, em três momentos: o primeiro, correspondente ao final dos anos 1970, quando a produção do alho atingiu maior expressividade, fazendo com que Ribeira se projetasse como o maior produtor de alho do Estado da Paraíba; o segundo, no final dos anos de 1980, momento em que se evidencia a diminuição da produção da hortaliça e seu posterior declínio; e o terceiro, a partir do final dos anos 1990, momento em que ocorre o fortalecimento da produção de artefatos em couro, quando essa atividade passou a ter maior notabilidade e assumiu a condição de principal fonte de renda para as famílias locais.

Sequenciando ainda a contextualização do processo de formação econômica de Ribeira, nos reportamos ao final dos anos de 1970. Período que é implantado um projeto de desenvolvimento rural no Distrito, voltado para a expansão da cultura do alho, atividade que era desempenhada nos quintais das residências de algumas famílias. É a esse período e a essa atividade que nos dedicamos a analisar na sequência.

3.2.1 – As experiências da cultura do alho em Ribeira de Cabaceiras

“Boi do pobre”. Esse foi o título dado à cultura do alho, devido sua importância para o Distrito de Ribeira e que, ao atingir o status comercial, ultrapassou as fronteiras territoriais do município de Cabaceiras, ao ter a sua comercialização destinada a outros municípios do Estado da Paraíba.

Como já mencionado, registros mais antigos demonstram que a introdução da cultura do alho ocorreu no início do século XX, porém o grande desenvolvimento da produção se deu entre os anos de 1978/1979, com a criação de um projeto-piloto no Distrito de Ribeira, tornando a atividade expressiva na região até o final dos anos de 1980, período em que foi constatada a diminuição e/ou declínio da produção.

Grabois et. al., (1991) dividem a história do alho em duas etapas, assim denominados: “período da lata” e “período da motobomba”. O primeiro consiste na introdução do alho no baixo Taperoá, sendo então cultivado em pequenas quantidades em leirões⁴³ construídos no leito seco do rio. A irrigação se dava por meio da água retirada de uma cacimba e transportada em latas, em um exaustivo “trabalho de vai e vem”, e na adubação era utilizado apenas o esterco retirado dos currais.

Em conversa com um dos moradores, e também estudioso⁴⁴, que esteve ativamente envolvido na produção do alho, perguntamos sobre a inserção do alho naquela localidade. Como resposta, obtivemos o seguinte relato:

O alho tem uma longa história, já por volta de 1910 os mais velhos/antigos contavam que um senhor que plantava alho levava as tranças de alho para vender nas feiras de Cabaceiras e São João do Cariri, que eram as cidades que existiam no começo do século passado. Certa vez esse senhor foi a Taperoá e não conseguindo vender decidiu ir para Campina Grande a pé com o saco de alho na cabeça. Para esse período, os relatos existentes são de que era assim que se realizava a produção de alho. Antigamente, qualquer casinha ou fazenda tinha uma horta, plantavam em panelas de barro que não serviam para cozinhar e também fazendo uma estrutura de madeira nos quintais plantavam plantas medicinais, coentro e cebola, alho e ervas para chá [...] alho branco variedade única de Cabaceiras se adaptou, chegou não sei de onde e de onde veio. Até 1930 tem registros de que foi aumentando o número de pessoas e o trabalho de comercialização com o alho e também com o artesanato em couro de boi. De 1910 a 1940 mais ou menos o povo mudou a forma de produzir do terreiro, isto é, dos quintais das casas para os roçados e para a margem do rio. As outras áreas o pessoal do Brejo que plantavam alho entram em decadência, tanto Areia, Remígio e Esperança começam a comercializar com o alho de Ribeira fortalecendo-o. Em 1930/40 que foi a época em que começou a transitar caminhões aí levavam cargas de alho para Campina Grande. [...]. O plantio era feito ao redor do cacimbão escavado no rio e de repente vinha uma enchente e carregava o alho na areia, alho não dá em areia, levava-se o estrume de galinha ou de bode e ou de vaca. Depois das enchentes os agricultores decidiram subir a ribanceira e fazer nas margens os canteiros. Traziam água da cacimba com cabaça depois com latas de zinco para regar levando em tropas de burro (Relato de morador local, julho de 2017).

⁴³ Significam canteiros ou faixa de terreno cultivada.

⁴⁴ Destacamos mais uma vez a importância da realização do primeiro trabalho de campo, realizado com caráter exploratório, que nos deu a chance de troca de contatos e permitiu o constante diálogo com sujeitos importantes para a pesquisa, mesmo à distância. Ressaltamos, porém, que o mesmo é importante no sentido de contribuir e de facilitar o caminho, no entanto não anula a necessidade de campo posterior para maior aproximação e contato com a realidade estudada.

Avançando nas mudanças evidenciadas na forma de produzir, o segundo período analisado por Grabois et. al. (1991) se refere aos anos de 1950, quando ocorre forte crescimento da produção de alho. Em meados dos anos de 1960, ocorre a chegada dos primeiros motores, isto é, as motobombas a gasolina, culminando em modificações espaciais com a expansão da cultura do alho para as áreas de várzea.

A irrigação passa por alterações, mediante o uso de motobombas para a retirada de água do rio Taperoá. Esse é um dos principais sinalizadores da modernização da produção de alho, dominando o uso da mangueira que, embora menos recomendável que o uso de aspersor para águas com certo teor de sais, como as que predominam no semiárido paraibano, “era mais barato”. Além disso, também ocorre a substituição do adubo orgânico pelo químico. “Entra na cultura de ganhar dinheiro, as grandes famílias passam a produzir alho. Compram-se os motores a gasolina, barata na época. Nos anos 70, veio os motores a diesel” (Relato de morador local, julho de 2017).

De acordo com Grabois et. al., (1991), essa segunda fase, com o aumento da produção, esteve vinculada diretamente a intervenção do estado, marcada pela ação de vários organismos: Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de Cabaceiras, Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (PRODECOR),⁴⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Banco do Brasil, além do próprio Ministério da Agricultura.

Em 1979, é realizada uma visita dos técnicos do PRODECOR/PB. Ao verificarem o nível de organização da produção local, Ribeira é selecionada para implantação de um projeto de desenvolvimento rural, cujos objetivos principais eram a elevação da renda dos produtores assistidos, a melhoria da qualidade de vida e a organização sociopolítica da comunidade, almejando tornar o processo “sustentável”.

No intuito de atingir esses objetivos a produção de alho foi impulsionada através de incentivos para modernização das bases técnicas. O alho torna-se, assim, a principal atividade econômica de Ribeira. No mesmo ano, a Associação Ribeirense dos Produtores de Alho (ARPA) foi regulamentada. Além disso, já havia sido implantado,

⁴⁵ Programa do Ministério da Agricultura voltado prioritariamente para o Nordeste, contando com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Em 1985, foi transformado em Coordenadoria de Municipalização da Agricultura e Desenvolvimento Comunitário Rural (COMAGRI).

[...] o projeto-piloto que atingiu 36 produtores⁴⁶ organizados em grupos de quatro, utilizavam motobombas a diesel. O sucesso do empreendimento venceu a resistência que existia por parte de muitos e abriu caminho para a implementação de um segundo projeto, em 1980 (GRABOIS, et. al., 1991, p.96).

A ARPA, naquele momento, se apresenta como importante centro de poder a nível local, atuando como representante dos produtores de alho frente ao poder municipal e estadual.

A modernização do sistema agrícola, isto é, as inovações técnicas na cultura do alho, desencadearam o aumento da produtividade e da produção, o que resultou em uma maior rentabilidade. Entretanto, também ocasionou elevação dos custos com a produção, tornando cada vez mais difícil para os agricultores continuarem com suas lavouras sem apelar ao crédito agrícola, sendo induzidos a recorrer aos mecanismos oficiais de financiamento.

Nesse período, é criada a agência do Banco do Brasil em Cabaceiras, e a Cooperativa de Crédito Rural, que já existia no município desde 1959, é transformada em Cooperativa Agrícola Mista, para poder repassar o financiamento liberado pelo Banco. Assim, com vistas à obtenção do crédito, grande parte dos produtores de alho se associou a ARPA (GRABOIS, et. al., 1991).

O PRODECOR adotou o planejamento participativo, defendendo que a comunidade tivesse voz ativa em todas as fases do projeto (MARQUES, 1994). No ano de 1980, mais de 100 produtores integraram-se ao projeto. Foram financiadas 20 motobombas e cultivadas 25 ha de alho, utilizando-se sementes da região. Ainda em 1980, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), destinou recursos para um programa de melhora habitacional e 101 residências foram beneficiadas, sendo dotadas de piso, reboco e construção de privadas e reservatórios de água. Em 1982, a LBA destina recursos novamente, sendo agora voltados para a compra de material para a construção da sede da ARPA (**Fotografia 09**).

⁴⁶ Os principais critérios para seleção dos produtores foram: a posse da terra com acesso ao rio, a tradição na cultura do alho, o maior número de dependentes por família e a postura receptiva quanto às normas técnicas de cultivo a serem definidas e postas em prática pelo Projeto (MARQUES, 1994).

Fotografia 09 – Distrito de Ribeira – Prédio sede da Associação ARPA



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Em 1983, ocorre uma redução no número de produtores, de 131, ano anterior, para 92, ocasionando uma redução da produção e da área cultivada, que passou de 67 ha para 32 ha. Conforme Marques (1994), a redução no número de produtores ocorreu devido a não efetivação dos pagamentos referentes ao custeio junto à agência financiadora nos prazos fixados, em decorrência do retardamento na liberação dos recursos para a comercialização da produção no ano de 1982.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da produção foi o forte aumento do consumo de água, como consequência imediata à expansão da cultura do alho. Por esse motivo, houve a necessidade de tornar as cacimbas maiores e mais profundas, em grande parte sendo escavadas com trator de esteira e não mais com a pá, ocasionando “o rebaixamento do nível do lençol freático e que traz duas consequências desastrosas, tanto em termos econômicos quanto ecológicos: o gradual desaparecimento das lavouras de vazante e a acentuação do problema de salinização” (GRABOIS, et. al., 1991, p.97).

Além disso, destaca Grabois et. al., (1991), o alho exige certa queda da temperatura na época do inverno para que possa ocorrer uma boa colheita, o que é pouco acentuado, nas condições climáticas dessa região, deixando assim, o desenvolvimento intensivo desse tipo de cultura num limite extremamente perigoso.

Nesse sentido, o uso inadequado da técnica de irrigação, bem como a acentuação do uso de adubos químicos, retendo menor quantidade de água e preservando menos os nutrientes do solo que o adubo orgânico, contribuiu para a crescente salinização do solo, além do endividamento dos produtores. Esses foram alguns dos elementos que podem ser

apontados como os responsáveis pelo declínio da produção da hortaliça. Segundo Marques (1994), foram muitos os prejuízos. O Banco do Brasil perdeu parte das dívidas dos produtores e mesmo assim muitos tiveram que vender as sementes, o motor, o carro ou a moto e alguns até a própria casa.

Também em 1983, foi instalada a (ARPA) Indústria e Comércio de Produtos Vegetais Ltda, que pertencia à própria associação. Nesse ano, o PRODECOR deixou a área e os créditos deixaram de ser fundo perdido.

Esta micro-empresa de processamento de pasta de alho foi criada com o objetivo de solucionar o problema da demanda na entressafra, pois, com a industrialização, o produto pode ser armazenado por um período de tempo superior ao alho *in natura*. Além disso, permite o aproveitamento do alho pequeno, que tem pior aceitação no mercado. Seu funcionamento ficou a cargo da diretoria da ARPA (MARQUES, 1994, p.73).

Em 1986, é possível observar um crescimento da área cultivada, como pode ser visto nos dados da **tabela 02**. Nesse ano, estava em vigência o Plano Cruzado, com estímulos para o mercado interno e taxas de juros negativas para o crédito rural. Ocorre o aumento dos pedidos de financiamentos entre os produtores de alho e se mantém no ano posterior. No entanto, o agravamento do processo inflacionário e a nova crise recessiva provocam o encarecimento do crédito. No mesmo período os produtores são surpreendidos por uma excessiva variação de temperatura durante meses de cultivo e a safra foi comprometida (MARQUES, 1994).

Tabela 02 – Variação do cultivo do alho no Distrito de Ribeira, no período Pós-PRODECOR (1984 – 1989)

Ano	Área plantada (ha)
1984	19
1985	24
1986	44
1987	78
1988	15
1989	12

Fonte: Marques (1994).
Elaborado pela autora, 2018.

Ainda com base nos dados da tabela 02, é notável a variação na área plantada para os anos de 1988 e 1989. Tendo em vista os altos juros, ocorreu um decréscimo na procura

por financiamentos, obrigando os produtores a reduzir a área plantada. Essas questões, associadas a problemas internos na diretoria da ARPA, levaram ao enfraquecimento de sua liderança e da produção da hortaliça.

Em 1990, houve uma tímida retomada da produção. No entanto, a região passa por uma estiagem prolongada, uma conjuntura de seca que se prolongou até o começo de 1994. Nesse contexto, os açudes não tinham água suficiente, ou nenhuma água, o que limitou a área cultivada. Houve também um atraso na liberação do crédito, fazendo com que parte do plantio ocorresse fora de época. Além disso, os baixos preços alcançados fizeram com que muitos dos produtores não conseguissem quitar suas dívidas com o banco (MARQUES, 1994).

Com base no que foi apresentado, constatamos que a cultura do alho em Ribeira foi marcada por uma forte instabilidade em decorrência de diversos fatores, como afirmam Grabois (1991) e Marques (1994). Em síntese, podem ser destacados os frequentes atrasos na liberação do crédito; a fragilidade da cultura frente ao quadro natural (salinização, variação de temperaturas e irregularidade das chuvas); as oscilações na política agrícola e monetária, refletindo sobre a taxa de juros do crédito rural; além das variações de preço do alho no mercado.

Tantos desafios levaram ao declínio da produção de alho na área estudada. Em nosso trabalho de campo, tivemos a oportunidade de visitar a sede da ARPA e dialogar com seus representantes. Na ocasião, presenciamos o processo de produção da pasta de alho (**Fotografia 10**). Para nós, e considerando a pequena participação da cultura do alho na economia local, hoje, essa iniciativa se apresenta muito mais como tentativa de não deixar “se perder a semente” daquele que foi tido como grande tesouro de Ribeira, o “boi do pobre”.

Fotografia 10 – Distrito de Ribeira – Produção de pasta de alho



Fonte: Pesquisa de Campo, outubro de 2017.

É importante destacar que a pasta de alho é produzida atualmente, apenas em pequenas quantidades, a partir do alho fornecido por alguns pequenos produtores que guardaram a semente. O produto é comercializado em embalagens que contém selo de produção familiar obtido com apoio de Universidades. Os produtos são destinados para comercialização em Cabaceiras e municípios vizinhos, porém a partir de pequenas encomendas.

Durante a pesquisa de campo, buscamos informações sobre o significado do alho para o Distrito de Ribeira. Uma das pessoas residentes, e com que tivemos a oportunidade de dialogar, expressou o seguinte depoimento:

O projeto do alho foi a melhor coisa que existiu pra Ribeira, os produtores que já trabalhavam também com o couro através do alho e dos encontros que fazíamos com a LBA que foi quem fez o primeiro empréstimo pro pessoal do couro, para melhorar [...] para fazer cintos, carteiras e depois disso foi crescendo e aumentando e cada vez mais gente foi participando (Relato de moradora, outubro de 2017).

Em poucas palavras, a moradora deixou expressa a importância do alho não só para o Distrito, mas também para aqueles que trabalhavam com o couro, no sentido da

possibilidade de dialogar e conseguir parcerias. Nesse contexto, com o declínio do cultivo da hortaliça, ocorrido no final dos anos de 1980, – início dos anos 1990 – a atividade com o artesanato em couro, que dividia espaço com a produção da hortaliça, passou gradualmente a compor o papel de principal fonte de renda das famílias locais.

Os produtores passaram a enxergar alguns benefícios na produção de artefatos em couro, pois se o produtor de alho levava em torno de quatro meses para ter o resultado de sua produção, em termos financeiros, com o artesanato, ao terminar a confecção da peça já se tem um mercado pronto para receber o produto. É acerca dessa atividade que daremos continuidade a nossa reflexão, como forma de compreender melhor a atual dinâmica territorial provocada pelo processo reestruturação produtiva em Ribeira.

3.2.2 – A cultura do couro: dos desafios do trabalho coletivo a modernização da atividade

A experiência do manuseio com o couro dividia espaço no Distrito de Ribeira com outras atividades, a agropecuária e, principalmente, a cultura do alho que se destacou durante um longo período como a principal atividade geradora de renda em Ribeira. A produção do alho também teve papel importante na experiência que proporcionou com trabalho coletivo e com o conhecimento gerado ao trabalhar em associação, num sistema de cooperação.

No período em que ocorre o enfraquecimento no cultivo do alho, do qual explicitamos no tópico anterior, o artesanato em couro vinha começando a ganhar espaço na mídia, pois nesse momento Cabaceiras começava a se inserir na lógica do DLIS, onde a caprinocultura emergia como vocação. Esses fatores contribuíram para que a nova mercadoria pudesse ser encarada como uma boa opção de renda pelos pequenos produtores.

O fortalecimento das atividades ligadas ao artesanato em couro ocorre principalmente a partir da formação da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA), criada em 1998, tendo como financiadores/parceiros o Projeto Cooperar, o Banco Mundial, a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado da Paraíba e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que prestou assistência técnica, principalmente para a capacitação profissional dos artesãos.

Apesar da produção do artesanato em couro ter maior expressividade a partir da criação da ARTEZA, em entrevista o presidente da Cooperativa nos relatou que as atividades com o couro – curtimento das peles e o artesanato – se trata de uma atividade “centenária”, tendo em vista que esse trabalho vinha passando de pai para filho, ou seja, “geralmente, os pais ensinavam aos filhos e diziam só ensine aos seus filhos. Esse trabalho vinha ficando em família mesmo” (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Com os apoios governamentais de 1970, até final dos anos de 1980, “Ribeira vivia alho”, enquanto o trabalho com couro ocorria fora da época do alho. Relatou presidente da ARTEZA:

Na década de 1980, as chuvas reduziram, as águas vão se tornando cada vez mais salobras, devido ao aumento na concentração de sais. Os produtores conseguiram alguns recursos e começaram a investir nas atividades com couro. Assim, no final dos anos 80 praticamente ninguém tava mais trabalhando com o alho (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Para compreender melhor esse processo de produção centenária, colocamos em evidência outros fragmentos da fala do presidente da ARTEZA, sobretudo no que concerne ao contexto de formação da cooperativa, principal responsável pelo fortalecimento da atividade com o couro no Distrito de Ribeira.

Com uma família grande de 16 filhos as tarefas eram bem distribuídas, meu pai gostava de criar gado também. Então tinha quem cuidasse do gado, do curtume, da produção do artesanato, todos já com suas funções. Infelizmente aconteceu um acidente na família, e meu pai faleceu em dezembro de 1987. Era ele quem comandava o trabalho com o couro no curtume e eu ficava com a parte do artesanato. Tive que sair da fábrica de artesanato e ir pro curtume já sabendo das dificuldades que tava existindo, da concorrência desleal que tava derrubando um a um. O primeiro ano foi marcado por muita dificuldade, e a gente procurando ver como fazia e sem achar soluções. Então parti para o pouco de conhecimento que tinha de um curso que fiz de curtimento vegetal no curtume escola da época, o Curtume da Universidade de Campina Grande. Nesse curso além da prática de curtimento, eu aprendi nas horas vagas com mecânico a mexer nas máquinas. Em 1984 através do SINE,⁴⁷ órgão do governo, chegou três máquinas aqui (dois fulões e uma lixadeira) por conta das máquinas é que fui fazer o curso. Quando assumi o curtume eu pude botar em prática o que eu havia apreendido. Quando cheguei ao curtume todas as três máquinas estavam quebradas. Eu

⁴⁷ Sistema Nacional de Emprego.

consegui consertar, para minha sorte o que tinha quebrado em uma, na outra estava inteiro. Eu montei uma e comecei a trabalhar a pele. E a qualidade da pele que eu preparava começou a melhorar e os outros começaram a ver e se interessar perguntar e eu chamando venha pra cá. Já havia esquecido aquilo de pai pra filho. Comecei a trazer parentes e pessoas da comunidade para começarem a se juntar e aproveitando essa oportunidade, comecei a falar no ouvido de cada um vamos se organizar, vamos fazer a coisa pelo caminho certo, vamos se respeitar (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Aos poucos, ainda de acordo com o presidente da ARTEZA, o número de famílias associadas à atividade foi aumentando. No entanto, os produtores esbarram em outro desafio ligado a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), quando se estabeleceu uma discordância entre o instituto e os produtores quanto à retirada do angico, planta comum na caatinga, e que os curtumeiros faziam o corte para extrair da casca o tanino, que é uma substância presente na planta e que serve para o processo de curtimento vegetal das peles.

Os produtores explicavam que após o corte/poda a planta rebrotava, enquanto os técnicos afirmavam que isso causaria a morte da planta. Para tentar provar os argumentos apresentados pelos produtores, o atual presidente da cooperativa relata que fez o corte do angico e o acompanhou, fazendo fotografias no período de seis meses. Porém, segundo ele, “isso não foi suficiente. Quando enviadas ao órgão não foi aceito e alegaram ser montagem”.

A solução do impasse se deu através de um experimento realizado pela Universidade de Patos. Conforme nos relatou presidente da ARTEZA, o pedido da pesquisa sobre o angico foi encaminhado no ano de 1990. Passados três anos, a universidade apresentou uma resposta. Nas palavras do entrevistado:

Não havia telefones nas casas naquela época, existia um posto telefônico. A telefonista mandou um bilhetinho de que a universidade de Patos queria falar comigo, eu nem lembrava mais de que se tratava, aí eles disseram você tá lembrado que mandou umas fotos dos angicos. Lembrei na hora. E disseram que só tinham dado uma resposta naquele dia, pois as coisas eram bastante difíceis e que conseguiram montar o projeto e que havia sido aprovado naquele momento. Disseram que iriam mandar uma moça e ela permaneceu dois anos em Ribeira. A cada dois meses mandava um laudo pra universidade que encaminhava para o IBAMA e hoje eles acreditam (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

A partir dessas experiências a universidade tornou-se parceira e seguiu enviando pesquisadores ao Distrito de Ribeira. Dentre as contribuições que a parceria com a universidade trouxe, nos foi listado pelo representante da ARTEZA, a realização de um método mais eficaz de extração do tanino⁴⁸ do angico com mais rapidez, bem como a realização de estudos com outras plantas como: a jurema, a aroeira, a algaroba, dentre outras que possuíssem o tanino. “Nenhuma delas se comparava ao angico”.

Ainda conforme depoimentos do entrevistado, a Cooperativa ARTEZA foi fundada de fato em 31 de julho de 1998, sendo inicialmente constituída por 28 sócios, o que representava 28 famílias, tendo em vista que “cada uma delas era representada pelo chefe da família, o sócio”. Dito isso, acrescentou “com a cooperativa formada, os problemas não acabaram, muito pelo contrário continuava aquelas quatro/cinco famílias que trabalhavam juntas antes mesmo da formação da ARTEZA carregando tudo nas costas”.

Quanto às peles utilizadas no Curtume segundo presidente da ARTEZA:

Nesse momento inicial as peles utilizadas eram trazidas de Campina Grande, que era a capital do negócio. Em 1998 o processo de trabalho era pequeno o maior curtidor da região era a minha família. Esse mestre coureiro fazia em torno de 300 peles por mês, aproximadamente 3000 kg de sola, os demais produtores produziam em quantidades menores. Com a cooperativa formada passamos a curtir cerca de 500 peles. Eu era o líder da turma, tinha pessoas mais velhas que eu na época, mais como meu pai era uma liderança, eles continuaram comigo mesmo sendo mais novo. Então, numa dessas reuniões eu apresentei um projeto. Eu disse que se hoje estamos curtindo 500 peles, mais daqui a 10 anos eu quero que estejamos curtindo 2000 peles. Se hoje nós estamos curtindo 3000 kg de couro de boi, daqui a 10 anos quero curtir 6000. Isso eles acharam um absurdo. Só escutava entre eles que a gente não tem condição de fazer isso (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

A cooperativa ARTEZA tem suas atividades estruturadas no curtimento de peles, de bovinos e caprinos, e na produção de artefatos em couro. Quanto a essa atividade, em entrevista nos relatou representante que também foi marcada por desafios, principalmente atrelado às mudanças no campo entre os anos de 1980 e 1990.

⁴⁸ Como nos foi informado pelo presidente da ARTEZA, atualmente o tanino utilizado pela cooperativa é trazido de assentamentos de municípios como Camalaú, Congo, Sumé, e de Custódia (PE). Além desses, é comprado o “tanino da Acácia Negra” esse já em pó, vindo do Rio Grande do Sul.

Ocorre que os artesãos confeccionavam vestimentas para vaqueiros, o gibão, chapéu, calçados, arreios para os animais, ou seja, uma produção voltada para o perfil do homem do campo. Na década de 1980/1990 o campo passa por mudanças e cada vez mais o homem do campo foi trocando o cavalo pela moto (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Para solucionar esse quadro, a cooperativa recorreu a parceiros como o SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Aquele custeava cursos de formação/capacitação, e esse os aplicava. Acrescentou entrevistado: “Começou-se a preparar aquele artesão que produzia para o homem do campo para expandir seu alcance e passar a produzir também para o homem da cidade”. Parcerias como essas, bem como a Prefeitura Municipal de Cabaceiras e com o Governo do estado tiveram papel importante para ampliar e divulgar a marca ARTEZA.

O crescimento no número de famílias envolvidas com a produção de artefatos em couro também fez surgir novos desafios, disse presidente da cooperativa mediante entrevista em outubro de 2017:

O aumento no número de pessoas trabalhando com o couro trouxe outras dificuldades, pois existia, até então, poucas famílias que trabalhavam com o couro, cada uma em suas casas. Com o aumento da concorrência passou a ocorrer à falta de coleguismo. Ocorre que os artesãos ofereciam um mesmo produto para vender, precisando realizar uma redução dos preços. Era necessário o barateamento do artesanato para conseguir vender. Esse se apresentou como um desafio e que quase chegou a aniquilar a produção do artesanato em couro. Muitos, desmotivados, já haviam deixado de produzir, porque quando estava tendo lucro com determinada peça os demais passavam a produzir semelhante.

Fazendo um parêntese acerca das experiências que nos foram relatadas, sobre a competição e a concorrência Rêgo (2009) afirma que a competição fomenta a cooperação, tendo em vista que a cooperação é praticada por sujeitos que almejam destaque frente à competição. Assim, quanto mais aguçada a competição maior o risco de se desestruturar as bases, pois “o individualismo torna-se a tônica do comportamento humano sobressaindo-se perante a ajuda mútua” (RÊGO, 2009, p.22).

Nesse quadro de concorrência entre os próprios artesãos a solução pensada pela cooperativa foi à criação de um regimento interno pautado pela principal regra:

O que você produz eu não posso produzir. Com esse regimento fica determinado: se eu faço bolsa, você faz carteira, Joaquim faz chapéu,

Severino faz sapato, dona Maria faz sandália etc. Ninguém mais pode produzir o que o outro tá produzindo. Mais e o que eu vou produzir? Invente. Mais não pode ser o que já é produzido por um grupo/família⁴⁹. E a estratégia foi dando certo (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Em meio às dificuldades enfrentadas pela cooperativa, outra preocupação que se fazia presente, era a inserção dos jovens – entre 14 e 17 anos – na atividade, conforme nos relatou entrevistado. No que diz respeito ao trabalho com curtimento das peles, no Curtume Coletivo (**Fotografia 11**), “não era atrativo para esse público, que reclamavam do forte cheiro”. E quanto à prática do artesanato “não era visto como profissão, mas como um trabalho extra de complemento na renda familiar”. Dessa forma, a migração era algo de ocorrência comum, principalmente naqueles períodos de estiagem prolongada.

Fotografia 11 – Distrito de Ribeira – Curtume Coletivo Miguel de Sousa Meira⁵⁰



Fonte: Pesquisa de Campo, outubro de 2017.

Conforme depoimento do presidente da ARTEZA, dentre as tentativas para inserção dos jovens na atividade, a atuação do SEBRAE também teve papel fundamental, oferecendo cursos de capacitação e formação profissional, destinados a jovens que estivessem matriculados na rede de ensino e entre os 15 e 29 anos.

⁴⁹ Grupo ou família está se referindo aqueles que compõem as oficinas de artesãos em couro.

⁵⁰ O curtume foi implantado com apoio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP)/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e ajuda técnica e financeira da GTZ do governo alemão.

Com o passar do tempo, conforme os jovens iam produzindo, vendendo e ganhando dinheiro, os demais foram se interessando e se inserindo nas atividades. Assim, de lá pra cá os jovens a partir de 10 e 12 anos já querem aprender a profissão. Acabou aquela história de que aqui os jovens pra ganhar dinheiro é preciso ir para São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Alguns retornaram e outros que viajaram há mais tempo, quando chega aqui incentivam eles a ficarem (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

De acordo com as informações possibilitadas pelo trabalho de campo, foram mostrados aumentos tanto no número de sócios quanto na produção. Hoje a cooperativa é formada por cerca de 70 sócios. Quanto às metas estabelecidas para o espaço de tempo de 10 anos, no qual nos relatou representante da ARTEZA, “a produção que tinha como meta alcançar no período de 10 anos o curtimento de 2000 peles de couro caprino e de 6000 kg de couro de boi, foi superada. Alcançando um número de 8000 peles (mês) de couro caprino e de 15000 kg de couro de boi”.

Em entrevista, questionamos quais os efeitos desses aumentos para elementos como a comercialização. Em resposta escutamos que “o couro apresenta boa qualidade e isso associado à falta de concorrência entre o grupo tornou a venda fácil”.

Em relação aos equipamentos utilizados na ARTEZA, tanto nas oficinas de artesanato como no curtume, o presidente afirma que foram conseguidas mediante parcerias “eram dadas instruções para que a cooperativa preparasse os projetos e encaminhasse ao destino certo, com a aprovação eram trazidos os equipamentos”, disse representante. Dentre os equipamentos observamos máquinas para curtir as peles (**Fotografia 12**), para secar e tingir.

**Fotografia 12 – Distrito de Ribeira – Curtume coletivo,
peles em processo de curtimento**



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Ainda segundo presidente da ARTEZA o processo mecanizado trouxe várias melhorias para o trabalho com as peles, entre elas “a agilidade para secar as peles que antes levavam em torno de 40 dias e hoje, com as máquinas, as peles secam em 24 horas”.

Tendo realizado essa breve contextualização através dos depoimentos alcançados em entrevista com o presidente da Cooperativa ARTEZA, que nos possibilitou conhecer um pouco da origem das atividades e da cooperativa, bem como sobre os desafios enfrentados com a prática do trabalho coletivo e para sua manutenção e ampliação das atividades. No item a seguir, apresentamos elementos que sinalizam os desdobramentos do fortalecimento da atividade na atual dinâmica territorial do Distrito de Ribeira.

3.2.3 – Transformações e dinâmica territorial: o papel atual da ARTEZA

A ARTEZA se apresenta na atualidade como principal componente na dinâmica socioeconômica do território estudado. De acordo com as informações alcançadas através do trabalho de campo, a cooperativa é composta, atualmente, por 71 sócios, que representam 55 famílias cooperadas, sendo dessas, 23 se dedica ao curtimento das peles e as demais, isto é, 32 famílias, a confecção de artesanato em couro. No total são 221 pessoas que tem o sustento proveniente da renda com a ARTEZA⁵¹.

Vale acrescentar que o número de pessoas envolvidas no trabalho com o couro é bem superior, pois ainda existem aqueles que trabalham no ramo como “diaristas”, elevando aquele número para cerca de 400 pessoas que retiram seu sustento ou conseguem completar a renda da família nas atividades ligadas ao couro. Consideramos esse número significativo para uma comunidade que conta com aproximadamente 900 habitantes.

Apesar do pequeno quantitativo populacional, porém com níveis de organização evidenciada, o Distrito tem forte participação na política do município, na medida em que tem conseguindo eleger representantes políticos (prefeito, vereadores, secretários). Como nos relatou presidente da cooperativa:

A gente aqui do couro não vai pedir. Exige e quando faz isso é por algum benefício para a comunidade, mais ficar lá pedindo para pagar uma conta de energia, um remédio, isso não. O atual prefeito de Cabaceiras é meu sobrinho, mais sabe que comigo não tem esse negócio não. Não misturo política partidária com a cooperativa, se não a coisa não anda. O parceiro é a prefeitura, o governo do Estado. Prefeito passa o outro vem e continuamos com a prefeitura como parceira, governo do Estado a mesma coisa. O prefeito sai e entra outro da oposição, estou lá no outro dia, somos parceiros. Eu sempre digo políticos são bons para trazer as coisas para nós, não para dar ordem (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

A cooperativa vem se expandindo e inovando a cada dia, como pode ser constatado a partir de uma simples comparação de sua ampliação em um curto período de tempo, mediante registro fotográfico da “lojinha” na sede da ARTEZA (**Fotografias 13 e 14**).

⁵¹ “Das 23 famílias, há pelo menos 12 que antes trabalhavam com o alho e das 32 envolvidas com o artesanato há por volta de 15 que também trabalhava no cultivo do alho” (Entrevista concedida pelo presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

Fotografia 13 – ARTEZA – Estrutura física e exposição de produtos em 2004



Fonte: Arquivo pessoal de Anieres Barbosa da Silva, novembro de 2004.

Fotografia 14 – ARTEZA – Estrutura física e exposição de produtos em 2017, evidenciando a diversificação da produção



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

A mudança se faz evidente nas imagens apresentadas, na ampliação do espaço da loja e, principalmente, na variedade de modelos, cores e estampas dos produtos ofertados. Os artefatos em couro produzidos na ARTEZA tem se tornado cada vez mais reconhecido, sofisticados e diversificados. Na cooperativa são produzidos vários acessórios, como chapéus, bolsas, mochilas, carteiras, sandálias, sapatos, cintos, pulseiras, chaveiros entre outros acessórios em couro, principalmente de caprinos.

Nesse sentido, é possível dizer que a cooperativa se mantém atenta as tendências de moda e do mercado, inovando em modelos, cores e tonalidades das peças. Agora, produzindo principalmente para o “homem da cidade”, ou como nos relatou uma das representantes da ARTEZA e filha do presidente da Cooperativa: “deixamos de produzir somente para o homem que andava a cavalo, para produzir para o homem que anda de avião”.

Essa postura mercadológica assumida pela ARTEZA se dá pelo fato de estar conectada ao mercado global e inserida no contexto do meio técnico-científico-informacional, ao se utilizar das ferramentas de internet, como as redes sociais, para divulgação de seus produtos e do Distrito de Ribeira, que se tornou “parada obrigatória” para os turistas que visitam Cabaceiras, além de um espaço atrativo para a mídia, a exemplo de uma reportagem apresentada no Programa Globo Repórter, em julho deste ano, onde Ribeira aparece como “O Sertão que deu certo”. A cooperativa também já foi palco para diversas reportagens que divulgam as ações do governo do estado.

Como consequência dessa divulgação, a marca da ARTEZA já ultrapassou as fronteiras do estado e da Região Nordeste, uma vez que a sua produção está sendo comercializada para outras regiões do país. Segundo informações obtidas durante a pesquisa, o mercado internacional se apresenta como “uma meta para o futuro próximo”. Entre os principais destinos da produção, destacam-se: os estados da Bahia e Sergipe, e as cidades de João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

No que se refere à produção e comercialização das peles, 50% da produção do couro permanece em Ribeira, e são direcionadas para o artesanato. Os outros 50% são vendidas para outras localidades, como as cidades de Caicó (RN) – que é uma das principais cidades no Nordeste na produção do artesanato em couro –, Campina Grande (PB), Caruarú (PE), Fortaleza (CE), Feira de Santana (BA) e Teresina (PI).

Além da loja existente na sede da ARTEZA, seus produtos também são comercializados em loja inaugurada há aproximadamente cinco anos na cidade de Cabaceiras. Na capital, João Pessoa, existe duas lojas que comercializam os produtos fabricados pela ARTEZA: Artecouro e a Couro Real. Essas lojas, situadas no mercado de Artesanato de Tambaú, pertencem a dois sócios da cooperativa. Ambas, foram visitadas por nós no mês de março de 2017, com a intenção de verificar a variedade de peças em couro ofertadas, bem como observar o fluxo de clientes que visitava a loja e apreciavam ou efetuavam a compra de produtos.

Questionada sobre a aceitação dos produtos, a filha do representante da ARTEZA nos deu o seguinte depoimento: “Eu digo muito ao povo daqui: lá fora nós somos grandes. Aqui ainda somos pequenos. Mas é aquele ditado santo de casa não obra milagre. É o que acontece. Cada região não acredita naquilo que faz. Tem que vir alguém de fora falar” (Relato de filha do presidente da ARTEZA, outubro de 2017).

A cooperativa emprega pessoas do Distrito de Ribeira e de outros lugares do município de Cabaceiras, e do município de São João do Cariri, onde residem cinco famílias que trabalham no curtume, desde o início da cooperativa. Assim, podemos afirmar que a influência e importância econômica da ARTEZA se materializam para além do Distrito de Ribeira, na medida em que se constitui como fonte geradora de emprego e renda também para aqueles que não residem em Cabaceiras, e contribui para a permanência e o fortalecimento de uma atividade tradicional, como é o caso do curtimento das peles e a produção do artesanato em couro.

No tocante às formas de produção, constatamos que o artesanato é produzido em oficinas, algumas localizadas nas casas dos artesãos ou na “oficina setor” (**Fotografia 15**), presente na sede da cooperativa. Em cada oficina tem grupos de famílias que as utilizam como suas pequenas fábricas. Durante as pesquisas de campo, realizadas em 2017, constatamos que existiam 26 oficinas artesanais, com produção mensal de aproximadamente 12 mil peças.

Fotografia 15 – Distrito de Ribeira – Oficina na sede da ARTEZA, sendo utilizada por artesãos



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Em termos de quantidade confeccionada, explicou-nos o presidente da ARTEZA “Depende da demanda de pedidos, nós trabalhamos com encomendas. Às vezes ocorre um reduzido número de pedidos para determinada peça, e os artesãos com mercadoria sobrando repassam para atravessadores”.

A inserção dos jovens, que aparecia como um desafio, conforme já mencionamos, aparentemente foi superado, tendo em vista a demanda e ao fato de que a partir dos 10/12 anos de idade, mediante termo assinado pelos pais, o jovem já é envolvido nas atividades e podem trabalhar nas oficinas em um expediente, desde que esteja regulamente matriculado na escola. Eles recebem remuneração, vão apreendendo o ofício, tendo a possibilidade de permanecem na cooperativa.

Para entender melhor a participação de jovens, ou crianças, nas atividades com o couro, entrevistamos três jovens artesãos, com idades de 16, 21 e 22 anos, enquanto confeccionavam sandálias. Dentre os questionamentos realizados, procuramos saber: o que lhes motivou a trabalhar na cooperativa? E qual a importância da cooperativa e o que ela significa para eles e para o Distrito de Ribeira?

O primeiro, o mais jovem, afirmou que desde os 10 anos de idade encontrava-se envolvido nas atividades da ARTEZA. Ele estuda na cidade de Cabaceiras, no turno da manhã, e exerce suas funções na cooperativa no turno da tarde. Segundo ele, a maior motivação para trabalhar na cooperativa “foi a vontade de não depender dos meus pais. Hoje trabalho aqui e posso comprar minhas coisas” (Entrevista concedida por artesão, outubro de 2017).

O segundo, de 21 anos, nos disse que está trabalhando há quatro meses na ARTEZA, porém desde os 10 anos de idade trabalhava com a atividade em outras oficinas. A principal motivação foi “o fato de membros da família já vinham participando e mostrando os benefícios com o trabalho e as vendas. O que torna a cooperativa mais importante para mim é a geração de emprego no Distrito” (Entrevista concedida por artesão, outubro de 2017).

O terceiro, que é o mais velho dos três, está cursando Licenciatura em Biologia (curso virtual), e trabalha há cinco anos na cooperativa. Relatou que “se não tivesse a ARTEZA provavelmente não estaria no Distrito”. Segundo ele, a “ARTEZA representa uma oportunidade para se tornar um profissional na arte do couro. Para Ribeira, ela atrai muitos turistas, traz os jovens para trabalhar e valorizar o couro” (Entrevista concedida por artesão, outubro de 2017).

Também entrevistamos uma artesã que trabalha na ARTEZA há nove anos. Ela nos relatou que começou a trabalhar na cooperativa “por conta da segurança no trabalho, e de onde pode tirar seu sustento, por ser um trabalho leve, além do reconhecimento pelo trabalho” e acrescentou “A ARTEZA tornou Ribeira conhecida no Brasil, ajuda todo o comércio, pois vem muita gente de fora”.

Os relatos que escutamos nos apresentaram um pouco do significado da cooperativa para o Distrito de Ribeira, nos foi relatado que no distrito vem ocorrendo uma migração de retorno, “daqueles filhos de Ribeira que migravam por falta de condições para o sustento de suas famílias” (Relato de filha do presidente da ARTEZA), além dos investimentos em estabelecimentos comerciais, como já mencionamos.

No que diz respeito ao meio ambiente, vale ressaltar que o nosso recorte de estudo se apresenta como um dos locais mais secos do semiárido nordestino, sendo marcado por uma significativa variabilidade dos índices pluviométricos, como já citado no início desse trabalho. Atentos a isso, e ao fato de que as atividades, sobretudo, atreladas ao curtume consomem um volume significativo de água, questionamos se há alguma forma de reaproveitamento dessa água. Em resposta, escutamos que a água fornecida é proveniente de dois poços que foram perfurados, e que o reaproveitamento ainda não é realizado. Também nos foi informado de que a água utilizada no processo de curtimento das peles não possui metais pesados e não é poluente. Segundo o diretor do Curtume, “ela não mata por onde passa, pelo contrário; ela cria”. Mesmo assim, e considerando o significativo volume de água exigido pela atividade, “a cooperativa tem a intenção de construir um sistema d’água, que vai possibilitar o seu reuso e o reaproveitamento para a irrigação” (Relato de diretor do curtume, outubro de 2017).

Quanto ao rejeito do couro, tanto carnal como as aparas, nos explicou e complementou o presidente da ARTEZA que está sendo realizado um projeto em parceria com universidades para obtenção de uma máquina capaz de triturar e depois prensar esse material, formando uma espécie de “compensado” que vai servir para fabricar, por exemplo, palmilhas. Quanto ao rejeito carnal, aquele extraído com a limpeza das peles, esse, de acordo com projeto, será direcionado para lagoas de decantação, e, posteriormente, será utilizado como adubo nos plantios de capim, de palma, fruteiras entre outras. Evidenciamos nos depoimentos um apelo ou uma tentativa de adequação ao modelo do denominado “desenvolvimento sustentável”.

Apesar do reconhecimento, da importância e da conquista de mercado por parte da ARTEZA, os trabalhos de campo nos fez compreender que ainda persistem desafios a serem superados. Por isso, questionamos o presidente da Cooperativa sobre o principal desafio que a ARTEZA enfrenta atualmente. Segundo ele, “é o próprio fato de trabalhar com pessoas”. Em outras palavras, ele nos deixou clara a dificuldade existente no trabalho cooperativo com as variadas formas de pensar e as discordâncias entre o grupo que passam por interesses individuais e do coletivo.

Outro desafio informado pelo entrevistado diz respeito ao processo de inovação para o trabalho com as peles. O presidente da ARTEZA, ao se referir aos processos modernos de pintura do couro relatou: “planejamos fazer a pintura transpassada do couro, que ainda não fazemos”. De fato, o que eles realizam é a pintura semiacabada, ou seja, a pintura de superfície no couro, e pretendem a pintura “transpassada”, isto é, de todo o couro, de um lado para o outro. Trata-se de um aperfeiçoamento, mais que faz diferença, tendo em vista que para realiza-la, atualmente, a cooperativa precisa encaminhar o couro para Campina Grande, Pernambuco ou Petrolina, para somente então, retornar para confecção das peças nas oficinas. Algo que torna os custos mais altos com a produção.

Notamos também que a base tecnológica da ARTEZA se realiza no curtume, mediante o trabalho mecanizado. No curtume, dentre outros equipamentos, há uma máquina capaz de “imprimir” no couro a aparência da pele de vários outros animais, como jacaré, cobra, avestruz, dentre outros.

Durante os momentos em que estivemos na sede da ARTEZA, tivemos a oportunidade de constatar outros elementos que propiciam a sua inserção tecnológica, como computador, internet, telefone e maquina para cartões de crédito. Esta, também utilizada nos demais estabelecimentos comerciais existentes em Ribeira. Entre os jovens, notamos o uso comum de aparelhos celulares modernos, a maioria Iphones, e o uso de motocicletas, que já é algo normal no cotidiano dos espaços rurais. Não queremos aqui gerar a ideia de estranheza, mas somente apontar esses elementos como indícios da presença de aparatos tecnológicos que expressam o consumo e a circulação do dinheiro em Ribeira.

Tal condição também se materializa na forma e no padrão das moradias, dos estabelecimentos comerciais e na infraestrutura do Distrito, que conta com ruas asfaltadas e já projetadas para facilitar: a acessibilidade, lombadas, praça com espaço para recreação

(**Fotografia 16**), Escola de Ensino Fundamental e Unidade Básica de Saúde (**Fotografia 17**), dentre outros.

Fotografia 16 – Distrito de Ribeira – Parque de Esporte e Lazer Severino de Souza Andrade



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

Fotografia 17 – Distrito de Ribeira – Prédio de Unidade Básica de Saúde



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017.

A implantação dessa unidade é considerada de extrema importância para os moradores, tendo em vista que antes eles precisavam se dirigir até a cidade de Cabaceiras para conseguirem consultas médicas.

Ao refletir sobre o processo de reestruturação produtiva no Distrito de Ribeira, por meio de grupos sociais organizados em entidades de representação, como a associação e a cooperativa estudadas e, que foram formadas para ampliar e desenvolver atividades como o trabalho produtivo com o alho e com o couro, observou-se que, ambas as atividades econômicas tiveram impacto tanto nas atividades gerando aumento e produtividade até então não alcançadas, quanto na vida das famílias envolvidas.

Os componentes apresentados nos permite reafirmar o que foi dito pelos sujeitos que prestaram depoimentos durante a realização da pesquisa. Cada um, a sua maneira, destacou as possibilidades de convivência e permanência das famílias em Ribeira. Essas possibilidades principalmente pelas atividades ligadas ao couro. Assim, destacamos a importância socioeconômica dessas atividades para Ribeira, tornando-o território de diferenciação dentro do município e no semiárido paraibano, reafirmadas pela oferta de emprego e renda, pelo crescimento econômico e promoção de maior visibilidade para o Distrito. Além desses, outros elementos como a atração de serviços e investimentos comerciais contribuem para formação de uma imagem diferente de semiárido, isto é, que destoa do imaginário historicamente construído, como local de atraso e pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento final desta dissertação, objetiva estabelecer considerações a respeito do trabalho apresentado. Este estudo possui como objetivo central o de compreender o processo de reestruturação produtiva no Distrito de Ribeira, no município de Cabaceiras (PB), considerando as consequências desse processo na atual dinâmica territorial do recorte analisado.

Nos momentos iniciais de escrita das primeiras linhas, já deixamos clara a maneira pela qual apreendemos a olhar para nossa realidade de estudo, a realidade semiárida. Isto se deu como uma resultante do caminho percorrido durante o processo de formação, da nossa inserção no grupo de estudos do semiárido (GESA), e posteriormente no Laboratório de Estudos do Semiárido (LAESA); dos referenciais teóricos sugeridos pelo orientador e das componentes curriculares cursadas. Nesta perspectiva, e antes de tratar do território escolhido de fato, optamos por abordar no capítulo inicial, questões maiores ligadas ao semiárido nordestino por considerar de extrema importância para a pesquisa e para os futuros leitores.

Diante disso, foram elencados três objetivos específicos como relevantes para a construção do trabalho e para subsidiar nossas discussões. Em linhas gerais, buscamos pensar a reestruturação como processo de rupturas e permanências, e para isso refletimos acerca da mudança de paradigmas em relação ao semiárido. Ao colocarmos em evidência as ações e medidas governamentais executadas nessa porção do território nordestino, constatamos um processo de mudanças no pensar e no agir nesse território. Ao mesmo tempo, evidenciamos que as novas práticas não anularam as relações históricas permeadas pelo jogo de interesses que se estabelece nas variadas esferas da sociedade.

No que diz respeito à noção de convivência, entendemos que ela deve ser superior a de convivência com a seca, na medida em que compreendemos melhor a variabilidade do quadro climático, e admitimos que não é nele que se encontram os principais empecilhos para superação dos problemas identificados na área estudada. Nas reflexões enunciadas ao longo do texto, procuramos evidenciar o semiárido como um território de possibilidades, apesar de ainda ser visto por alguns, como espaço da pobreza, da seca e das migrações. Também ressaltamos que não se deve pensá-lo e tratá-lo como uma região homogênea, uma vez que é preciso estar atento as suas especificidades ou particularidades. Ainda acrescentamos que não podemos romantizá-lo e esquecer, por exemplo, dos problemas de ordem político estruturais.

Com base nessas concepções, buscamos pensar o semiárido para além do discurso de semiaridez, e verificamos a construção de um novo discurso atrelado ao desenvolvimento. Consideramos que a percepção e a tentativa de alcance do “desenvolvimento” passaram por diversas reformulações, desde sua abordagem estritamente econômica as mais atuais e ligadas à atuação no território. Mesmo assim, ainda não é possível afirmar a concretização do desenvolvimento social da maneira como Amartya Sen (2000) nos apresenta: com a remoção das “fontes de privação de liberdade”.

É evidente que durante esse processo, foram alcançadas conquistas ou ganhos, como a “divisão de tarefas” nas esferas federal, estadual e municipal, a atuação das organizações sociais, através da formação de grupos de famílias em associações e cooperativas, que possibilitam maior visibilidade dos sujeitos sociais, além da implementação de projetos e programas, a exemplo do Projeto Cooperar e do Pacto Novo Cariri. É importante destacar que mesmo apresentando desdobramentos positivos, também são evidenciadas contradições no território.

Pensando a concretização do pacto e as práticas ligadas a Cooperativa ARTEZA, percebemos que o couro possui fornecedores que são de outros Estados; que o tanino usado para o curtimento das peles não é mais extraído somente da casca do angico presente na região, pois é trazido também na forma de pó do sul do país. O que nos deixou ainda mais inquietos foi pensar que seria possível um diálogo maior entre esferas de governos e os territórios envolvidos. Por que isso não se realiza? Responder essa questão extrapola a presente pesquisa, mas abre perspectivas para estudos futuros.

Nas reflexões apresentadas, destacamos a presença de ações impensadas por parte da sociedade civil e do estado na busca por crescimento econômico. Nesse caso, refletimos sobre os incentivos para a ampliação da cultura do alho no Distrito de Ribeira, que de atividade familiar, foi tomada pela cultura econômica do “ganhar dinheiro”. Nessa nova/velha realidade não se considerou as condições de trabalho, do ambiente e o que este poderia suportar. Com o passar do tempo, o resultado obtido foi o quase aniquilamento da atividade, outrora tão expressiva. Neste processo, o estado estimulou a formação de organizações de modo a facilitar o diálogo, porém ditando modelos, como a modernização tecnológica para agregar ao seu discurso de melhoria e crescimento econômico.

A cooperativa enquanto ferramenta de organização para união dos pequenos produtores foi considerada de extrema importância nesta pesquisa, pois ela permitiu ou facilitou o acesso ao crédito, a tecnologias, ao emprego e a renda. Por outro lado, e

pensando nas relações de produção, comercialização e expansão de mercado que se estabelecem, isto é, no que diz respeito à cooperação, a ampliação do cooperativismo e sua materialidade com as cooperativas, percebemos que é cada vez mais comum que estas carreguem esse título quando lhes convém. Por isso, afirmamos que sua lógica de organização, comercialização e ampliação se apresenta muito mais como a de empresas, e obedece a uma lógica maior, a do capital. Essa inserção não acontece na mesma proporção se comparada as grandes atividades produtivas, no entanto ela surge não fora e nem distante, mas dentro do próprio sistema.

Quais os desdobramentos dessa inserção é algo que vai variar de acordo com os usos no/do território. Daí, podemos nos perguntar: a quem favorece seu crescimento? Talvez aí resida a maior dificuldade de quem pesquisa, ou melhor, do geógrafo que se dedica a entender essas organizações. Como não se encantar com os relatos e, principalmente, com o encantamento de quem vive naquela realidade, está posto o desafio.

Dito isso, no capítulo final do presente trabalho, nos dedicamos a refletir e compreender a dinâmica territorial no Distrito de Ribeira através da atuação da Associação Ribeirense de Produtores de Alho de Ribeira (ARPA), e da Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA).

Em relação à ARPA e as atividades com o cultivo de alho, estudiosos como Grabois e Marques deixaram suas contribuições e nos auxiliaram nesse processo de compreensão. Almejamos também deixar a nossa, de modo a ajudar e fomentar outras pesquisas.

O alho teve mudanças na base produtiva que foram possibilitadas e intensificadas com o apoio do estado, por meio de incentivos e subsídios com o sistema de créditos agrícola, investimentos em máquinas, para o transporte da comercialização, por volta dos anos de 1970. Isso fez com que a produção de alho registrasse os maiores números em toneladas, entre o final dos anos de 1970 até meados de 1980. Diversos fatores associados a descontinuidades levaram ao seu enfraquecimento. Entretanto, constatamos que foram as experiências com a atividade do alho que possibilitou o fortalecimento da atividade do couro, devido ao pensar na modificação das formas tradicionais de gestão produtiva, ou seja, o modelo cooperativo, e também a possibilidade de crescimento de uma atividade menos dependente da variabilidade pluviométrica da região, como saída para aquelas pessoas que precisavam de emprego e renda para o sustento familiar, sobretudo nos períodos de estiagem prolongadas.

Levando em consideração a importância das atividades relacionadas ao couro para os envolvidos ativamente, e para o Distrito de Ribeira, destacamos alguns dos resultados verificados.

A princípio, como singularidade entre os relatos, é confirmada a importância da ARTEZA como geradora de emprego e renda, além de ter promovido a possibilidade de permanência dos “filhos de Ribeira”. Ainda nesses aspectos, destaca-se a preocupação de inserção dos jovens nas atividades com o couro, o que reduziu a migração e possibilitou também o retorno de alguns para o seio de suas famílias. Sem a presença e atuação da cooperativa a dinâmica territorial certamente seria outra, seria talvez “um lugar de velhos, lugar para os aposentados somente”, como ouvimos durante as pesquisas de campo.

Para os envolvidos com as atividades do couro significou: oportunidade profissional, oferta de trabalho próximo de seus familiares e até em uma mesma atividade, aperfeiçoamento e autoestima através do trabalho realizado, manutenção das atividades, menos dependência de atravessadores, mesmo que essa ainda exista, renda e bem estar, poder de consumo, conforto em suas residências, acesso a tecnologias modernas, melhores condições técnicas de produção, acesso ao crédito rural e assistência técnica.

As inovações, o aperfeiçoamento da técnica do artesão, ou as tecnologias empregadas para dar agilidade ao trabalho, tornam as peças ainda mais “especiais”, isto é, mais lucrativas. E isto contribui para que sejam agregados tanto aspectos culturais, relacionadas à tradição da produção em couro, quanto valor econômico, bem como elevação da autoestima e confiança na atividade do couro.

A mudança na base produtiva, isto é, do alho ao couro, possibilitou não apenas mudanças econômicas que estão materializadas no espaço, em face da ampliação da renda e dos investimentos públicos e privados. Para o Distrito de Ribeira trouxe visibilidade, pois se tornou um território atrativo para a mídia e para quem visita a região. Do ponto de vista político, constatamos a ampliação dos níveis de representação política devido à eleição de pessoas que estabeleceram relações de pertencimento com o Distrito. Do ponto de vista socioeconômico, a agregação de valor nos produtos ofertados, a revalorização da atividade do couro, a diferenciação de qualidade das peles com o curtimento vegetal e as vantagens competitivas para mercados mais exigentes são aspectos que estão possibilitando a ampliação da renda e a melhoria das condições de vida da população, como foi discutido no capítulo 03.

Neste capítulo, também evidenciamos, como consequência daquele processo de mudança, a presença de novos investimentos, como panificadora, supermercado, restaurante, bar, lanchonete, academia, loja de material de construção, além de melhorias na infraestrutura e nos serviços, como saúde e educação.

Apesar disso, não podemos deixar de registrar aspectos contraditórios nesse processo de mudança. Dentre eles, o que está relacionado à própria concepção de cooperativa, que na criação/formação traz como ideia central a de cooperação entre um grupo de produtores que almejam o fortalecimento de determinada atividade produtiva, onde os sujeitos envolvidos percebem que os trabalhos em conjunto os tornam capazes de alcançar melhores resultados econômicos e sociais, se comparado com seu trabalho enquanto produtores individuais.

Na realidade, a ARTEZA é inicialmente pensada por um grupo familiar local que já trabalhava e se destacava com a atividade do couro e enxergou no modelo cooperativo a possibilidade de manutenção e ampliação das atividades, mediante inserção de novos sujeitos. Sendo constatados nesse processo diversos desafios, e entre eles, a dificuldade de lidar com interesses individuais dentro do grupo formado. Algo que faz desmoronar a concepção de cooperativismo, pois para os envolvidos com as atividades ligadas ao couro, pouco importa se a ARTEZA é cooperativa de fato, empresa coletiva ou microempresa, o que é preponderante para os sujeitos da pesquisa é a importância que ela estabelece para suas famílias e para o Distrito de Ribeira, o que possibilita escutarmos depoimentos como “Ribeira vive couro”.

Sabemos que, ao falar em território e pensar o coletivo é pensar em mudanças, disputas e conflitos constantes. É falar em relações de poder e de interesse do grupo e também individuais. Verificamos que a cooperativa vem seguindo um caminho de adaptação a economia de mercado, adotando estratégias capitalistas para conseguir ampliar o seu mercado consumidor. A denominação de cooperativa não pode apagar o fato de que cada vez mais ela se inseriu numa lógica mercadológica para produção e comercialização dos seus produtos pelo território paraibano, nordestino e até nacional, tornando o mercado internacional objetivo de um futuro próximo.

Com a formação da ARTEZA, as famílias começam a “ganhar dinheiro” o que torna a inserção na atividade atrativa para outros sujeitos. Com essa inserção e com a ampliação das atividades a cooperativa inicia seu processo de crescimento. Precisamos nos manter atentos ao fato de que, quando mencionamos crescimento, este se apresenta

inicialmente e especialmente marcado pelo caráter econômico, algo bastante perigoso e que nos faz lembrar a prática da produção de alho e a “cultura do ganhar dinheiro”. Algo que pode colaborar para que determinada organização sirva de propagadora do discurso de desenvolvimento propalado pelo Estado, associado ao crescimento econômico e a modernização tecnológica.

Na expressão “Ribeira vive couro”, nos questionamos sobre o que podemos pensar para além dessa atividade e quais possibilidades se apresentam para os que não estão envolvidos na produção do couro? E ainda, o que está se formando são de fato paraísos ou simplesmente abrigos? Há autonomia para os sujeitos sociais envolvidos na atividade do couro? São questões para reflexão e que podem nortear novas pesquisas. O que podemos afirmar no momento é que há uma supervalorização da atividade.

Vale destacar que as inquietações geradas ao analisar essa realidade não nos permite negar as possibilidades trazidas para o Distrito de Ribeira sob a influência da ARTEZA. Dentre elas, talvez a principal para o território semiárido, a de possibilitar que a população permaneça no seu lugar de origem. Apesar de pontuais, práticas como estas nos faz reafirmar o semiárido como território não somente de desafios, mas principalmente de possibilidades e não reproduzir os discursos e considerações que historicamente foram tecidos.

De modo geral, buscamos apresentar a contribuição de diversos estudiosos como forma de possibilitar refletir sobre o passado e sobre as perspectivas atuais, marcadas por mudanças paradigmáticas e pela busca de novas alternativas no uso do território. Ao chegarmos às últimas linhas deste trabalho, almejamos que este sirva como contribuição para estudos relacionados ao semiárido nordestino, em especial ao semiárido paraibano, e como referência e inspiração para novas pesquisas. Que permita entender o semiárido como território de possibilidades e que sua complexidade torne possível, variadas abordagens e interpretações. As reflexões reunidas nesta pesquisa despertaram novas inquietações, bem como o desejo de respostas. Entendemos, porém que essa busca requer novos objetivos e desafios que pretendemos enfrentar em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Bruno. Os colegiados territoriais do Programa Territórios da Cidadania: da gestão social da política pública à governança territorial. **Encontro Nacional da ANPEGE**, 11., 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: Ed. UFGD, p.7237-7248.

Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/698.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

AESA, Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. **Monitoramento**. Disponível em:

<<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/monitoramentoPluviometria.do?metodo=listarMesesChuv asMensais>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Nordeste Semi-Árido: Limitações e Potencialidades. In: BATISTA FILHO, Malaquias (Org.). **Viabilização do Semi-Árido Nordestino**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco. 2001. p. 12-18.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BARCELAR, Tânia et. al., (Org.). **O GTDN da proposta à realidade**: ensaios sobre a questão regional. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

BATISTA, Laurentino Fernandes. Água, Mais Água, é a Solução para o Semi-árido?. In: BATISTA FILHO, Malaquias (Org.). **Viabilização do Semi-Árido Nordestino**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco. 2001. p. 32-37.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Textos para discussão nº 4, Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Projeto São Francisco**. Disponível em: <http://integracaosaofrancisco.gov.br/?page_id=7>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

CARVALHO, Otamar de. Nordeste Semi-árido: nova delimitação. **Boletim Regional** – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento regional. n. 1, Jan/fev/mar/abril, p. 8-17, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Da seca como tragédia a seca como recurso, velhos e novos discursos, velhos e novos atores. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v. 17, p.1-13, 1994.

CASTRO, Iná Elias de; MAGDALENO, Fabiano Soares. O imaginário da pobreza e a implantação industrial no semi-árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v.19, p.21-34, 1996.

COSTA, José Jonas Duarte da. Contradições no processo de modernização do semi-árido: da agricultura tradicional à pecuária irracional dependente. In: MOREIRA, Emília (Org.) **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária. 2006. p. 131-148.

COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva** – UNIOESTE, v.6, n.11, p. 55-64, 2007.

COSTA, Márcia da Silva. FERREIRA, Márcio Reynaldo de Lucena. Desenvolvimento local e participação popular: a experiência do Pacto Novo Cariri. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 29-48, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. **O papel do rural no desenvolvimento nacional**. IICA/MDA, 2009.

Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>>.

Acesso em: 16 mai. 2018.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: A cidade do campo. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. Anais... p. 4475-4487, 2005.

Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

FERREIRA, Marcio Reinaldo Lucena. **Gestão compartilhada e cidadania: um estudo da experiência do Pacto do Novo Cariri**. 2006. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERRREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma contribuição à obra de Michel Pecheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

GALVÃO, Josias de Castro. **Água, a redenção para o Nordeste: discursos das elites políticas cearense e paraibana sobre obras hídricas redentoras e as práticas voltadas ao setor hídrico**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: Continuidade e mudança na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.

GRABOIS, José et. al. A organização do espaço no baixo vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, nº 4, p. 81-114, 1991.

HESPANHOL, Antonio N. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. In: **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, 4º. 2008. São Paulo - SP, 2008, p. 370-392.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250310&search=%7Ccabaceiras&lang=>>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. **Divisões Regionais do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

INSA, Instituto Nacional do Semiárido. Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro. 2014. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/noticias/760-populacao-do-semiarido-brasileiro-ultrapassa-23-5-milhoes-de-habitantes>. Acesso em: 15 jun. 2017

KUHN, Thomas, S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LACOSTE, Yves. O subdesenvolvimento, uma crise dialética. In: LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro e Wilson dos Santos. São Paulo: DIFEL, 1985, p.236-257.

LIMA, Adriana Rosado Maia de. **Desenvolvimento Local integrado e Sustentável – DLIS: um olhar sob a perspectiva dos agentes implementadores**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LIMA, Luiz Cruz et. al. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: Ed UECE, 2011.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na dissimulação da esperança**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

LOPES, Carlos Soares. **Tecnologias sociais: experiências de uso e manejo de água em território Paraibano**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipangaçu-RN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido – uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

_____. Secas e Estado no Nordeste Brasileiro. In: MOREIRA, Emília (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária. 2006. p. 91-129.

MOREIRA NETO, Mariana; LIRA, Maria Thayze dos Ramos. Convivência com o semiárido: nas fronteiras entre o novo que se legitima e o antigo que teima em ficar? **Novos Cadernos NAEA (Periódicos UFPA)**, v.18, n.1, p.169-182, jan-jun, 2015.

NIMER, E. **Pluviometria e recursos hídricos de Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1979.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia pra uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Petrócio Clécio Alves de. **Reestruturas territoriais e novas territorialidades no Cariri paraibano: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

OLIVEIRA, Petrócio Clécio Alves de; SILVA, Anieres Barbosa da. Instrumentos Políticos de uso e organização do território: a experiência do Pacto Novo Cariri. In: SILVA, A. B.; GUTIERRES, H. E. P.; GALVÃO, J. C. (Org.). **Paraíba Pluralidades e representações geográficas**. Campina Grande: EDUFPG, 2015. p. 143-154.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. Organização dos pequenos produtores: o cooperativismo/associativismo no Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro. In: FILHO, Eraldo da Silva Ramos; et. al. (Org.). **Estado Políticas Públicas e Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.127-146.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/desenvolvimento-local-como-fazer,304ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PORTO, Edgard. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato, (Org.). **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

PUHL, Mário José. **Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Rural e Cooperação pela Agricultura Familiar**. Porto Alegre: FEE, p. 01- 23, 2005. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m16t05.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

RÊGO, Eduardo Ernesto do. **Cooperativismo e território**: questões sobre a COOPECAL em Caturité-PB. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

REBOUÇAS, Aldo C. Água na Região Nordeste: desperdício e escassez. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.29, p. 127-154, jan/abr, 1997.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e Determinismo: a Gênese do Discurso do Semi-árido Nordeste. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, v. 22, p. 60-91, 1999.

ROCHA, Roberto. A Gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís/MA, v. 1, n. 11, p. 01-30, 2009.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. O território usado e o uso atual do território do Agreste Potiguar. **Holos (Natal. Online)**, v.2, p. 110-131, 2009.

_____. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território (Periódicos UFRN)**, Natal, v. 24, n. 1, p.97-114, jan./jun.2012.

SANTOS. Josefa de Lisboa, O desenvolvimento local sustentável como ideologia do protagonismo social. **Revista Okara: geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 60-68, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **SciELO. Brazilian journal of Political Economy**. v. 30, n. 3, jul/set, 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Políticas públicas e tecnologias sociais para convivência com o semiárido paraibano**: um olhar sobre as experiências de uso e manejo de água no Cariri Paraibano. (Relatório de Pesquisa) UFPB/CNPq, João Pessoa, 2013.

_____. **Políticas públicas, desigualdades e vulnerabilidade social**: o que diferencia os desiguais no Cariri Paraibano? (Relatório de Pesquisa) UFPB/CNPq, João Pessoa, 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Reimp. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Pobreza rural e políticas públicas: o Projeto Cooperar. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (Org.). **Do Campus ao Campo**: Olhares sobre Políticas públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p. 89-113.

SOUZA, Bartolomeu Israel de. **Cariri Paraibano**: do silêncio do lugar à desertificação. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, Bartolomeu Israel; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação no semi-árido brasileiro. **Passages de Paris**, n. 6, p. 365-386, 2011.

SOUZA; Bartolomeu Israel et. al. Intervenções governamentais recentes nos Cariris Velhos da Paraíba – Brasil: Reflexos na agropecuária, na degradação das terras e na cidadania. **GEOgraphia**. Ano 18, n. 37, p. 154-177, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**. 15º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Delimitação do Semiárido**. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. **Cadernos IPPUR-UFRJ**, Ano 16, n.1, p. 229-248, jun/jul. 2002.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Mestranda: Verônica Pereira de Medeiros
Orientador: Anieres Barbosa da Silva

SEMIÁRIO DE POSSIBILIDADES: reestruturação produtiva e dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB)

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com representante da Cooperativa ARTEZA

Data da entrevista: 04 de outubro de 2017

1. O que motivou a criação da cooperativa?
2. Como e por quem foi criada?
3. Quanto à formação atual, quantos sócios?
4. Quantas famílias são beneficiadas?
5. Há pessoas que trabalhavam com o alho e que hoje trabalham na cooperativa?
6. Quais os resultados ou mudanças a cooperativa trouxe para o Distrito de Ribeira?
7. Como era a produção dos artefatos em couro antes da criação da ARTEZA?
8. Quais as principais mudanças que a cooperativa possibilitou para os moradores?
9. Qual foi o atrativo encontrado para o incentivo a produção em Ribeira?
10. As atividades ocorrem em coletivo?
11. Onde e com que frequência acontece às reuniões do coletivo?
12. Quem participa das reuniões?
13. Quanto ao perfil dos membros da cooperativa qual a faixa etária e os principais lugares de origem?
14. A cooperativa recebe algum apoio da Prefeitura Municipal?
15. Há alguém ligado a Cooperativa que ocupa algum cargo político no município de Cabaceiras ou em outros próximos?
16. As atividades são específicas para homens e mulheres? Caso sim, como se dá a participação das mulheres?
17. Quais infraestruturas o Distrito de Ribeira possui?
18. Quais as maiores dificuldades e desafios que a cooperativa enfrentou e enfrenta?
19. Quanto ao futuro, quais as metas da Cooperativa?
20. Quanto aos produtos, qual o destino?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Mestranda: Verônica Pereira de Medeiros
Orientador: Anieres Barbosa da Silva

SEMIÁRIO DE POSSIBILIDADES: reestruturação produtiva e dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB)

APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas com artesãos da Cooperativa ARTEZA

Data da entrevista: Data da entrevista: 05 de outubro de 2017

1. Há membros da família que trabalhavam ou trabalha com as atividades ligadas ao couro?
2. Como se deu a inserção no trabalho com o couro e na cooperativa?
3. O que motivou a torna-se membro da ARTEZA?
4. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?
5. Qual a importância da cooperativa para o Distrito de Ribeira?
6. O que a cooperativa significa para você?